

Elizabeth Madureira Siqueira
Fernanda Quixabeira Machado
Luciwaldo Pires de Ávila

O BRASIL PELOS BRASILEIROS

Relatórios Científicos da Comissão Rondon

Colaboradores

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa | Paulo Pitaluga Costa e Silva
Ilza Dias Paião | Antônio Hélio Capistrano da Silva



FUNDAÇÃO
IVETE VARGAS
PESQUISA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

**o BRASIL PELOS
BRASILEIROS**

Relatórios Científicos da Comissão Rondon

© Elizabeth Madureira Siqueira, Fernanda Quixabeira Machado, Luciwaldo Pires de Ávila. 2016.

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa dos autores, da Editora e da Fundação Ivete Vargas (art. 184 do Código Penal e Lei dos Direitos Autorais n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editores Elaine Caniato
Ramon Carlini

Projeto gráfico e capa Elaine Caniato

Revisão textual Cristina Campos



Carlini & Caniato Editorial (nome fantasia da Editora Tanta Tinta Ltda.)
Rua Nossa Senhora de Santana, 139 – sl. 03 – Goiabeira
Cuiabá-MT – (65) 3023-5714
www.carlinicaniato.com.br - contato@tantatinta.com.br

Elizabeth Madureira Siqueira
Fernanda Quixabeira Machado
Luciwaldo Pires de Ávila

O BRASIL PELOS BRASILEIROS

Relatórios Científicos da Comissão Rondon

Colaboradores

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa | Paulo Pitaluga Costa e Silva
Ilza Dias Paião | Antônio Hélio Capistrano da Silva





CONSELHO CURADOR

Roberto Jefferson
Presidente

Honésio Pimenta Pedreira Ferreira
Vice-presidente

MEMBROS

Norberto Paulo de Oliveira Martins
Carlos Alberto de Carvalho Thadeo
Benito da Gama Santos
Elaine Matozinho Ribeiro
Luiz Francisco Correa Barbosa
Eduardo Seabra da Costa
Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho

SUPLENTES

Oswaldo Marques Cera
Jorge Luiz Mauricio Cananeia Gomes
Alexandre Chaves Rodrigues

DIRETORIA EXECUTIVA

Francisco Bello Galindo Filho
Presidente

Solange Fernandes Beiró
Vice-presidente

Ivan Profiro Louzada
Diretor Administrativo

Nilton Balbino
Diretor Administrativo (Substituto)

Marli Anita Preissler Iglesias
Diretora Financeira

José Geraldo de Melo Oliveira
Diretor Financeiro (Substituto)

CONSELHO FISCAL

Edson Pacheco dos Santos
Denise Conde Villeth Dantas
Vera Lucia Gorgulho Azevedo

SUPLENTES

Eduardo Nunes Serdoura
Mara Lúcia Rodrigues Veloso
Guilherme Moutinho Seródio

Sumário

Apresentação _____ 7

Cândido Mariano da Silva Rondon

Percurso e contribuições científicas para o Brasil _____	11
A família de Rondon _____	31
A produção científica de Rondon _____	32

Parte I

Conhecendo os cientistas

Etnógrafos e etnólogos _____	37
Médicos e sanitaristas _____	43
Botânicos _____	53
Zoólogos _____	59
Minerólogos e geólogos _____	67
Astrônomos _____	75
Fotógrafos e cineastas _____	79

Parte II

As representações do Brasil e de Mato Grosso

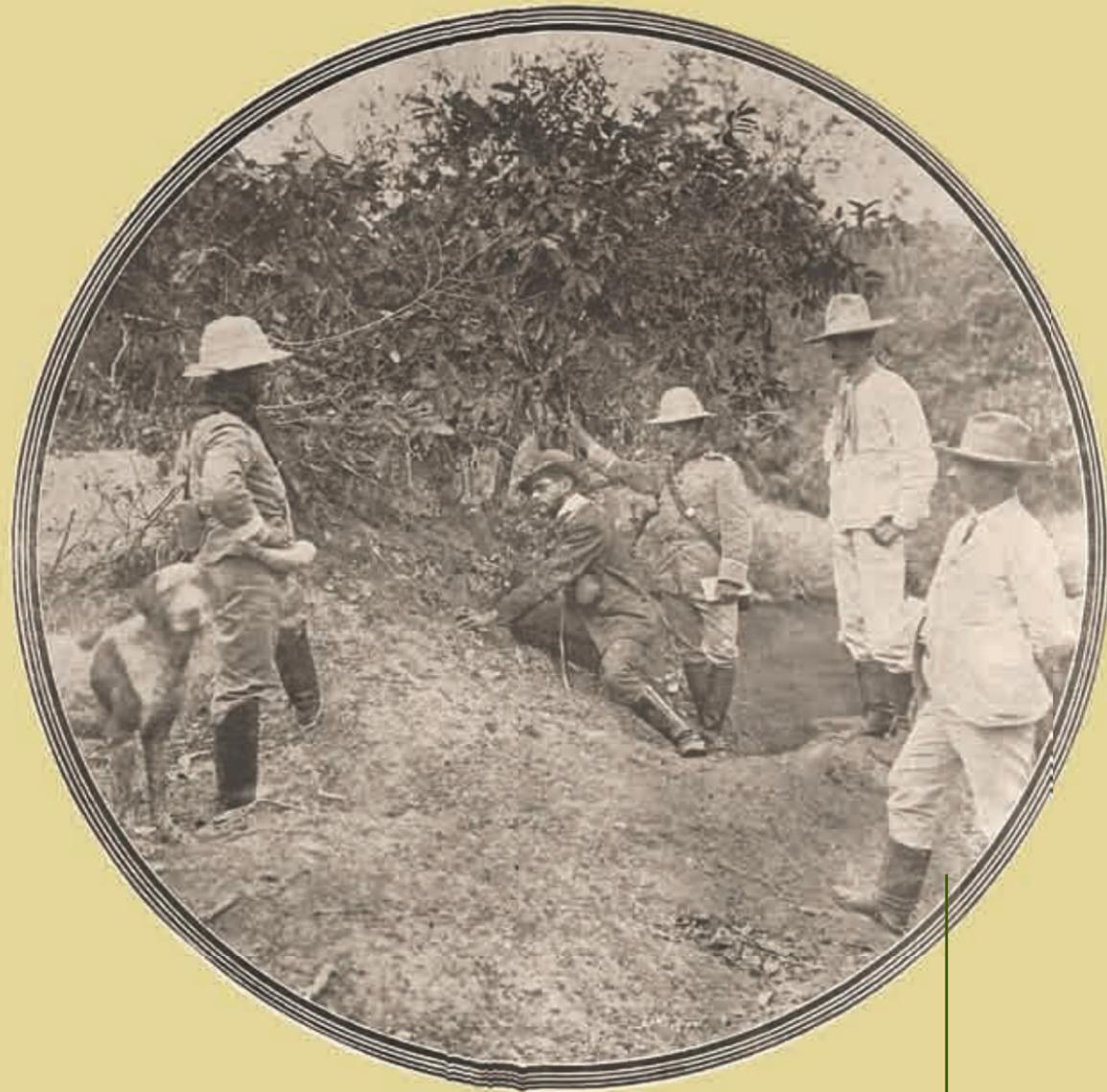
As representações do Brasil e de Mato Grosso _____	87
Primeira expedição científica realizada no Brasil _____	90
Mato Grosso colonial e imperial sob o olhar dos cronistas e cientistas dos séculos XVIII e XIX _____	91
Aumento dos impostos com a presença do governador de São Paulo _____	91
Cuiabá se transforma em vila _____	92
A posição estratégica de Mato Grosso e a atração dos cientistas _____	97
As expedições científicas em território mato-grossense nos séculos XVIII e XIX _____	102
A transmigração da família real portuguesa para o Brasil e as expedições artísticas e científicas: o olhar sobre Mato Grosso _____	107
Um bretão a serviço de Mato Grosso _____	109
Um ilustre brasileiro conhece mais amplamente o Brasil _____	113

Parte III

Metodologia da publicação

Metodologia da publicação _____	117
Catálogo da produção intelectual e científica da Comissão Rondon _____	119
Referências _____	125

Apresentação



Cientistas em pesquisa.

Fonte: RONDON, C. M. da S.
*Relatório apresentado à Diretoria
Geral dos Telegraphos e à Divisão
de Engenharia do Departamento de
Guerra – construção 1907-1910,*
v. 2, 1919, p. 39.

O presente livro consubstancia os trabalhos científicos da Comissão Rondon nas mais variadas áreas do conhecimento: Botânica, Zoologia, Etnografia, Linguística, Geologia, Medicina, Sanitarismo e, especialmente, no campo das Comunicações, ocasião em que o sertão brasileiro, aqui representado por Mato Grosso e a Amazônia, foram palmilhados, pesquisados, melhor conhecidos e interligados entre si e com a zona litorânea, tendo por base o telégrafo a fio. Nesse magnífico trabalho, que durou mais de meio século, um personagem mato-grossense e brasileiro, Cândido Mariano da Silva Rondon, filho do distrito de Mimoso, foi o responsável maior pela coordenação de um grande projeto que abarcava não só a implantação do telégrafo, mas a introdução dos povos indígenas à sociedade envolvente, através do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais. Sobretudo, legou à sociedade brasileira uma das maiores contribuições para a ciência nacional, visto ter incorporado nos trabalhos da Comissão Rondon cientistas de reconhecimento nacional e internacional, responsáveis pelos estudos e pesquisas sobre a fauna, flora, sociedades indígenas, recursos naturais e potencialidades do solo e subsolo. Nesse movimento, um novo Brasil foi descoberto, reconhecido e incorporado definitivamente ao contexto nacional.

Apesar das precárias condições tecnológicas da época – primeira metade do século XX –, a Comissão Rondon venceu muitos obstáculos, finalizando o grande projeto que mereceu divulgação de seus resultados através de Relatórios, Conferências e livros pertinentes ao conjunto desses trabalhos.

Considerando que o universo de leitura era muito restrito na República Velha, a tiragem desse material foi, certamente, reduzida, o que justifica a raridade dele. Essas publicações estiveram a cargo do governo federal, através do Ministério da Agricultura, e também pelo Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais e pela Comissão das Linhas Telegráficas. A maior parte dessas publicações, hoje inéditas

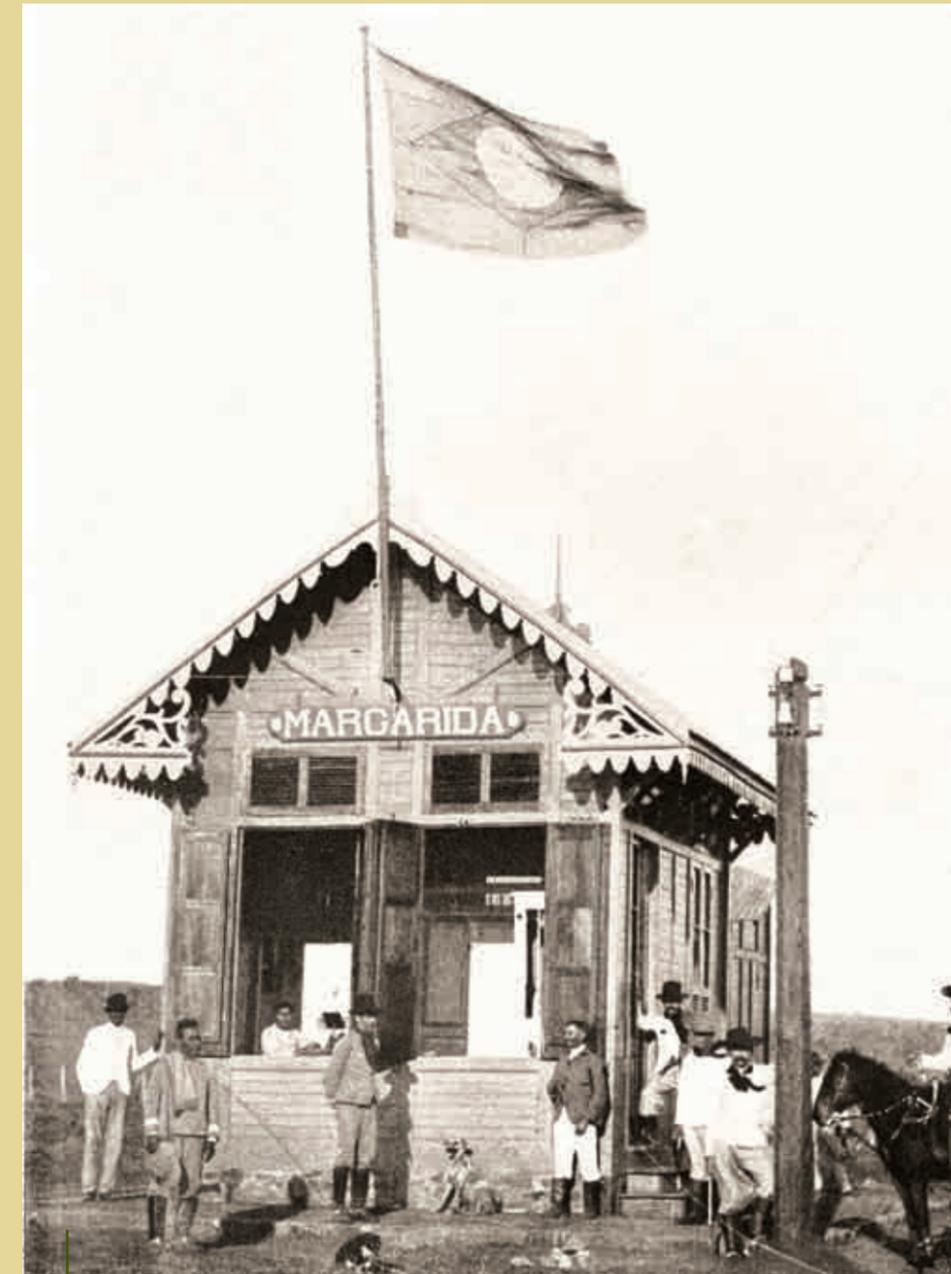
e raríssimas, foi editada pela Imprensa Nacional, à época, uma das melhores editoras do país. O que vale sobrelevar foi o apoio incontestado do governo federal ao grande e extenso projeto, o que garantiu que esse material pudesse ser, com a presente publicação, democratizado, utilizando o recurso da digitalização e sua colocação no suporte DVD.

Cândido Mariano da Silva Rondon, além de coordenar pessoalmente todos os trabalhos, dele participou diretamente, acompanhando *pari passu* cada etapa, mas também escrevendo inúmeras obras que compuseram a relação das 86 publicações constantes no presente livro, organizado por três historiadores que, além do trabalho técnico da reprodução virtual das publicações, homenagearam Rondon, tomando por base um aspecto pouco estudado: o legado científico do grande projeto rondoniano. Inicialmente, traçaram uma biografia dessa personalidade, seguida da divisão das diversas áreas científicas que personalizaram a Comissão Rondon e, no interior de cada uma delas, ofereceram dados biobibliográficos sobre os cientistas que contribuíram para ampliar o conhecimento sobre o Brasil, Mato Grosso, Amazônia e Rondônia, territórios até então pouco conhecidos. Na segunda parte da obra, os autores apresentam um quadro histórico sobre os cientistas que, antes de Rondon, estudaram o Brasil, porém o fizeram de forma pontual, visto ser sua maioria composta por estrangeiros que privilegiaram analisar espaços específicos do território nacional, majoritariamente os litorâneos. A última parte do livro é dedicada àqueles que estudaram Mato Grosso, desde o período Colonial até a proclamação da República. O que se pode constatar é que nenhum desses estudos integrou um grande projeto, como foi o caso da Comissão Rondon, que proporcionou aos cientistas brasileiros, pela primeira vez, a oportunidade de estudar o seu próprio país, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Para realizar esse trabalho, Rondon contou com um grande número de auxiliares, civis e militares, cujos ideais convergiam para o mote maior do projeto: o civismo e o extremado amor ao Brasil. Nesse sentido, a Fundação Ivete Vargas mantém estreitos vínculos com a propositura rondoniana, uma vez que Getúlio Vargas nutria idêntico amor ao Brasil, colocando, tal como Rondon, os interesses da Pátria acima dos particulares ou de grupos políticos.

Roberto Jefferson

Presidente do Conselho Curador da Fundação Ivete Vargas



Estação Telegráfica Margarida.

Fonte: Rondon, C. M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906* [...], 1949, p. 119.



Rondon junto ao Capitão Cadete Bororo, rodeado de outros índios.

Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 337.

Cândido Mariano da Silva Rondon

Percursos e contribuições científicas para o Brasil

Eu creio: Que o homem e o mundo são governados por leis naturais. Que a Ciência integrou o homem ao Universo, alargando a unidade constituída pela mulher, criando, assim, modesta e sublime: simpatia para com todos os seres de quem, como Poverello, se sente irmão. Que a Ciência, estabelecendo a inateidade (sentimento nato) do amor, como a do egoísmo, deu ao homem a posse de si mesmo. E os meios de se transformar e de se aperfeiçoar. Que a Ciência, a Arte e a Indústria hão de transformar a Terra em Paraíso, para todos os homens, sem distinção de raças, crenças, nações – banindo os espectros da guerra, da miséria, da moléstia. Que ao lado das forças egoístas – a serem reduzidas a meios de conservar o indivíduo e a espécie – existem no coração do homem: tesouros de amor que a vida em sociedade sublimará cada vez mais. Nas leis da Sociologia, fundada por Augusto Comte, e por que a missão dos intelectuais é, sobretudo, o preparo das massas humanas: desfavorecidas, para que se elevem, para que se possam incorporar à Sociedade. Que, sendo incompatíveis às vezes os interesses da Ordem com os do Progresso, cumpre tudo ser resolvido à luz do Amor. Que a ordem material deve ser mantida, sobretudo, por causa das mulheres, a melhor parte de todas as pátrias, e das crianças, as pátrias do futuro. Que no estado de ansiedade atual, a solução é, deixando o pensamento livre como a respiração, promover a Liga Religiosa, convergindo todos para o Amor, o Bem Comum, postas de lado as divergências que ficarão em cada um como questões de foro íntimo, sem perturbar a esplêndida unidade – que é a verdadeira felicidade.

Cândido Mariano da Silva Rondon

A caminhada frutífera do grande brasileiro e mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon teve início aos 5 de maio de 1865, data do seu nascimento no distrito de Mimoso-

MT, pertencente ao município de Santo Antônio do Rio Abaixo, hoje Santo Antônio de Leverger. Foram seus pais Cândido Mariano da Silva e Claudina de Freitas Evangelista. Completou o curso Primário na escola do mestre João, um índio Bororo que lhe ensinou as primeiras letras, o que já sinalizava, desde sua infância, a estreita e respeitosa relação que teria mais tarde com os índios. Completou os estudos em Cuiabá, quando frequentou a escola do professor Francisco Ribeiro da Costa, conhecido como Mestre Chico. Para finalizar o Secundário, hoje Ensino Médio, Rondon foi matriculado na Escola Normal Barão de Melgaço, onde funcionava o curso de formação para o Magistério, em conjunto com o Liceu Cuiabano, diplomando-se com distinção. Já naquela época havia ficado órfão, tendo sido levado de Mimoso para Cuiabá, onde residiu na casa de seu tio Manoel Rodrigues da Silva. Segundo Nilza Queiroz Freire (2006), o tio, Manoel Rodrigues da Silva, vivia às voltas com um homônimo, difamado pelos jornais pelo seu mau comportamento; assim, resolveu acrescentar ao seu nome o apelido da sua mãe, *Rondon*, daí por que passou a assinar Manoel Rodrigues da Silva Rondon.

Cuiabá antiga.

Fonte: RAMOS, Maria de Lourdes da Silva. *Um olhar para a Cuiabá de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940)*, 2002, p. 57.



A afeição e a admiração entre tio e sobrinho foram se sedimentando e Rondon, com apenas 16 anos, assentou praça junto ao 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, Quartel do antigo acampamento Couto de Magalhães, em Cuiabá, aos 26 de novembro de 1881¹. Sua carreira militar já despontava, pois Rondon desejava, como conseguiu, se matricular na Escola Militar da Corte, no Rio de Janeiro, conhecida como Escola Militar da Praia Vermelha (Urc-RJ). Para isso, aos 2 de dezembro, embarcou com destino à antiga capital do Brasil, onde serviu como recruta. Mais tarde, foi alçado a Amanuense junto ao 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, no Quartel-General do Exército, sob o comando do Capitão Hermes Ernesto da Fonseca.

Como desejava prosseguir nos estudos, inscreveu-se inicialmente, no ano de 1883, no curso preparatório do reconhecido Colégio Pedro II, chegando a prestar exames de Português e Geografia. Porém, concomitantemente, se submeteu a concurso e foi aprovado na Escola Militar onde, durante três anos, cursou o preparatório, reaproveitando as matérias frequentadas no Liceu Cuiabano.

Rondon foi vítima de preconceito dos colegas com relação ao fato de ele ser de Mato Grosso, cuja população era pouco conhecida no Sudeste. Os colegas achincalhavam-no dizendo: “*Bicho peludo! Pensa que com Matemática de Cuiabá vais vencer! É muito atrevimento! Vais levar bomba, na certa!*”, porém, Cândido Mariano prosseguia de cabeça erguida, pois seu lema sempre fora vencer pelo próprio esforço (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 35).

Já em 1884, frequentava o 1º ano de Infantaria e Cavalaria, popularmente conhecido como curso de Alfafa. Matriculou-se no 2º ano do mesmo curso, porém não conseguiu concluí-lo por causa da doença que lhe veio a acometer. Rondon, de físico frágil, porém de tempera vigorosa, não suportou a alimentação pesada oferecida pelo refeitório da Escola Militar. Ao rememorar aquele momento (1885), disse:

“Não era possível fazer a digestão, pedindo ao cérebro tão intenso trabalho intelectual, principalmente a digestão das refeições pesadas, à base de feijão e carne-seca,

¹ Lei nº 3.616/1959, de 20.08.1959, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek.



Rondon jovem ingressando na Escola Militar, já manifestando seus dons expansionistas.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Missão Rondon*, 1916, p. 10.



Rondon, o último a dormir e o primeiro a acordar.

Fonte: MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*, 1942, p. 55.

como eram as da Escola Militar daquele tempo [...] Meu estado de fraqueza não me permitia esforço intelectual. Punha-me a contar as tábuas do teto, ou as manchas da parede... E meus olhos aos poucos se fechavam... (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 37-38).

Segundo Freire (2006, p. 39),

seus colegas foram visitá-lo e, tal o seu péssimo estado de saúde, resolveram fazer subscrição para o enterro, rotina na Escola Militar, para os alunos pobres. Como em sua vida sempre houve imprevistos, chamou os amigos Jorge Otaviano e Fontoura, dizendo-lhes que apetecia comer abacaxi – o que fora interpretado como delírio aos olhos dos citados amigos. Foram consultar o Dr. Brancante sobre o apetite do estudante e, aquele, dando de ombros, concordou para não contrariar o paciente, do qual nada mais se podia esperar... O abacaxi lhe fora apresentado, cortado em pedacinhos e o paciente o saboreou com prazer; em seguida, deitou e ‘sentiu paz de criança dormindo’. Acordou com novo ânimo e, percebendo sua melhora, pediu, então, que sua alimentação fosse abacaxi e uva. Quando o Dr. Brancante constatou sua recuperação, suspendeu os remédios e prescreveu alimentação à base de frutas.

No ano seguinte (1886), já recuperado, matriculou-se novamente no 2º ano do curso de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar da Praia Vermelha, conseguindo até mesmo ensinar os colegas, pois, antes de adoecer, ele havia se dedicado inteiramente aos estudos, porém não lhe fora possível prestar exames.

Lauro Müller, Euclides da Cunha, Moreira Guimarães, Gomes de Castro e também ele foram colaboradores da *Revista da Família Acadêmica*, periódico no qual Rondon foi convidado a participar, integrando a Comissão de Redação. Naquele momento, foi-lhe oportunizado o aperfeiçoamento na leitura e redação de textos de valor científico, o que lhe possibilitou, mais tarde, consubstanciá-lo em Relatórios e Conferências e outros diversos trabalhos da Comissão Rondon. Já despontava mais um talento do ilustre mimoseano, a vocação para as letras.

Vale observar que Rondon, na Escola Militar, era referenciado como Cândido Mariano da Silva, uma vez que somente mais tarde incorporaria o “Rondon”, em homenagem ao tio que o criou.

Em 1887, já cursava o 3º ano do curso de Infantaria e Cavalaria da Escola Militar, onde, além das matérias curriculares, cursou também Matemática Superior e Mecânica Racional, esta última ministrada pelo prof. Manoel Cursino Peixoto do Amarante. Com o mestre Benjamin Constant, finalizou o curso de Matemática Superior – Cálculo das

Funções, de quem também adquiriu o pendor pelos princípios positivistas republicanos. Em carta de 1889, referiu-se a ele com extremado carinho:

Fostes, Benjamin Constant, o meu Mestre amado que a todos se impunha pela extensão do cultivo intelectual, pela integridade do caráter diamantino, pela pureza do coração. Trato ameno, aureolado de doçura e bondade, absoluta e sincera franqueza, realçava aqueles predicados. E a todos, Mestre, inspiravas veneração (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 92).

Aos 8 de janeiro de 1890, Rondon finalizou os estudos na citada escola, recebendo o diploma de Engenheiro Militar, com Bacharelado em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. No mesmo ano, foi promovido a Segundo-Tenente e nomeado Lente substituto da Cadeira de Astronomia, Mecânica Racional e Matemática Superior, a convite de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o fundador da República, considerado o pai do Positivismo brasileiro. No entanto, Rondon solicitou em seguida exoneração dessa função por julgar que sua posição doutrinária positivista era incompatível com o exercício da docência.

Pelo reconhecimento de seus talentos, recebeu promoção a Primeiro-Tenente de Estado Maior de 1ª Classe. Em seguida, Rondon seguiu para Cuiabá, onde inaugurou a primeira Estação Telegráfica em Capim Branco, hoje município de Campo Verde, projeto, à época, sob o comando de Gomes Carneiro, a quem ele muito admirava:

Gomes Carneiro, meu amado Mestre do sertão. Ali me ensinaste a ser soldado. Aprendi, nos teus edificantes exemplos cívicos e militares, a ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos para nunca, ante o subordinado, revelar cansaço ou ignorância, porque só assim, dizias, será a autoridade de chefe mantida e respeitadas as suas ordens. Foi contigo que aprendi a amar o gentio, já meditando nas ordens que fizeste cumprir em sua defesa e proteção, ao longo da estrada marginada pela construção da linha telegráfica, onde o Bororo mantinha as suas aldeias; já no empolgante exemplo que me deste de não insistir contra os avisos que nobremente dá o índio ao invasor de suas terras, antes de fazer sentir, materialmente, que sua presença é desagradável (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 113).

Rondon foi nomeado chefe do Distrito Teleográfico de Mato Grosso, por indicação de Gomes Carneiro, realizando notável trabalho de melhoramento das instalações da Linha Cuiabá ao Registro do Araguaia, ocasião em que manteve relações pacíficas com os índios Bororo da região do Garças. Para conseguir esse intento, seria necessário, inicialmente,



Capa da Revista da Família Acadêmica. Rio de Janeiro, a. 2, n. 1, 1888.

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.



Gomes Carneiro.
Fonte: RONDON, C. M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 [...]*, 1949, p. 12.

Índio Bororo.
Fonte: ACBM.
Álbum Ramiro Noronha, foto 328.



Índia Bororo.
Fonte: ACBM.
Álbum Ramiro Noronha, foto 387.



abrir uma estrada ligando Cuiabá ao Araguaia, tarefa que realizou com sucesso, apesar da suspensão temporária dos trabalhos.

No dia 5 de maio de 1892, assumiu oficialmente a direção dos Telégrafos, enquanto herdeiro das funções deixadas por Gomes Carneiro, evento que coincidiu com o dia e o mês do seu aniversário. Já nesse período inaugural da República, Rondon foi agraciado com a *Medalha Militar de Prata*, pelos dez anos de bons serviços prestados, o que lhe valeu a promoção para Capitão do Corpo de Engenheiros Militares.

Foi convidado pelo ministro da Guerra a continuar na direção das operações telegráficas, porém solicitou que fosse dispensado da função, regressando ao Rio de Janeiro, onde assumiu, em 2 de janeiro, o cargo de Auxiliar-Técnico da Intendência Geral da Guerra, ali permanecendo por dois anos consecutivos.

Aos 7 de fevereiro, mudou-se com a família para a cidade de Buarque de Macedo-MG, onde passou 100 dias ao lado da esposa Chiquita, que se encontrava adoentada, porém, após esse período, conseguiu recuperar a saúde.

Retomou os trabalhos de construção das Linhas Telegráficas no ano de 1900, ocasião em que deu início ao trecho ligando Cuiabá ao então Sul do estado (hoje Mato Grosso do Sul). Incumbiu-se de dirigir a Comissão Bento Ribeiro, em trabalho de ligação do rio Manso ao São Lourenço, e deste ao Arareau, entre os índios Bororo.



Chiquita, esposa de Rondon.
Fonte: Google imagens.

Aos 21 de abril de 1901, foi inaugurada, com grande festividade, a Estação Telegráfica de Itiquira, ocasião em que Rondon relembrou com emoção: “Houve um banquete aos soldados e aos índios que participaram dos trabalhos e, à noite, realizaram este formidável bacororo, organizado pelo Cacique Oarine e pelo Pajé Báru, apresentando-se muitos índios com mantos de pele de onça, como traje de gala” (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 133).

No dia 31 de dezembro de 1902, foi instalada a estação provisória do Piquiri, momento em que Rondon operou as primeiras transmissões: “[...] foi solenemente inaugurada a estação com um banquete e um baile, sendo, no ato da inauguração, franqueada ao público a sala dos aparelhos. Fiz um discurso exaltando a Mulher, pensando quanto devia eu à inspiração da minha, no cumprimento de meus árduos deveres” (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 133).

Segundo os positivistas, o dia 3 de maio era a verdadeira data do descobrimento do Brasil, comemorada com a inauguração da estação do Coxim, ocasião em que o Exército agraciou Rondon com a *Medalha Militar de Ouro*, pelos 20 anos de bons serviços prestados à instituição e ao Brasil.

Medalha de ouro oferecida ao então Coronel Rondon, pelos mato-grossenses residentes no Rio de Janeiro, em comemoração à Expedição de 1909, do Juruena ao Madeira.

Fonte: MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*, 1942, p. 104.



Estação Telegráfica do Forte de Coimbra.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906* [...], 1949, p. 293.



Estação Telegráfica de Nioaque.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906* [...], 1949, p. 118.



No dia 1º de agosto, foram inauguradas as Estações Telegráficas de Aquidauana e de Campo Formoso, quando Rondon foi promovido, por merecimento, ao posto de Major do Corpo de Engenheiros Militares.

No ano de 1904, foram inauguradas as Linhas Telegráficas ligando Cuiabá a Corumbá, assim como os ramais de Aquidauana e do Forte de Coimbra. Logo em seguida, Rondon foi nomeado responsável pela extensão das Linhas Telegráficas para Nioaque, Miranda, Porto Murtinho, Margarida e Bela Vista, na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai (hoje Mato Grosso do Sul). Nessa empreitada, contou ele com a parceria dos grupos indígenas Bororo, Terena, Ofaiê e Kadiwéu, cujas terras fez demarcar, assegurando-lhes a posse dos territórios.

Assim, foram inauguradas a Estação Telegráfica do Forte de Coimbra e a de Porto Murtinho, momento em que proferiu a frase: “tanto vale o querer e o saber executar”, indissociando determinação e saber (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 197).

Logo em seguida, foram iniciados os trabalhos de extensão das linhas telegráficas, de Porto Murtinho até Bela Vista, e de Cuiabá a Livramento, seguidos da inauguração da Estação Telegráfica de Cáceres. Esse último ponto ensejou a possibilidade de ligação entre essa cidade e Vila Bela da Santíssima Trindade, tarefa assumida por Rondon quinze



Estação Telegráfica de Porto Murtinho.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906* [...], 1949, p. 116.



Estação Telegráfica de Aquidauana.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906* [...], 1949, p. 114.

Índios Terena em trabalho de implantação de postes telegráficos.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra – construção 1907-1910*, v. 2, 1919, p. 38.



dias depois e, em seguida, foi projetada a sua extensão até o Amazonas, atingindo o então território do Acre. Essa empreitada interligaria Mato Grosso, Rondônia e Amazonas ao telegráfico nacional. Darcy Ribeiro (1958, p. 17) avaliou: “Essa missão é que seria conhecida mais tarde como a Comissão Rondon, grandiosa empresa política e militar que se tornou, sob sua direção, o maior empreendimento científico e a maior cruzada humanista jamais tentada no Brasil”.

A seguir, deu início à organização de expedições através da região Noroeste de Cuiabá até o rio Juruena (1907) e, daí, até o rio Ji-Paraná (1908) e, por fim, a Santo Antônio do Rio Madeira (1909), percorrendo 500.000 km². A expedição chegou ao rio Juruena no dia 20 de outubro, até então um desconhecido curso hídrico. Rondon assim descreveu aquele momento: “Recebemos o batismo do Juruena em delicioso banho – Anauiná chamava os índios ao famoso formador do Tapajós. Revigorados, jubilosos, antegozando a alegria que ia causar aos companheiros a agradável nova, volvemos ao acampamento” (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 240).

No dia 24 de fevereiro de 1908, foi inaugurado o ramal Cáceres-Vila Bela da Santíssima Trindade, assim como as Estações Telegráficas de Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Diamantino. No dia 7 de setembro, com grande festa, foi a vez do Acampamento do Juruena, constituído de 52 praças, sob o comando do Tenente José Joaquim Ferreira da Silva. Rondon assim relatou o episódio:

Na alvorada mandei tocar corneta e clarim, e o gramofone repetiu o hino nacional, pela primeira vez ouvido na região. Fogos subiram ao ar e dinamite troou no profundo

vale do Juruena, ribombaram para o Norte e para o Sul, ecoando perpendicularmente à direção do vale maior, transmitindo-se pelos vales transversais que constituíam as vertentes do rio gerador. [...] Durante o dia e à noite soltamos muitos foguetes e fogos de artifício que deram à nossa festa, nestes inóspitos sertões, cunho de verdadeira alegria, sã e impressionante. Muitos balões foram soltos, tomando todos a direção Norte-Noroeste (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 343).

O lema “*Morrer, se necessário for; matar, nunca!*” foi, pela primeira vez, veiculado por Rondon no Congresso de Raças (1908) ocorrido em Londres (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 344). No Brasil, Rondon foi promovido, por merecimento, ao cargo de Tenente-Coronel do Corpo de Engenharia do Exército.

No dia 1º de janeiro de 1909, foi inaugurada a Estação Telegráfica de Barão de Capanema, na Ponte de Pedra. Em maio, a Expedição Rondon deixou Cáceres rumando para a parte mais difícil da jornada, responsável pelo desbravamento da região Amazônica. A sede dos trabalhos nessa região foi Santo Antônio do Rio Madeira. Essa empreitada durou, aproximadamente, 11 meses. Ao penetrar no território Nambiquara, a expedição foi atacada por esses índios, ocasião em que Rondon assim justificou tal reação:

Que nós estamos invadindo suas terras, é inegável! Preferíamos pisá-las com o assentimento prévio dos seus legítimos donos. Havemos de procurar todos os meios para lhes mostrar quanto almejamos merecer esse assentimento, e que não temos outra intenção senão a de os proteger. Sentimo-nos intimamente embaraçados por não podermos, por palavras, fazer-lhes sentir tudo isso. Eles nos evitam, não nos proporcionam ocasião para uma conferência, com certeza por causa da desconfiança provocada pelos primeiros invasores que profanaram seus lares. Talvez nos odeiem também porque, do ponto de vista em que estão, de acordo com a sua civilização, todos nós fazemos parte dessa grande tribo guerreira que, desde tempos imemoriais, lhes vêm causando tantas desgraças, das quais as mais antigas revivem nas tradições conservadas pelos anciões (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 331).

Somente em 1910, os Nambiquara se confraternizaram com a Comissão Rondon, dando início a um convívio pacífico com a sociedade envolvente. Rondon, a partir dessas experiências, propôs a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais (SPITN), efetivado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho do mesmo ano. Na ocasião, Rondon foi convidado a ser seu primeiro diretor, pois, para ele, o organismo fora criado como forma de saldar uma dívida histórica que o Brasil tinha contraído com sua população originária, uma vez que sua criação se deu “[...] não como

Contato com índios Nambiquara.
Fonte: RONDON, C. M. da S. *Índios do Brasil*, v. 1, 1946, p. 48.



graciosa liberalidade por parte do Governo Brasileiro, mas como resgate de avultada dívida dos atuais brasileiros, herdada de seus antepassados. Porque a situação em que ainda se acham, quer os selvagens brasileiros, quer os chamados trabalhadores nacionais, resultou, e continua a resultar no mais monstruoso crime social” (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 170).

O convite para dirigir o SPITN foi feito pelo governo brasileiro através do Dr. Rodolfo de Miranda:

Visa a presente carta revestir de cunho oficial o convite que, pessoalmente, vos dirigi em nome da causa dos nossos silvícolas. A espontaneidade da escolha de vosso nome para fomentar e dirigir a catequese que o Governo da República deliberou empreender é a consagração formal da conduta humanitária, generosa, que tanto vos recomendou à confiança do indígena, na longa e heroica jornada que realizastes em zonas até então vedadas aos mais audaciosos exploradores. [...] Quem, denodadamente e com rara abnegação, sacrificou a sua quietude, a calma do lar, a sua própria vida, por bem servir à Nação; [...] um amigo, um guia cuidadoso, reúne, sem dúvida, os requisitos de bondade, de altruísmo que devem caracterizar a campanha que há de redimir do abandono os nossos silvícolas e integrá-los na posse de seus direitos. [...] A direção superior desse serviço vos será confiada, se aquiescerdes à consulta que ora vos faço, antes das formalidades oficiais de requisição ao Ministério a que pertenceis, e tenho bem radicada em meu espírito a confiança de que será satisfeita a aspiração comum, mediante o influxo de vossa cultura científica, de vossa capacidade moral, de vossa fé republicana e da energia de vontade que vos faz o primeiro dentre os exploradores do território brasileiro. [...] (MIRANDA, citado por VIVEIROS, 1958, p. 345-346).

Rondon aceitou a incumbência:

[...] Agradecendo-vos sinceramente a generosidade dos conceitos com que vos aprouve distinguir-me, eu não seria de nenhuma forma digno deles, caso, acedendo ao vosso honroso apelo, vos deixasse sem completo conhecimento do modo pelo qual encaro o problema indígena, no que tem de realizável atualmente.

A catequização dos indígenas, compreendo a sua incorporação à nossa sociedade pela assimilação de nossa indústria, nossas artes, bem como pela adoção de nossos hábitos – que resultam de nossas crenças religiosas, no sentido positivo desses termos – julgo-a ser um problema diretamente inabordável no presente, em que por tantas crenças se repartem as preferências das populações. Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao Ocidente, sem que se tente forçá-los a passar pelo teologismo.

[...] À dita Inspeção caberá ainda, naturalmente, tornar efetiva a punição dos crimes que se cometem contra os indígenas; fiscalizar o modo pelo qual são tratados nas colônias e estabelecimentos particulares, de modo a evitar que sejam vítimas de explorações, violências e fraudes. [...] Ter-se-á sempre em vista que aos indígenas desagrada quaisquer obrigações e ensinamentos sistemáticos, por mais úteis que pareçam a nós ocidentais; e que só gradualmente poderão eles vir a sentir a utilidade, as vantagens e até a moralidade de cousas e atos a que prendemos tais atributos. [...]

Dentro dos limites assinalados, poderei aceitar, portanto, a direção dos serviços que ides instituir, durante os quais terei ocasião de desenvolver, de modo sistemático, o procedimento que de longa data tenho observado em relação aos nossos infelizes indígenas (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 349-351).

O ministro Rodolfo de Miranda respondeu a Rondon:

Li com vagar e cuidado vossa atenciosa carta, resposta ao meu convite para assumirdes a direção do serviço de catequese dos indígenas, organizado de acordo com a orientação republicana. Exposição eloquente de vosso programa – fundamentado em termos que revelam conhecimento exato do assunto, critério observador e bondade de um homem de coração – assegurará êxito da ideia que propugno, com o maior encarecimento. Concordo sem discrepância com as medidas que sugeris, todas conducentes a proteger o indígena, defendê-lo, ampará-lo, sem constranger a aceitar nossos hábitos e nossa religião. Será mais um serviço a reunir aos muitos que vos deve a República (MIRANDA, citado por VIVEIROS, 1958, p. 351).

Traçada a filosofia do SPITN, os trabalhos com os povos indígenas se intensificaram, a exemplo da inspeção junto ao Posto Indígena instalado ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no trecho paulista, ocasião em que foi dado início à pacificação dos índios Caingangue, assim como com aqueles residentes no tronco Cuiabá-Santo Antônio do Rio Madeira. Reunidos os dados etnográficos, a Comissão Rondon publicou, em 1910, sua primeira obra, *Ethnographia*, de 1910, que marcou o início de uma série interessantíssima versando sobre a cultura material e imaterial dos índios. Rondon escreveu três álbuns etnográficos sobre os índios de Mato Grosso.



Os princípios de pacificação e interação dos membros da Comissão Rondon adotada para os índios do Brasil foi, em 1912, considerada exemplar no XVIII Congresso Internacional de Americanistas, com a recomendação de sua adoção por outros países.

Dando prosseguimento aos trabalhos das linhas telegráficas, no dia 13 de junho de 1912, foi inaugurada a estação de Vilhena, que levou o nome de José Bonifácio, e também as estações da seção do Norte, no rio Jamari, e a provisória, no Madeira. Em outubro do mesmo ano, Rondon inaugurou a Estação Telegráfica Nambiquara, a 130 km de Cuiabá.

Igualmente por mérito, Rondon foi promovido a Coronel do Corpo de Engenheiros do Exército, em 1912, e, no ano seguinte, foi agraciado pelo Exército com a *Medalha de Ouro*, pelos 30 anos de bons serviços.

O ano de 1913 marcou sua nomeação, pelo Governo Federal, para comandar a expedição do Cel. Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos da América, ao Brasil, mais especificamente entre os rios Paraguai e Amazonas. Avaliando a missão, Rondon assim ponderou:

Capas dos três volumes dos livros *Índios do Brasil*.

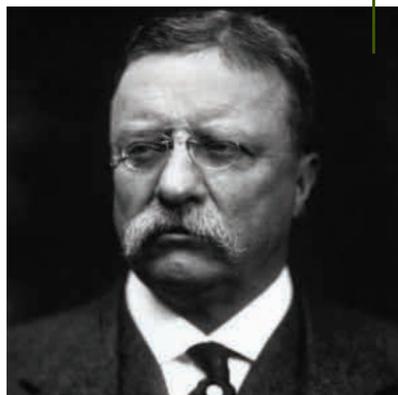
Fonte: RONDON, C. M. da S. *Índios do Brasil*. v. 1-3, 1946, 1953, 1953.

Aceitei a incumbência de acompanhar o Sr. Roosevelt sob a condição de que a expedição não circunscreveria sua atividade a uma excursão com episódios cinegéticos, e foi aprovado o plano de organização com o objetivo de se realizarem estudos geográficos e de história natural [...] estudaria a fauna daquela região e dela forneceria exemplares ao American Museum of Natural History de New York, particularmente interessado em coleções provindas das regiões divisoras das bacias do Amazonas e do Paraguai (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 373; 376).

Para integrar a Expedição Roosevelt-Rondon, ele, pessoalmente, escolheu os melhores cientistas e técnicos que já haviam participado dos trabalhos anteriores da Comissão Rondon, para acompanhá-lo nessa empreitada: Cherrie e Miller (zoólogos), Eusébio de Oliveira (geólogo), Tenente Lira e Rondon (astrônomos), Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa (astrônomo e geógrafo), Kermit e Fiala (cartógrafos), Capitão Amilcar Botelho de Magalhães (responsável pelo transporte) e o Dr. Cajazeira (médico) (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 378). Durante a excursão, mais precisamente aos 17 de dezembro de 1913, Rondon mandou erigir um monumento que marcou as relações fraternas entre Brasil e Estados Unidos da América.

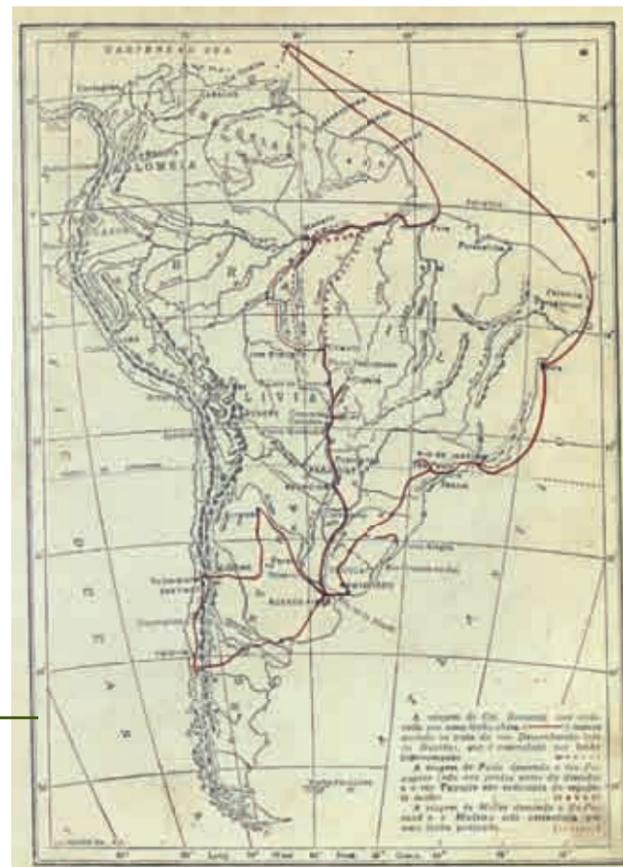
Theodore Roosevelt.

Fonte: <<http://www.biography.com/people/theodore-roosevelt-9463424>>.



Mapa da Expedição Roosevelt-Rondon.

Fonte: ROOSEVELT, T. *Nas selvas do Brasil*, 1948.



Theodore Roosevelt admirou os conhecimentos científicos dos participantes da expedição, enaltecendo sua resistência:

Considerando o modo como foi realizado o trabalho, a boa vontade, a resistência e força de touro dos camaradas, e a inteligência e esforço incansáveis de seus chefes, só nos admirava a ignorância dos que não sabem o quanto de energia e eficiência possuem os homens dos trópicos, ou neles podem ser prontamente desenvolvidos. [...] é incrível a quantidade de insetos – que mordem, picam, devoram, depositam bernes, causam sofrimentos atroz; vai além do que se possa imaginar. O patético mito da benfazeja natureza não pode ser aplicado à crueldade da vida nos trópicos (ROOSEVELT, citado por VIVEIROS, 1958, p. 385).



Inauguração da placa do rio Roosevelt.

Fonte: VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de et al. Centenário da Expedição Roosevelt-Rondon e suas contribuições à Ornitologia brasileira. In: ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS, n. 180, p. 41, jul./ago. 2014.

Outra homenagem prestada pela Comissão Rondon ao ex-presidente norte-americano ocorreu quando, em março de 1914, um novo rio, chamado até então de rio Dúvida, foi incluído no mapa hídrico de Mato Grosso, passando a receber a toponímia de rio Roosevelt.

A Sociedade de Geografia de Nova York conferiu a Rondon o *Prêmio Livingstone*, *Medalha de Ouro* pelas contribuições para o avanço dos conhecimentos geográficos, fundindo, em ouro, o nome de Rondon e inscrevendo-o na qualidade de explorador que mais se avantajou em terras tropicais, ao lado de Amundsen (descobridor do Polo Sul), Peary (descobridor do Polo Norte), Charlot (explorador que mais devassou terras árticas), Byrd (explorador que mais devassou terras antárticas).

Em 1915, deu-se a inauguração da Linha Telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, com extensão de 1.497,5 km, e os ramais de Paresis a Barra do Bugres (113 km), Santo Antônio do Madeira a Guajará-Mirim (355,9 km) e de Cáceres à cidade de Mato Grosso (30,9 km), perfazendo um total de 1.997,4 km de linhas telegráficas e de estradas através do Noroeste brasileiro. Com isso, a população de Santo Antônio do Rio Madeira promoveu uma homenagem a Rondon, entregando-lhe um *Cartão de Ouro* como testemunho de gratidão pela integração desse espaço nas comunicações telegráficas e nas comunicações terrestres.

De volta ao Rio de Janeiro, Rondon foi homenageado por amigos em sua chegada: “[...] recebido por amigos, autoridades, presidentes da Sociedade de Geografia e do Instituto Histórico, duas bandas de música da Região Militar do Rio, seguindo verdadeiro cortejo até o Hotel Guanabara, onde me hospedei e onde, com suas irreverentes máquinas fotográficas, não me davam tréguas os repórteres” (VIVEIROS, 1958, p. 434).

Em 1917, Rondon foi sondado pelo presidente Venceslau Braz para assumir a Interventoria do estado de Mato Grosso, com o apoio dos mato-grossenses, porém, como positivista, não aceitou o convite, assim se expressando:



D. Francisco de Aquino Corrêa.
Fonte: PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos varões ilustres de Mato Grosso*, v. 1., 1978, p. 62.

Não é a primeira vez que sou honrado com o convite para colaborar na política do nosso Estado, sem me ter sido possível até hoje corresponder a tamanha distinção e confiança. Os mesmos motivos que me determinaram, desde 1990, a não aspirar a um lugar de comando na política nacional, prevalecem hoje, mais intensificados ainda. Positivista, desde os bancos da legendária Escola Militar, tornei-me membro da Igreja Positivista do Brasil, contraindo então compromissos de ordem moral que me inibem de corresponder ao apelo dos meus coestaduanos (RONDON, citado por VIVEIROS, 1858, p. 502-503).

1919 foi o ano comemorativo do bicentenário de fundação de Cuiabá, quando foi criado e instalado o Instituto Histórico de Mato Grosso, sob a direção de D. Francisco de Aquino Corrêa, que, por mais de 40 anos, presidiu a instituição. A presença de Rondon se deu durante essas solenidades, ocasião em que proferiu palestra sobre os trabalhos da Comissão, especialmente no que dizia respeito às colaborações na Carta Geográfica de Mato Grosso:



Símbolo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.
Fonte: ACBM. *Acervo de objetos*, n. 24.

A colaboração da Comissão Rondon nos festejos cuiabanos se exerceu de duas maneiras: uma, com a Exposição Retrospectiva da Cartografia Matogrossense e Demonstrativa da Natureza dos Trabalhos da Comissão Rondon; outra, com a conferência que fiz, sob o título 'Influência de Cuiabá na Evolução Política e Histórica de Mato Grosso'. A Exposição cartográfica realizou-se no Palácio da Instrução, onde funcionavam a Escola Normal e o Liceu Cuiabano, iniciando-se às 16 horas do dia 14 de dezembro desse ano e sendo encerrada às mesmas horas do dia 21. Realizou-se minha conferência no salão nobre da Escola na noite seguinte, isto é, 15 de dezembro, obtendo concorrência excepcional (RONDON, citado por VIVEIROS, 1858, p. 463).

Nas comemorações do bicentenário cuiabano, Rondon foi agraciado com uma *Medalha de Ouro* oferecida pelos mato-grossenses residentes no Rio de Janeiro, comemorativa à travessia do sertão de Mato Grosso ao Amazonas.

Rondon foi promovido pelo Exército brasileiro, em 1919, a General de Brigada. Em 20 de setembro do mesmo ano, foi nomeado diretor de Engenharia do Exército, mantendo também o cargo de chefe das Linhas Telegráficas. Em 1920, ele propôs ao ministro da Agricultura a criação de seis postos indígenas nos estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso e Roraima.

Já alçado ao generalato, Rondon foi convidado a participar, como perito, dos trabalhos de revelação da autoria das “cartas falsas”, caluniadoras do Marechal Hermes da



Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Missão Rondon – 1907-1915*, 1916, p. 8.



Escola do Posto de Proteção Rodolpho Miranda, no rio Jamary.

Fonte: HORTA, Luiz Bueno Barbosa. *Pelo índio e pela sua protecção official*, 1947, p. 12.

Fonseca, atribuídas a Artur Bernardes, então candidato à presidência da República. Em carta ao senador Raul Soares, que o havia convidado, Rondon declinou do convite:

[...] declino da honra de desempenhar a função de árbitro na aludida questão. Para esta minha resolução, o meu ânimo e o meu espírito não receberam outra influência senão a que resulta dos motivos doutrinários e das razões de sentimento, de educação e de hábitos que profunda e irrevogavelmente me afastam de todos os assuntos e de todas as questões que só existem e medram por força dos processos eleitorais filiados aos métodos da política democrática. Julgo dever consignar que, até o momento em que traço estas linhas, não recebi outro convite ou solicitação para me pronunciar sobre tal caso, senão esse que me veio de V. Ex^a, e a que estou respondendo. Com todo o apreço, aguardo as ordens de V. Ex^a em prol do amor e do serviço da Humanidade (RONDON, citado por VIVEIROS, 1858, p. 475).

Em 1924, Rondon aceitou comandar as Forças em Operação contra a Coluna Prestes, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, a convite do ministro da Guerra. Na sua avaliação, essa foi uma das mais árduas e dolorosas tarefas, visto que os revolucionários eram militares dissidentes:

Aceitei a incumbência, porque, ao receber o recado, na véspera, refletira maduramente e ouvira minha Esposa. Nunca se enganava ela na direção a seguir, porque não lho permitia a sua elevação moral. Era, além disso, perfeita a nossa identidade de pontos de vista, comungando ambos no ideal de devotamento ao bem comum – pois não fora nossa família, desde que a fundamos, destinada a servir a Humanidade, servindo a Pátria e a Família? Combater irmãos! Que dolorosa contingência para quem, como eu, vivera sempre embalado pelo sonho de merecer o nome de pacificador... Mas eu tinha o dever de defender o Governo constituído; minha Esposa, como eu, não via outra alternativa senão despir a farda. Mas seria esse o melhor meio de servir a Pátria? E, da longa conversa que tivemos, através da noite, quando dormiam todos os nossos filhos, ignorando o drama que ambos vivíamos, nasceu uma esperança; sim, iria defender o Governo constituído para salvar minha Pátria do caos revolucionário, mas iria como pacificador, envidando todos os esforços para chamar a nós todos os nossos irmãos (RONDON, citado por VIVEIROS, 1858, p. 493).

Rondon deixou o comando das forças legalistas aos 12 de junho de 1925 e, em seguida, solicitou exoneração do cargo de diretor de Engenharia do Exército, ocasião em que mereceu elogios do ministro da Guerra pela capacidade e eficiência demonstradas, honrando a cultura técnica do Exército, e também da presidência da República durante a extinção do Comando das Forças.

Em 1930, ele solicitou sua passagem para a Reserva da primeira classe do Exército, por contar 25 anos de serviços, porém, na realidade, Rondon havia colaborado por 47 anos.

Chefiou ainda a Inspeção de Fronteiras, ficando incumbido dos estudos das condições de povoamento e segurança dos lindes brasileiros. Foi nomeado presidente da Comissão Mista Internacional Peru-Colômbia, criada de acordo com a Liga das Nações para velar pela execução do protocolo assinado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de maio de 1934. Esse documento visou estabelecer boas relações na fronteira quando da posse da região de Letícia, tendo as negociações perdurado pelos quatro anos seguintes.

Na cerimônia de comemoração do término dos trabalhos, promovida pelo Itamarati, Rondon pôde dizer ao embaixador Afrânio de Melo Franco, autor do Protocolo que ele levava à prática, as seguintes palavras:

Se ao Brasil, graças ao senso altruístico de um dos seus filhos, coube a iniciativa generosa que viria dirimir o conflito internacional de Letícia, ao delegado brasileiro coube a felicidade excepcional de ter concluído a execução do protocolo, permanecendo em assistência pessoal ininterrupta na região propícia, desde o primeiro até o último dia do compromisso do estatuto protocolar [...] Fez-se assim a sementeira de fraternidade

que já está produzindo frutos em nosso continente sempre aberto aos grandes ideais. Registramos jubilosamente, pela conclusão do pacto de Letícia, o êxito da primeira Comissão Internacional criada na América para resolver pendências entre nações (RONDON, citado por RIBEIRO, 1958, p. 45-46).

No ano de 1947, Rondon construiu, às suas expensas, a Escola Reunida Santa Claudina, no município de Mimoso-MT, no mesmo local onde estava edificada a casa em que nascera. O evento que marcou essa doação ocorreu no dia 8 de agosto. As festividades foram compostas de missa campal e festa, que contou com a colaboração da banda do Comando Militar de Campo Grande – 16º Batalhão de Caçadores (hoje 44º BIM). O encerramento foi abrilhantado com baile, iluminado com luz elétrica, outra conquista de Rondon para a sua terra natal, Mimoso.

Nessa ocasião, profundamente emocionado, homenageou sua mãe:

Minha santa Mãe,

Para mim não morreste.

Quando compreendi as doçuras da educação moral que não pude receber – porque só a Mãe pode presidir o conjunto dessa educação –, comecei a te sentir na saudade que me invadia a alma, embora não tivesse tido a ventura de te conhecer e de receber teus carinhos. Nessa saudade ressuscitaste, reviveste no coração de teu filho e no daquela que se tornou tua filha pelo Sacramento que o grande São Paulo instituiu na Igreja Católica. Num preito de amor filial, de joelhos, aqui estamos, teu filho e sua angélica Esposa – esta subjetivamente. Estás viva, em nosso amor e em nossa saudade, e viverás também nas criancinhas desta escola cuja criação tua sagrada memória inspirou a teu filho. Bem verdade é que ‘nada há de real no mundo senão amar’ (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 623-624).

Em 1952, Rondon encaminhou à presidência da República um Projeto de Lei para a criação do Parque Nacional do Xingu, destinado à preservação ambiental e integrado por uma população composta de diversas etnias.

Nesse mesmo ano, o nome de Rondon foi apresentado, por diversas instituições, ao Comitê Nobel do Parlamento Norueguês, para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.

Em 1956, solicitou ele ao Congresso Nacional que preservasse o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), eximindo esse segmento da desmoralização e descaracterização que o ameaçava. Essa solicitação foi feita no XVII Congresso Internacional de Geografia.

Cândido Mariano da Silva Rondon faleceu aos 19 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro. Foi sepultado com honras de Estado, no cemitério São João Batista, na mesma cidade.

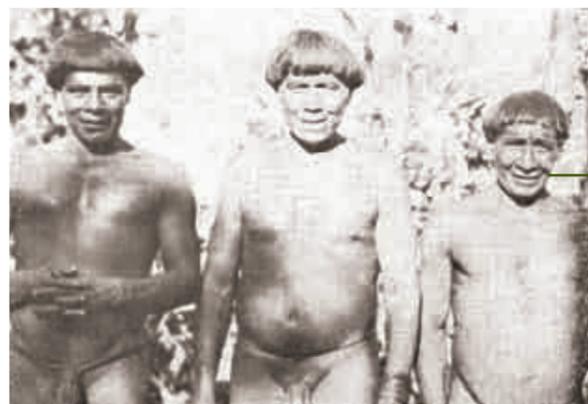


Escola Santa Claudina.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 245.



Índios Kuikuro.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 265.

Índio Meinake.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 117.



Índios Kalapalo.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 107.

Índias Kamaurá.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 242.



A família de Rondon

Rondon conheceu a família do Dr. Xavier, da qual Francisca Xavier descendia, por ocasião de uma exposição oral junto à Escola Militar. Logo se apaixonaram e, em 1º de fevereiro de 1889, Cândido fez à família Xavier o pedido de casamento com Francisca, carinhosamente chamada de *Chiquita*. Casaram-se no dia 1º de fevereiro de 1892, no Rio de Janeiro. Selava-se naquele momento uma relação conjugal assentada no amor profundo e respeito mútuo, a qual perduraria por muitos anos.

Desse enlace nasceram sete filhos, a saber: Heloísa Aracy, Bernardo Vitor Benjamin, Clotilde Teresa, Marina Sylvia, Beatriz Emília, Maria de Molina e Branca Luiza.

Na igreja Positivista, os casamentos se realizavam duas vezes: a primeira, pós-noivado, e a segunda ocorria quando a família já estava parcialmente constituída. Rondon e Chiquita aceitaram renovar os seus votos matrimoniais quando foi celebrado o seu segundo casamento, testemunhado pelos três filhos – Heloísa Aracy, Benjamin e Clotilde. Assim Rondon se referiu à ocasião: “Recebera Miguel Lemos, jubiloso, o pedido de renovação de meu casamento, segundo o ritual positivista, e foi grande a concorrência de amigos e confrades, que assistiram à cerimônia e a uma reunião em nossa casa, à noite” (RONDON, citado por VIVEIROS, 1958, p. 162).

Em maio de 1948, Rondon, que se encontrava em Mato Grosso organizando a inauguração da escola Santa Claudina e o túmulo de sua mãe, recebeu a notícia de que Chiquita se encontrava gravemente doente. Imediatamente, retornou ao Rio de Janeiro, ficando ao lado do seu leito de morte até o desenlace final. O estado de saúde da esposa se agravou, e ela faleceu. Tocantins e Echeverria (2013, p. 113) relatam que Rondon ficou desolado com o acontecido e, em carta datada de 27 de novembro de 1949 a seu amigo de Cuiabá Odorico Tocantins, assim se expressou:

Escrevo-te hoje, ainda sob o peso da emoção que abalou a minha alma no fatal Dia de Finados, em que perdi minha imaculada Esposa, Companheira de todos os instantes da minha vida, o Anjo da Guarda da minha existência, a minha eterna Chiquita. Fiquei completamente impossibilitado de qualquer ação estranha às minhas dores e às minhas constantes e infinitas emoções.

Tento hoje retomar as minhas primeiras correspondências – e as faço começando por ti. Sou profundamente grato à participação que vocês tomaram na minha dor.

A minha vida começou a sofrer intensa alteração desde o doloridíssimo momento em que eu via se extinguir a vida da minha Chiquita / morreu nos meus braços, de angina fulminante, sem poder dizer uma só palavra ao seu Cândido.

O golpe foi instantâneo – ninguém esperava. Apenas pôde acusar a dor da morte,



Rondon e sua família.

Fonte: VIVEIROS, Esther. *Rondon conta a sua vida*, 1958.

dizendo 'Que dor!' – Incontinentemente foram os sintomas da transformação subjetiva que se apresentaram extinguindo em sua dolente fisionomia todo sinal de vida.

Que dor, a que então experimentei!

Ninguém poderá calcular!...

Gratíssimo por tudo, abraça-te saudosamente o velho parente muito reconhecido.

Cândido Mariano

A produção científica de Rondon

Ao lado de sua liderança nos trabalhos da Comissão Rondon, Cândido Mariano legou ao Brasil um conjunto expressivo de publicações. Como idealizador desse extenso projeto, ele organizou e acompanhou as diversas publicações de seus resultados, consubstanciando em Conferências e Relatórios os diversos momentos e contribuições da Comissão, seja no que diz respeito aos trabalhos das Linhas Telegráficas, seja na dinâmica do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, do qual foi criador. De sua autoria, constam:

– *Etnografia*, de [19--]²;

– Conferências realizadas em 1910, no Rio de Janeiro e em São Paulo: perante a Sociedade Rural Brasileira, na cidade de São Paulo: *Matto-Grosso, o que ele nos oferece e o que espera de nós*; a segunda em Cuiabá: *Influência de Cuiabá na evolução política e histórica de Matto-Grosso, desde a entrada dos bandeirantes até hoje*; e a terceira, *Rumo ao sertão*, publicadas em 1922;

– *Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas*, de 1907 a 1915;

² Todas as publicações de autoria de Cândido Mariano da Silva Rondon estão referenciadas, na íntegra, no Catálogo, estampado ao final do livro.

– *Relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra e à Diretoria Geral dos Telegraphos*, datado de 1915;

– *Semana do Índio: 19 de abril de 1944*;

– *A Etnografia e a Etnologia do Brasil em revista*, de 1946;

– *Índios do Brasil: Centro, Nordeste e Sul*, v. 1, 1946;

– *Glossário das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia*, datado de 1948;

– *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*, de 1948;

– *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso*, apresentados às autoridades do Ministério da Guerra, em 1949;

– *Índios do Brasil: cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque*, v. 2, 1953;

– *Índios do Brasil*. v. 3, 1953;

– *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915*, editadas em 1916.

Essas e outras publicações dos cientistas e técnicos da Comissão estão gravadas, na íntegra, no DVD incorporado à presente publicação. O esforço para reunir o conjunto dessa produção, que se encontra espalhada por acervos institucionais e privados, visou, unicamente, democratizar os trabalhos científicos produzidos pela Comissão Rondon. Desta forma, a Fundação Ivete Vargas, presta justa homenagem a um dos seus mais diletos filhos, Cândido Mariano da Silva Rondon, esforço que integra as comemorações do Sesquicentenário do seu nascimento.

Rondon, sua esposa e convidados, na cerimônia do Dia do Índio, comemorada pela Associação Brasileira de Imprensa – Rio de Janeiro, 1946.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *19 de abril, o Dia do Índio*, 1946, p. 42-43.





Parte I
CONHECENDO os
CIENTISTAS

Etnógrafos e etnólogos

O sucesso dos resultados científicos da Comissão Rondon se deveu a dois fatores principais: ao seu mentor, Cândido Mariano da Silva Rondon, que pensou o projeto e acompanhou de perto sua implementação, mas também aos cientistas por ele convidados, aos quais coube desenvolver pesquisas e publicar seus resultados pelos Ministérios que apoiavam o projeto. Nesse rol, podem ser incluídos estudiosos ligados a diversas áreas do conhecimento.



Militares da Comissão Rondon.

Fonte: ACBM. Acervo Ramiro Noronha, foto avulsa 8.

Cândido Mariano da Silva Rondon e João Barbosa de Faria foram os que mais contribuíram para os estudos etnográficos da Comissão Rondon, com destaque também para Luiz Bueno Horta Barbosa e José Maria da Gama Malcher, no tratamento indígena.

JOÃO BARBOSA DE FARIA

Nasceu em Cuiabá aos 20 de fevereiro de 1878, descendendo de Carlos Barbosa de Faria e Antônia Teresa de Faria. Seus primeiros estudos foram cursados na escola do mestre Felipe Liberato de Oliveira. Posteriormente, ingressou no Arsenal de Guerra, onde foi aprendiz de tipógrafo e operário da mesma instituição.

Por concurso, atuou como oficial dos Correios. Em seguida, transferiu-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na faculdade de Medicina, porém não chegou a concluir o curso, diplomando-se em Farmácia.

De regresso à terra natal, dedicou-se ao magistério, lecionando no Liceu Cuiabano, tendo sido convidado para integrar a equipe responsável pelos trabalhos científicos das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ao lado de Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem foi secretário e homem de confiança. Nesse trabalho pôde escrever diversas obras, como *Limites orientais de Mato Grosso*, *Esboço da História de Mato Grosso* e *Poetas e escritores mato-grossenses*, esta última publicada pela Federação das Academias de Letras do Brasil, consubstanciando-se no volume III das Conferências.

Junto à Comissão Rondon, foi responsável pelas seguintes obras:

– *A cerâmica da tribo Uaboí dos rios Trombetas e Jamundá: contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas*, publicada em 1946;

– *Glossário das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia*, em parceria com Cândido Mariano da Silva Rondon, vinda a lume no ano de 1948.



João Barbosa de Faria

Fonte: Google imagens.

– *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*, também em parceria com o General Cândido Mariano da Silva Rondon, publicada em 1948.

Integrou, como sócio fundador, o Instituto Histórico de Mato Grosso, criado e instalado em 1919, tendo sido o primeiro secretário da instituição.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 1941.

Cerâmica da etnia Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá.

Fonte: FARIA, João Barbosa de. *A cerâmica da tribo Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá* [...], 1946, p. 44.



Índio em aprendizado formal.

Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 70.



Índia Caingangue com seus filhos.

Fonte: BARBOSA, L. B. H. *O problema indígena do Brasil*, 1947, p. 16.



Escolares e professora em frente à escola do Posto Fraternidade Indígena.

Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 105.



LUIZ BUENO HORTA BARBOSA

Descendeu de Júlio Augusto Horta Barbosa, casou-se com Maria de Barros, com quem teve 7 filhos. Fez questão de conviver de perto com os indígenas de São Paulo, onde foi diretor do SPI regional. Para tanto, considerou necessário conhecer suas formas de organização, tanto materialmente quanto imaterialmente. A partir desse trabalho, foi reforçada a concepção de que os índios eram detentores de cultura, que deveria ser preservada.

Sobre a técnica de construção das casas Caingangue, Luiz Bueno Horta Barbosa, enquanto inspetor do SPI em São Paulo, afirmou:

Os Caingangue constroem suas casas, segundo dois tipos: o primeiro, de uma só água; o segundo, de duas. Sobre varas fincadas no chão com uma inclinação de 45 graus, mais ou menos, e apoiadas no terço inferior sobre uma viga horizontal amarram-se outras, também horizontais, com cipó, destinadas a representarem o papel de ripas, e nelas se fixam folhas de coqueiro; tem-se, assim, uma casa de primeiro tipo, a qual fica completamente desabrigada pela frente e pelos flancos.

O outro tipo constrói-se fechando a frente do anterior, por uma outra cobertura feita segundo o mesmo processo; uma dessas duas cobertas, porém, excede superiormente a outra, a fim de obviar ao inconveniente da construção não possuir cumeeira; os flancos ficam geralmente abertos, mas às vezes coloca-se em um deles uma terceira

Visita do Inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa e do chefe de seção Manuel Miranda a um pequeno acampamento de índios Caingangue. Fonte: BARBOSA, L. B. H. *O problema indígena do Brasil*, 1947, p. 29.



Índia Caingangue amamentando filhote de porco-do-mato.

Fonte: BARBOSA, L. B. H. *O problema indígena do Brasil*, 1947, p. 88.

tapagem. Sob a influência do que observam no nosso acampamento, já começaram eles a modificar as suas construções, adotando esteios e cumeeiras; mas as paredes continuam a ser supridas pelo prolongamento das coberturas até o solo. Em viagens ou expedições, para caçadas ou outros fins, os Caingangue nunca pernoitam sem antes construírem alguns abrigos rapidamente feitos, segundo o primeiro tipo (BARBOSA, 1947, p. 59-60).

Na pacificação dos Caingangue, em São Paulo, Luiz Bueno recolheu diversos materiais relativos à mesma etnia. Dentre eles, privilegiou seu universo mítico, ocasião em que recolheu a lenda *Nhara*:

Havia um cacique chamado Nhara. Era um homem muito velho e muito querido em sua tribo, pois era bom e presenteava a todos.

Um dia, Nhara reuniu seus parentes Caingangues e os instruiu a formarem uma grande roça. Eles derrubaram árvores e taquaras e, quando estas ficaram secas, eles as queimaram.

Então, Nhara pediu que o enterrassem bem no centro da roçada, pois se sentia muito velho e cansado e queria ir para o mundo da fartura, rever seus parentes mortos, de quem sentia muita falta.

Ouvindo isso, todos começaram a chorar, pois gostavam muito do velho. Então, ele lhes prometeu que, se fizessem como ele dizia, viveriam muito mais felizes.

Convencidos, os Caingangues enterraram seu velho companheiro e entraram na floresta, pois Nhara havia dito que voltassem ao lugar somente depois de quatro luas.

Quando voltaram, no prazo combinado, toda a roça estava coberta por uma planta alta, de folhas largas e espigas verdes.

Foi assim que surgiu o milho, e os Caingangues o chamaram Nhara, em homenagem ao velho cacique (BARBOSA, 1947, p. 60).

Além desta lenda, Luiz Bueno Horta Barbosa registrou muitas outras, como *O cahorro do mato*, *Santa Cruz do Avanhanda*, *Rio feio*, *O Cristo na selva*, *Suçuarana*, *Capivara*, *Bugreiros*, *Selvagem*.

Deixou escritas as seguintes obras no interior do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais:

– *Pelo índio e sua proteção oficial*: exposição apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 1923;

– *O problema indígena do Brasil*: conferência realizada no Atheneu de Montevidéu, a 1º de abril de 1925, publicada em 1947.

JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER

Nasceu em Belém-PA, em 1872, e faleceu na mesma cidade em 1956, aos 88 anos.

Dirigiu o SPI e escreveu, em 1953, a obra que levou o título desse organismo, tendo sido publicada pela mesma instituição, no bojo das publicações da Comissão Rondon:

– S. P. I. Rio de Janeiro: SPI, 1953. Além desse livro, publicou, pela Imprensa Nacional, *Índios, grau de integração na comunidade nacional*, 1964.

Índia Caingangue pacificada.

Fonte: BARBOSA, L. B. H. *O problema indígena do Brasil*, 1947, p. 42.



Escola de posto indígena SPI.

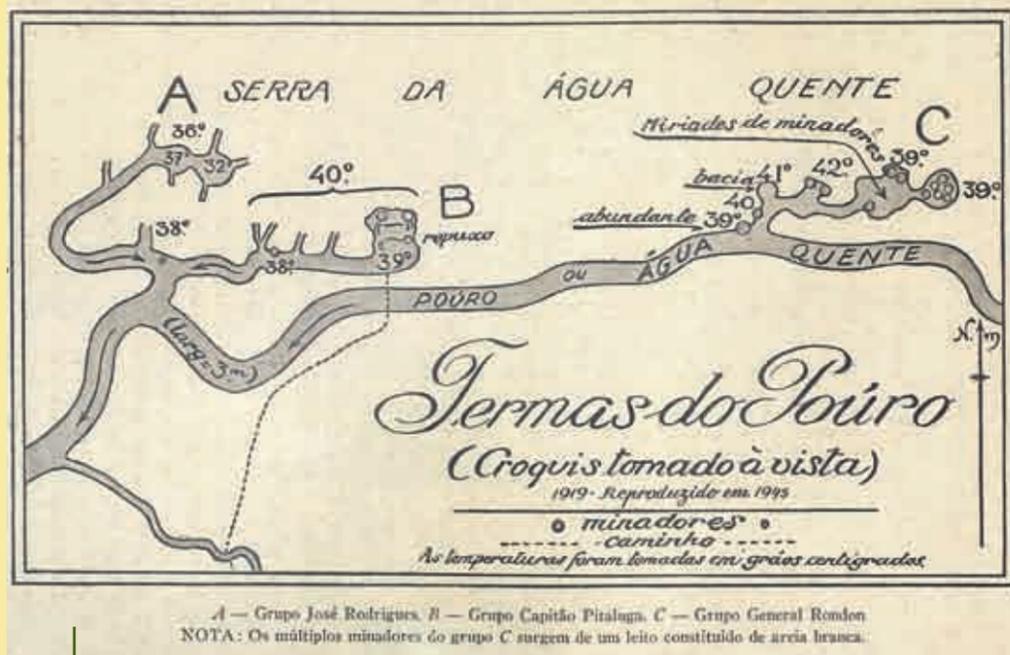
Fonte: BARBOSA, L. B. H. *Pelo índio e sua proteção oficial*, 1923, p. 23.



Índios Caingangue recém-chegados ao acampamento de Ribeirão dos Patos, com fardamento do Exército.

Fonte: BARBOSA, L. B. H. *O problema indígena do Brasil*, 1947, p. 74.

A Comissão Rondon, palmilhando território incrustado no sertão, se deparou com inúmeros casos de doenças tropicais, que incidiam especialmente na porção norte de Mato Grosso e na floresta Amazônica, onde grassavam moléstias até então pouco estudadas. Nessa medida, a participação dos cientistas médicos foi muito relevante, na medida em que sua presença e saber colaboraram para manter saudável o exército de colaboradores que se integraram na grande empreitada rondoniana. Merecem destaque Orozimbo Corrêa Netto, Armando Calazans, Adolf Lutz e Joaquim Augusto Tanajura. Para construir os textos sobre o estado sanitário na região delimitada entre Mato Grosso e o rio Madeira, os cientistas mantiveram estreita relação com os habitantes da região, procurando entender como eles lidavam com as doenças e de que materiais e medicamentos naturais lançavam mão para sua prevenção e cura. Vamos conhecer um pouco mais sobre eles.



Mapa da Serra da Água Quente-MT.

Fonte: CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas Termais de Mato-Grosso*, 1946, p. 126.

Médicos e sanitaristas

OROZIMBO CORRÊA NETTO

Foi um importante médico brasileiro que se dedicou ao estudo das águas termais brasileiras, tendo sido um precursor na área. Sua contribuição nesse campo de conhecimento teve como vertentes as contribuições positivas das águas termais para a cura e tratamento alternativo das doenças, especialmente as de cunho reumático.

Rondon convidou o Dr. Orozimbo Corrêa Netto para executar trabalhos de prospecção de fontes mineralógicas em Mato Grosso. O cientista, que já havia publicado diversos trabalhos sobre outras fontes brasileiras de águas termais, aceitou o convite, propondo desenvolver trabalhos sem qualquer remuneração, visto que se dispôs a aceitar apenas o apoio logístico oferecido pela Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Esse evento ocorreu no ano de 1919.

O propósito inicial era examinar as fontes termais que se localizavam próximas a Cuiabá, porém o trabalho se estendeu para o vale do rio São Lourenço, seguido dos estudos sobre as águas quentes do rio das Garças. Para auxiliar o Dr. Orozimbo, foi designado o Dr. Balduino Feio, estudioso do assunto e autor de inúmeras publicações. Ele mantinha um laboratório no Rio de Janeiro, especializado na análise dos efeitos do *radium* das águas brasileiras, enquanto acelerador do metabolismo.

A respeitabilidade do Dr. Orozimbo Corrêa Netto se deveu aos múltiplos trabalhos publicados e que consubstanciam os resultados de sua pesquisa:

- *Águas Thermaes Brasileiras*, 1916;
- *Poços de Caldas e suas empresas balneárias*, 1917;
- *Águas Thermaes de Caldas Novas*, 1918;
- *Da necessidade urgente de captação nova das Águas Thermo-sulfurosas de Poços de Caldas, e dos novos estabelecimentos de banhos*, 1918;
- *Do imposto de estada e da questão do jogo em Poços de Caldas*, 1918;



Entrada da fazenda das Palmeiras, a uma lésua e um quarto das fontes termais do sítio Paulista.

Fonte: CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas termais de Mato-Grosso*, 1946, p. 79.



Capa do relatório *Águas termais de Mato Grosso*.

Fonte: CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas termais de Mato-Grosso*, 1946.

- *Poços de Caldas e suas empresas balneárias*, 1918;
- *Descrição das águas thermaes do Brasil*, 1916;
- *O tracoma em São Paulo*, 1917;
- *A prophylaxia do tracoma e o 1º Congresso Médico Paulista*, 1917;
- *Da extirpação do tarso no tracoma*, 1917. Memória premiada pela Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro;
- *Prognóstico das infecções puerperaes*, 1910.

No interior dos trabalhos da Comissão Rondon, escreveu:

- *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, 1919 – Parte 1;
- *Águas Termais de Mato-Grosso*, 1946 – Partes 1 e 2.

Na introdução da primeira obra, o Dr. Orozimbo teceu severa crítica aos poucos trabalhos de pesquisa na área das águas termais estimulados pelo governo brasileiro, elencando os inúmeros benefícios de seu aproveitamento, tanto no que diz respeito aos tratamentos de saúde quanto à movimentação turística que as termas estimulariam. Dizia ele na Introdução do Relatório referente às *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, ao descrever seu primeiro trabalho referente às águas termais brasileiras:

Tinha por fim estimular o desenvolvimento da indústria hydro-mineral, thermal e climática do Brasil, concorrendo para o aproveitamento científico e para a sua futura grandeza, embora lutando em um meio indiferente e hostil, imbuído do mais lamentável cepticismo acerca do valor therapêutico das águas (CORRÊA NETTO, 1919, p. 9).

Mais à frente, lamenta a herança que os médicos receberam nas faculdades, onde sequer se ministrara qualquer conteúdo relativo aos recursos minerais e sua importância nos tratamentos médicos:

Nós pertencemos, na grande maioria, a uma geração de médicos que terminaram o curso acadêmico sem ter ouvido sequer dos mestres sobre nossas águas medicinaes e, mais ainda, que recebemos delles a falsa noção da mediocridade ou inferioridade das águas mineraes de nosso paiz (CORRÊA NETTO, 1919, p. 9).

Criticando os governos republicanos, o Dr. Orozimbo ponderou:

A causa da inferioridade de nossas estações de águas deve ser procurada, pois, na myopia dos nossos governantes, que parecem ignorar que a grande indústria hydro-mineral, thermal e climática, sabiamente desenvolvida, constitue um dos importantes

factores da fortuna das nações dotadas de ricos mananciais d'água medicinal em localidades de bom clima (CORRÊA NETTO, 1919, p. 10).

[...] Já se vae felizmente tornando bem clara a necessidade da Phisiotherapia com os seus processos naturaes de tratamento, evitando a irritação medicamentosa, para normalizar as funções orgânicas por meios menos brutaes e fisiológicos (CORRÊA NETTO, 1919, p. 11).



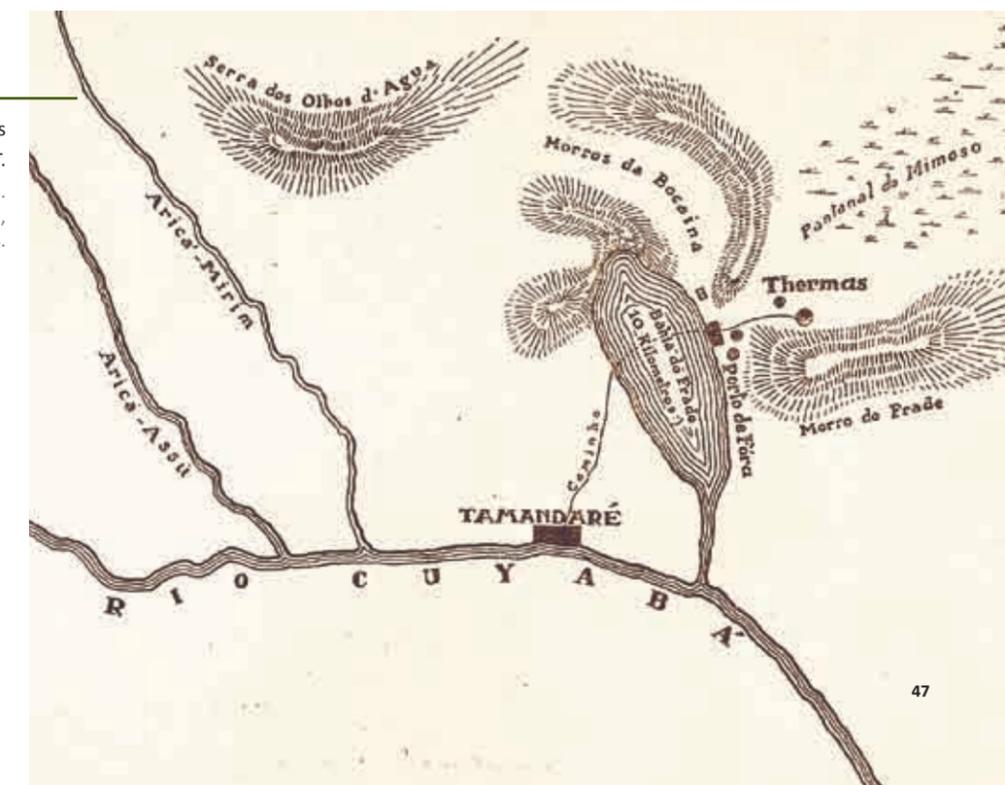
Croquis dos principais rios e afluentes da zona próxima de Rondonópolis-MT.

Fonte: CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas termais de Mato-Grosso*, 1946, p. 115.



Fonte Termal da Bahia do Brade.
Fonte: CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas termais de Mato-Grosso*, 1946, p. 96.

Posição das Termas no Porto de Fora-MT.
Fonte: CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas termais de Mato-Grosso*, 1946, p. 94.



Nessa medida, a contribuição do Dr. Orozimbo Corrêa Netto para os estudos científicos da Comissão Rondon serviram para dar visibilidade às potencialidade medicinais das termas de Mato Grosso, mas, principalmente, serviu para tecer sérias críticas à política nacional com relação às potencialidades das águas termais e sua estreita relação com a saúde e o turismo.

ARMANDO CALAZANS

Integrou os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas como médico, entre março de 1907 e julho de 1908, tendo deixado publicado interessantíssimo relatório descritivo sobre as doenças regionais: *Secção de Cáceres a Matto-Grosso, pelo Dr. Armando Calazans (1º Tenente Médico)*, datado de 1908.

Segundo Caser (2009),

o relatório de Armando Calazans traz, em sua parte inicial, uma breve apreciação do quadro sanitário do estado de Mato Grosso. Em seguida, o médico narra os principais episódios ocorridos de março de 1907 a abril de 1908 na seção de construção do ramal da linha telegráfica de São Luiz de Cáceres à cidade de Mato Grosso. Acompanham o relatório quadros com informações estatísticas sobre as principais doenças ou acidentes que acometeram os membros da seção.

Muitos auxiliares dos trabalhos rondonianos se queixavam do estado insalubre a que se submetiam, o que desencadeou um grande número de deserções. O trabalho pesado exigia, certamente, um bom estado de saúde. No citado relatório, Calazans (1908) ponderou:

Professora e alunos da escola do Posto Indígena Bakairi em Corumbá.

Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 22.



Em que pese a administração de quem quer que seja, 60% dos soldados vindos para estas paragens são indivíduos depauperados, enfraquecidos e sem a robustez física necessária para o serviço; outros, sofrendo de moléstias crônicas, sífilíticos e tantos outros em condições de receptividade mórbida.

Além desse estado precário de saúde, os trabalhadores, durante suas atividades junto à Comissão Rondon, contraíam a mais comum das doenças, a malária, transmitida por insetos. Não só essa doença os acometia, sendo também comum a “corrução”, assim descrita por Calazans (1908, p. 5; p. 25):



Acampamento na grande floresta, com índios Parnauáte.

Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. 1, 1946, p. 142.



Índios Cuicúro, em tratamento de dentes.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 264.

De longa data ouve-se dizer que aparecem anualmente casos de uma moléstia conhecida com o nome de corrução ou maculo e que segundo o Dr. Murtinho tem o nome de *el bicho* nas repúblicas platinas [...]. Esta moléstia de mortalidade elevada parece-nos, de acordo com Patrick Manson em sua obra ‘*Maladies de Pay Chauds*’, ser a retite gangrenosa epidêmica, fria e doença que se desenvolve entre indígenas das regiões baixas, úmidas e quentes do norte da América do Sul e talvez também nas ilhas do Pacífico Sul ou então a forma branda do paludismo cérebro espinhal, do mestre Dieulafoy.

Não tivemos ocasião de observar caso algum dessa enfermidade. Chamado para examinar um doente que diziam afetado deste mal e que o povo estava tratando com pílulas (grandes supositórios fitos de algodão ou fios quaisquer, enrolados na mão e embebidas em uma mistura de pólvora, pimenta, rapé, toucinho, etc.) que eram introduzidas no ânus, verificamos que se tratava de um caso de febre intermitente paludosa de forma tifoidéa, não havendo nenhuma alteração para o lado do reto.

[...] As informações prestadas a respeito do paludismo por vários indivíduos empregados na indústria extrativa da borracha eram por demais desoladoras. Referiam-se também a uma moléstia ‘estranha e esquisita’ a qual não somente nessa região, mas ainda na de oeste deste grande estado, dão o nome de ‘corrução’. Assim resumem-se os dados que me foram possíveis colher [...].

AFRÂNIO DO AMARAL

Nasceu em Belém do Pará, no ano de 1894, filho mais velho de Benvinda do Amaral e de José Bransford do Amaral. Viúva, Benvinda mudou-se para Salvador, onde Afrânio estudou Medicina.

Quando criança, fazia expedições pela cidade natal, Belém do Pará, cuja fauna e flora o encantavam, em especial as serpentes. Volta e meia, capturava alguma espécie, levando-a em seguida ao museu local para averiguações científicas. Na época, provavelmente, o que mais lhe atraía era o chamado cromatismo das serpentes brasileiras, ou seja, a gama variadíssima de cores que possuem. Ele assim avaliou seu interesse prematuro por elas:

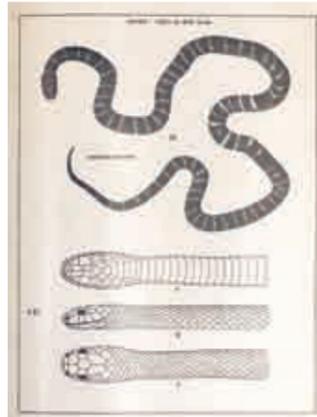
Na minha infância, aos oito anos de idade, na chácara em que vivia minha família, quase fronteira ao bosque municipal do Marco da Légua, surgiu-me, certo dia, a oportunidade de travar conhecimento direto com uma serpente que ali, na língua indígena, é conhecida como boiuna. Acompanhado como estava do chacareiro, um tapuia que conhecia o *inhangatu*, a língua nobre, dele ouvi a expressão acima citada – boiuna, que significa serpente preta. Esse exemplar foi morto na hora por nós dois e, com o auxílio de terceiros, levado ao Museu Paraense, a cuja frente se encontrava ainda a figura ímpar do seu fundador, o grande Emílio Goeldi. Goeldi já havia trazido para o Brasil a ideia universal da necessidade de se fazer ciência e pesquisa a fim de, não somente, se conhecer a natureza, como, principalmente, se desvendarem os caminhos conducentes à civilização e ao progresso (AMARAL, citado por FGV/CPEDOC, 1977).

Médico, graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia, hoje parte da Universidade Federal da Bahia, doutorou-se em Harvard, instituição onde também lecionou, chegando a produzir cerca de 400 trabalhos acadêmicos. Foi consultor eleito da Organização Mundial da Saúde e da Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica (com sede em Londres).

Dedicou-se aos estudos zoológicos, especialista em serpentes. Suas publicações, a exemplo das *Serpentes do Brasil*, inclui uma riquíssima iconografia colorida, com mais de 582 gravuras delas. Nessa obra, o Dr. Afrânio comentou: “As serpentes representam um grupo de animais cuja constituição é realmente antiga. Surgiram aparentemente do meio para o fim da era Cenozoica, deixando fósseis em terrenos no período Cetáceo” (AMARAL, 1978).

Estudou, na ilha de Queimada Grande-SP, os venenos das cobras, a exemplo da jararaca-ilhoa, no ano de 1920, cujo veneno é o mais potente da espécie.

Dirigiu o Instituto Butantã, pouco depois de sua criação, de 1919 a 1921 e de 1928 a 1938.



Ofídios de Mato Grosso.

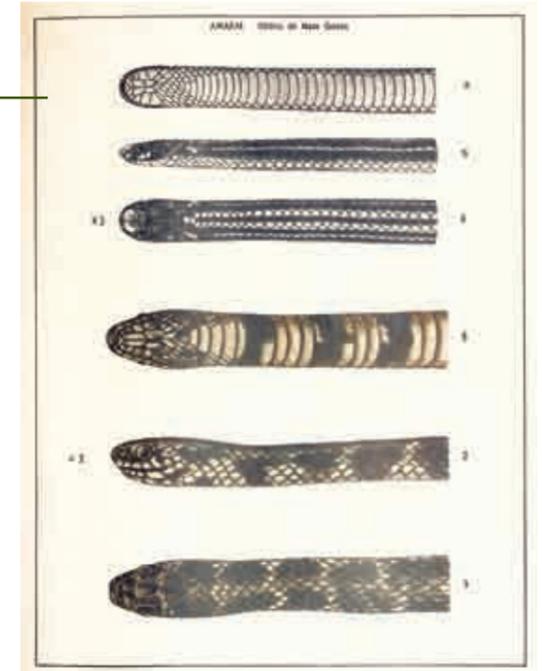
Fonte: AMARAL, Afrânio do. *História Natural, Zoologia, Ofídios de Mato Grosso*, 1948, p. 45.



Afrânio do Amaral na capa da revista *Time*. Nova York, v. 13, n. 4, jan. 1929.

Fonte: <www.time.com/time/magazine>.

Ofídios de Mato Grosso.
Fonte: AMARAL, Afrânio do. *História Natural, Zoologia, Ofídios de Mato Grosso*, 1948, p. 44.



Em 1919, em sua primeira gestão, ele ocupou a chefia do Departamento de Ofiologia e Zoologia Médica do Instituto. Mais tarde, escreveu sobre a situação do Instituto no livro *Serpentes em crise*, com prefácio de Monteiro Lobato. Foi capa da revista *Time* em 1929, personagem central da matéria intitulada ‘Snakes’, por conta de seu trabalho no Butantã.

Assinalando a importância de Afrânio do Amaral na ciência brasileira, Gilberto Freyre anotou, em artigo publicado em *O Jornal*, em 1944, que o mundo passaria a ver o Brasil não apenas por suas belezas naturais, mas também, e principalmente, por talentos, como Afrânio do Amaral (WIKIPEDIA, [20--]).

Faleceu em São Paulo, no ano de 1982, aos 88 anos.

JOAQUIM AUGUSTO TANAJURA

Filho do médico e político José de Aquino Tanajura e de Antônia Francisca, nasceu em 31 de outubro de 1878, no interior da Bahia. Ganhou o cognome de “Tanajurinha”. Passou sua infância entre o sítio Bom Jardim de São José (Lagoa) e na fazenda Coqueiros, tendo feito seus primeiros estudos em Vila Velha, na escola do professor Dario de Castro Ramos, na rua do Fogo, terminando o curso primário em Rio de Contas. Formou-se em Medicina, em 8 de dezembro de 1900, pela Faculdade de Medicina da Bahia, contando apenas 22 anos de idade. Defendeu a tese *Letalidade infantil e suas causas*. Alguns anos depois, mudou-se para a capital federal, Rio de Janeiro, onde entrou para a Força Policial. Foi convidado a fazer parte da Comissão Rondon, percorrendo os sertões de Mato Grosso e do Amazonas. Projetou-se nacionalmente como secretário geral da comissão mista de limites entre o Brasil, Peru e Colômbia. Por esta atuação, foi condecorado pelo governo da Colômbia com a Ordem da Cruz de Bogotá, no grau de Oficial, e com a insígnia e o diploma da Ordem del Sol del Peru.

Chefiou o serviço de saúde da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas entre 1909 e 1912, quando foi nomeado pelo então governador de

Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915), o primeiro Intendente Municipal (hoje prefeito) de Santo Antônio do Madeira, cargo que ocupou até o final de 1915 (CANTANHEDE, 1950, p. 59). Fez brilhante administração dotando o município de obras de infraestrutura, saneamento e melhorando o sistema educacional. Foi eleito Deputado Estadual pelo Amazonas, transferindo-se para Manaus Posteriormente, foi eleito prefeito de Manaus, dotando a velha cidade de obras sociais que ainda hoje são utilizadas pela população. Em 1940, deixou com grande pesar o estado do Amazonas e passou a residir em Curitiba-PR, onde assumiu o posto de médico da Polícia Militar.

Em Salvador, fundou a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil. Foi jornalista e político. Escrevia para o jornal da época *Diário da Bahia*. Na política, teve apoio dos correligionários do seu pai Dr. Tanajura, sendo eleito Deputado Federal em 1906, passando a residir no Rio de Janeiro, onde, além dos trabalhos legislativos, era médico da Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Na sua missão no Amazonas, foi eleito o primeiro prefeito de Porto Velho, em 1917, onde fundou o primeiro jornal da cidade Alto Madeira. Em 1923, foi eleito novamente pelo voto popular.

O Dr. Joaquim Tanajura amparou cientificamente os recorrentes surtos de malária e influenza. Nesse período, o médico realizou estudos sobre as doenças e seus ciclos de duração na região, os aspectos de vida dos trabalhadores da Comissão e dos habitantes locais, como, por exemplo, sua alimentação diária, tendo também analisado a salubridade dos rios e as possíveis fontes de água potável.

Segundo Vital (2011, p. 548):

Dos estudos e de outros médicos que atuaram na região, decorreu a publicação, em 1910, das Instruções para o serviço sanitário das seções do norte e do sul (CLTEMTA, s.d.), uma série de normas que visava instituir um serviço de profilaxia contra a malária no contingente de trabalhadores e organizar o serviço de saúde na Comissão. Os trabalhos de construção da linha telegráfica, a partir de maio de 1910, se dariam em duas frentes, dividindo-se, assim, nas seções norte e sul. A primeira teria como centro de tomadas de decisão o povoado de Santo Antônio do Madeira, onde seria instalada também a enfermaria do norte.

Fez publicar o resultado de suas investigações científicas em *Expedição de 1909*, publicado no mesmo ano.

De regresso à capital federal, Rio de Janeiro, em viagem iniciada em Curitiba, o Dr. Tanajura adoeceu e foi internado em São Paulo, no Instituto Paulista de Medicina, vindo a falecer no dia 19 de junho de 1941 (MACHADO, 2011).



Capa do relatório produzido pelo Dr. Joaquim Augusto Tanajura.
Fonte: TANAJURA, Joaquim Augusto. *Serviço sanitário. Expedição de 1909*. Rio de Janeiro, 1910.

ADOLFO LUTZ

Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de dezembro de 1855, e faleceu na mesma cidade, no dia 6 de outubro de 1940, aos 85 anos.

Quando completou dois anos de idade, mudou-se para a Suíça, terra natal de seus pais. Sua formação acadêmica foi esmerada e profunda. Diplomou-se em Medicina no ano de 1879, pela Universidade de Berna, Suíça. Estudou técnicas de Medicina experimental em vários centros médicos de Londres, Lípsia (Alemanha), Viena (Áustria), Praga (República Checa) e Paris (França), quando teve o privilégio de ser aluno de Louis Pasteur. Retornando ao Brasil, montou consultório na cidade de Limeira-SP.

Brilhante e reconhecido médico e cientista brasileiro, ficou conhecido como Pai da Medicina Tropical e da Zoologia Médica no Brasil. Pioneiro na área de Epidemiologia e na pesquisa de doenças infecciosas, a exemplo de investigações sobre cólera, peste bubônica, febre tifoide, malária, ancilostomíase, esquistossomose, leishmaniose, doenças tropicais e pestes. Foi o primeiro cientista latinoamericano a estudar o *Aedes aegypti*, vetor da dengue e outras doenças correlatas.

Em 1892, foi criado, em São Paulo, o Laboratório de Bacteriologia, no ano seguinte denominado Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo, onde Adolfo Lutz trabalhou e foi seu diretor entre os anos de 1893 e 1908. Em 1940, a instituição passou à denominação que leva hoje, Instituto Adolfo Lutz.

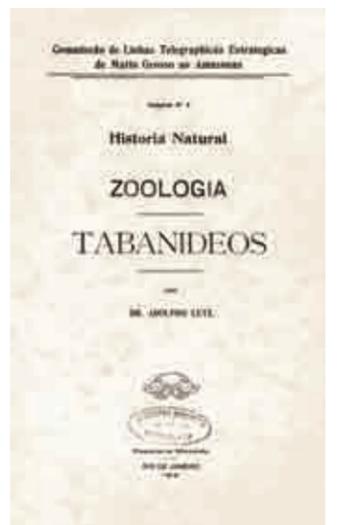
Rondon, frente à inquestionável competência desse médico e pesquisador, convidou-o para participar dos trabalhos da Comissão, na fase em que a expedição ingressou na parte amazônica, onde grassavam inúmeras doenças tropicais. Por isso, ao lado dos estudos específicos na área da saúde, Lutz dedicou parte de suas investigações ao estudo de insetos, possivelmente transmissores ou vetores de doenças. Sua colaboração foi valiosa, tendo escrito nas publicações da Comissão Rondon:

– *Tabenideos*, Anexo 5, Publicação 14. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

Após mais de três décadas de trabalho em São Paulo, Adolfo Lutz se aposentou, em 1908, e mudou residência para a então capital federal, Rio de Janeiro, onde trabalhou por mais 32 anos, até a morte, em 6 de outubro de 1940 (REVISTA ISTOÉ INDEPENDENTE, 1999).



Adolf Lutz.
Fonte: Google imagens.



Capa do Relatório de Zoologia – Tabanideos.
Fonte: Lutz, Adolpho. *História Natural, Zoologia, Tabanideos*, 1912.



Mosquito *Aedes aegypti*.
Fonte: <<http://barreirogrande.com.br/por-que-o-mosquito-aedes-aegypti-transmite-tantas-doencas/>>.

A flora brasileira, especialmente a mato-grossense, era ainda muito pouco conhecida. Foi graças ao trabalho dos botânicos que integraram a Comissão Rondon que muitas espécies foram descobertas, descritas e desenhadas, material consubstanciado em ricos relatórios.



Cassia kuhlmanii e
Cassia juruensis.

Fonte: KUHLMANN, J. Geraldo.
Relatório de Botânica, 1922, p. 48.

FREDERICO CARLOS HOEHNE

Nasceu em Juiz de Fora-MG, no dia 1º de março de 1882, tendo falecido aos 77 anos na cidade de São Paulo-SP, aos 16 de março de 1959.

Sua vocação para a Botânica se manifestou ainda na infância. Sua carreira profissional teve início no ano de 1907, quando foi nomeado interinamente como jardineiro-chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição secretariada pelo também botânico Alípio de Miranda Ribeiro, que convidou Hoehne para integrar a equipe da Comissão de Linhas Telegráficas, que depois passou a ser conhecida como Comissão Rondon. Essa indicação foi aceita por Rondon, em 25 de maio de 1908, para atuar como ajudante de botânico. Nessa primeira fase, ele ficou na Comissão até 1912 e, de 1913 a 1914, foi membro da Expedição Científica Roosevelt, retornando depois à Comissão Rondon, onde permaneceu até 1917.

Hoehne dirigiu, em São Paulo, o Instituto de Botânica, entre os anos de 1938 e 1950, local onde desenvolveu extraordinária pesquisa, veiculada em mais de quatro centenas de artigos de jornais e revistas, 117 trabalhos monográficos, sendo ainda de sua autoria 4 trabalhos infantojuvenis sobre plantas brasileiras.

No interior da Comissão Rondon, colaborou em 17 publicações, tendo outros estudos de Zoologia veiculados pelo Instituto Butantã, Museu Paulista, Instituto Biológico e Instituto de Botânica. As estampas ilustrativas que acompanham as obras são do próprio punho de Hoehne, que fazia questão de reproduzir as espécies estudadas.

Entre seus livros, salientam-se: *Botânica e agricultura no Brasil no século XVII* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937, 410 p.); *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1939, 324 p., il.); *O Jardim Botânico de São Paulo*, em colaboração com Oswaldo Handro e Moysés Kuhlmann (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1941, 656 p., il.); e *Iconografia de orchidáceas do Brasil* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1949, 304 p., il.).



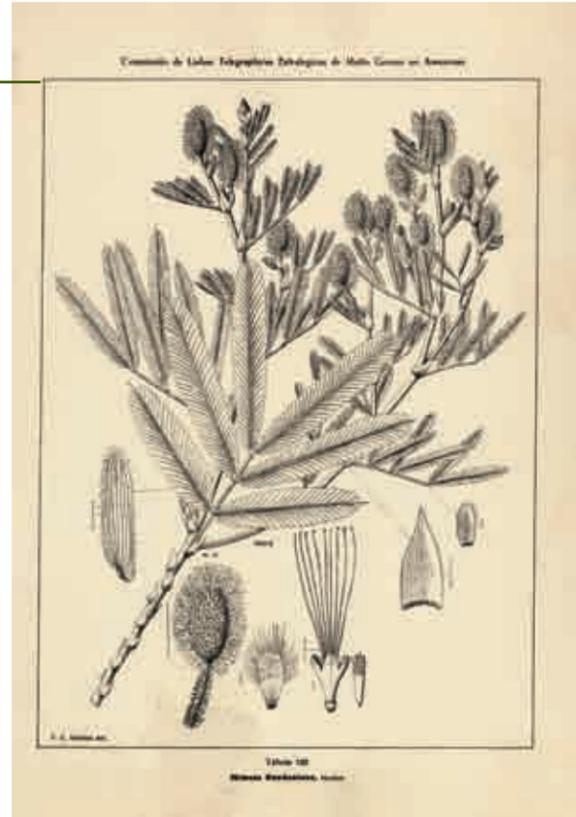
Frederico Carlos Hoehne.
Fonte: Google imagens.

Nos trabalhos da Comissão Rondon, colaborou com 17 publicações (reproduzidas nos DVD em anexo).

Seu reconhecimento não se circunscreeu ao Brasil, mas ganhou uma dimensão internacional, visto ter recebido, da Universidade de Göttingen, na Alemanha, o diploma de Doutor *Honoris Causa* de Filosofia.

Mimosa rondoniana.

Fonte: HOEHNE, F. C. *Relatório de Botânica, Expedição Roosevelt-Rondon*, 1914.



Zygella mooreana.

Fonte: HOEHNE, F. C. *Relatório de Botânica, Expedição Roosevelt-Rondon*, 1914.



Saccatum fêmea.

Fonte: HOENNE, F. C. *Relatório de Botânica, Expedição Roosevelt-Rondon*, 1914.



JOÃO GERALDO KUHLMANN

Nasceu em Blumenau-SC, no ano de 1882, e faleceu em 1958 no Rio de Janeiro-RJ. Foi um botânico brasileiro, especialista em taxonomia de Angiospermas. Ele coletou expressivo material herborizado, e guardou-o ciosamente. Após a sua morte, foi o mesmo reunido no Museu Botânico Kuhlmann, criado em 1960.

Anteriormente, esse espaço fora destinado à Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, instituição significativa para a defesa não só da antiga capital do Brasil, mas também de todo o Império. Desativada a fábrica em 1831, a edificação passou por diversas reformas, tendo sido ali instalada a residência e o laboratório do botânico Dr. João Geraldo Kuhlmann. Após sua morte, em 1984, foi descoberto um sítio arqueológico denominado Oficina do Moinho de Pilões, que hoje abriga o Museu-Sítio Arqueológico Casa dos Pilões, onde uma maquete simula o funcionamento da antiga oficina.

João Geraldo Kuhlmann foi autor de quase uma centena de trabalhos científicos na área da Botânica. Seu reconhecimento lhe valeu a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o ano de 1951.

Dentre suas obras, podem ser destacadas:

KUHLMANN, J. G.; SAMPAIO, A. J. *Clinostemon*, novo Gênero de Lauráceas da Amazônia. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4 (2), p. 57-59, 1928.

_____. *Arquivos do Serviço Florestal*, [s.l.], n. 3, p. 4, 1950. (Neste trabalho, descreve a família de Peridiscaceae).

A. J. DE SAMPAIO

Foi outro botânico que se incumbiu de estudar, junto à Comissão Rondon, parte da coleção de Pteridophytas organizadas pelos cientistas Hoehne e Kuhlmann, que haviam sido levadas para o Museu Nacional. Sampaio atuava como professor. Esse estudo teve por base trabalhos anteriores executados por Herbert Smith e Júlio César Diogo, além daquelas espécies por ele catalogadas e constantes na obra *A flora de Matto-Grosso: memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon*, publicada em 1916, nos Arquivos do Museu Nacional.

Nasceu aos 5 de fevereiro de 1881. Natural de Campos dos Goitacazes-RJ, descendeu de João José de Sampaio, comerciante de origem portuguesa, e Leopoldina Joaquina Decat Sampaio, de descendência francesa.

Alberto José de Sampaio, ou A. J. Sampaio, como ficou mais conhecido, iniciou sua alfabetização em casa (Campos-RJ), complementando o curso primário na cidade do Porto, em Portugal, entre os anos de 1887 e 1888, em visita a parentes próximos de seu pai. “Mais tarde, cruzaria novamente o Atlântico por mais de uma vez em viagem de aperfeiçoamento ou para apresentar-se em congressos científicos. Terminou o curso



João Geraldo Kuhlmann.
Fonte: Google imagens.



Alberto José de Sampaio.
Fonte: Google imagens.

primário e o secundário em sua cidade natal, tendo cursado o segundo no tradicional Liceu de Humanidades de Campos” (CAPANEMA, 2006, p. 20).

De volta ao Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, interrompendo o curso no final do segundo ano, ocasião em que optou por prestar concurso para assistente da Seção de Botânica junto ao Museu Nacional, em 1904. Aprovado nesse certame, iniciou sua carreira de naturalista em janeiro de 1905.

Inicialmente, demonstrou interesse pela homeopatia, o que o levou a concluir o curso de Medicina, pela Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano, especializando-se na área homeopática, possivelmente influenciado pelos trabalhos realizados no Museu Nacional na área de Botânica.

Exerceu a clínica médica por algum tempo em bairros da capital federal, porém, absorvido pela carreira de naturalista, abandonou a clínica para se dedicar à botânica.

Segundo Capanema (2006, p. 21),

[...] durante os primeiros anos de atuação na Seção de Botânica (1905-1909), Sampaio somente se preocupou em assimilar ao máximo os conhecimentos sobre a flora nacional e estrangeira, teórica e tecnicamente: “[Vive] entre os livros, os laboratórios e a natureza. Estuda muito. Observa. Experimenta. Conclui. Examina herbários e herboriza. A sua pena magnífica trabalha ainda só para si” (D.F.C., 1943, p.180). Esse período é realmente um enigma em sua vida profissional, pois não encontramos nenhum documento referente a ele; somente a partir de 1909 apareceram os primeiros resultados de suas atividades científicas em algumas publicações.

Seus estudos e pesquisas da flora se cindiram ao campo das orquídeas, tendo publicado, junto à Comissão Rondon: *Pteridophytas* (1916); *Lauraceas de Matto-Grosso e duas novas espécies da Amazônia* (1917); e, em conjunto com J. G. Kuhlmann, *Clinostemon, novo gênero de Lauráceas da Amazônia* (1928).



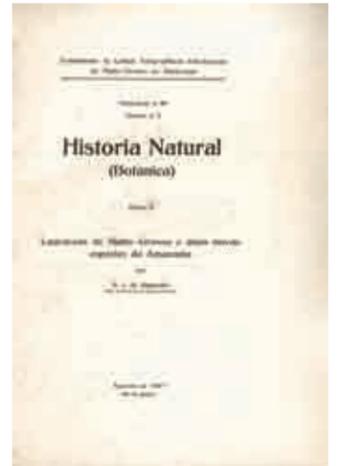
Catasetum saccatum.
Fonte: HOEHNE, F. C. *Relatório de Botânica*, 1915.

Em 1910, foi nomeado substituto do professor da Seção de Botânica do Museu Nacional, dando início à sua atuação docente, paralelamente aos trabalhos de pesquisa.

Entre maio de 1913 e abril de 1914, foi designado, pelo Museu Nacional, para realizar cursos de aperfeiçoamento em Botânica, aproveitando a oportunidade para visitar as principais instituições museológicas da Europa, abrindo oportunidade para intercâmbio.

Segundo o estudo de Capanema (2006, p. 24):

O relatório apresentado por Sampaio sobre sua comissão à Europa é muito útil para a análise do contexto institucional do Museu Nacional e da ciência brasileira no período. Nele, ele expôs suas considerações sobre as instituições que visitou e enalteceu a capacidade científica do Museu Nacional devido ao seu repositório de espécimes naturais, apresentando, contudo, severas críticas à precariedade de material necessário à realização de seu trabalho na Seção de Botânica. Ele destacava a necessidade de uma equiparação técnica do Museu aos institutos internacionais, no que dizia respeito à disponibilização de bibliografia especializada, como obras e periódicos indispensáveis aos trabalhos botânicos, e coleções botânicas típicas para a identificação e classificação de plantas.



Capa do Relatório de História Natural – Botânica.

Fonte: HOEHNE, F. C. *História Natural, Bromeliaceas* [...], dez. 1910.

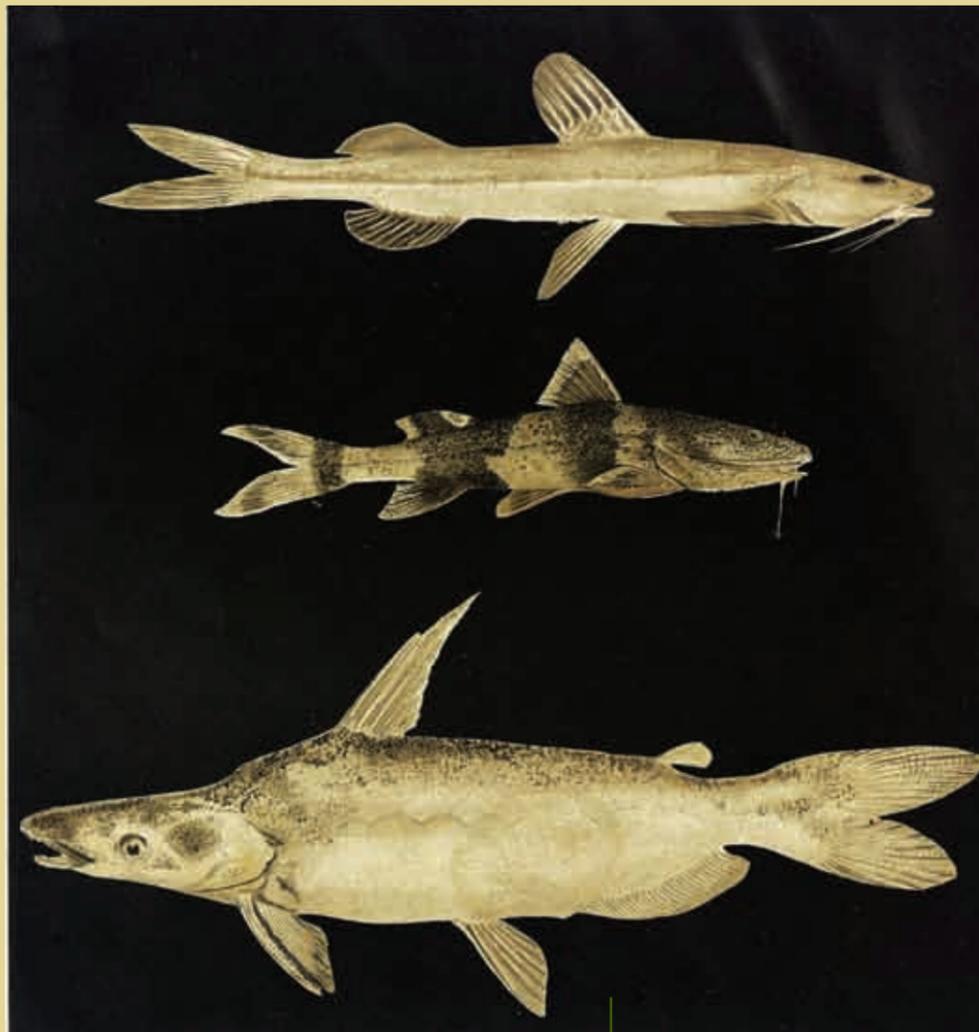
Publicou *Phytogeographia do Brasil* (1934), *Biogeographia Dynamica* (1935) e *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944).

Além dos trabalhos de pesquisa e de docência, atuou

[...] como um dos principais organizadores e como relator-geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1934. Fundou a Sociedade dos Amigos das Árvores, em 1931, e foi sócio fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 1932, associações que se dedicavam à causa conservacionista, publicando, em 1935, o livro especialmente dedicado ao tema, *Biogeographia Dynamica: a natureza e o homem no Brasil*, onde traçava um programa de proteção da natureza para a nação. [...] Membro correspondente do Office International pour la Protection de la Nature, instituição centralizadora da documentação internacional referente à legislação conservacionista, à qual oferecia ampla divulgação através de sua *Revue Internationale de Législation pour la Protection de la Nature*, criada em 1931. O instituto era sediado em Bruxelas e mantido por várias instituições científicas (CAPANEMA, 2006, p. 27).

Alberto José de Sampaio faleceu em Campos-RJ, aos 30 de dezembro de 1946, com 65 anos de idade.

Dentre os mais importantes cientistas que colaboraram com a Comissão Rondon no campo da Zoologia destacaram-se, pelos seus minuciosos trabalhos, Alípio de Miranda Ribeiro, Hermann von Lhering, Adolpho Ducke e Henrique de Beaufort Rohan Aragão, dentre outros.



Nannoglanis hoehnei, Pseudopimelodus variolosus e Ageneiosus rondoni.

Fonte: RIBEIRO, Alípio de Miranda. *Pimelodidae, Trachycorystidae, Cetopsidae, Bunocephalidae, Auchenipteridae e Hypophthalmidae*, 1914.

ALÍPIO DE MIRANDA RIBEIRO

Nasceu em Rio Preto-MG, no dia 21 de fevereiro de 1874. Desde criança, demonstrou pendor pela Zoologia, ciência que abraçou durante sua vida. Os primeiros estudos foram cursados em sua terra natal e complementados no Rio de Janeiro, com o curso secundário. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, porém não chegou a concluir o curso.

Seu grande sonho foi o de desenvolver pesquisas junto ao Museu Nacional. Ingressou na instituição no ano de 1894, quando ocupou a função de preparador interino da 1ª Secção. Em 1897, foi nomeado naturalista-auxiliar, vindo a ocupar os cargos de secretário (1899), professor e chefe da Divisão de Zoologia (1929), função que exerceu até vir a falecer. Atuou como substituto da Secção de Zoologia (1910-1929), quando foi promovido a professor-chefe desta.

Participou da Comissão Rondon, integrando a primeira expedição (1908-1910), oportunidade em que realizou valiosas observações e coleta de material, tendo aproveitado o percurso do Rio de Janeiro a Corumbá para coletar material zoológico (1908). Participou, a convite de Rondon, da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, como zoólogo. Deixou cerca de 150 obras versando sobre vertebrados e invertebrados da fauna brasileira, além de outros títulos sobre peixes, répteis, pássaros e mamíferos. Na Comissão Rondon, ofereceu as seguintes contribuições:

RIBEIRO, Alípio de Miranda. *Loricariidae, Callichthyidae, Doradidae e Trichomycteridae*. Anexo 5. Publicação 16. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1912.

_____. *Pimelodidae, Trachycorystidae, Cetopsidae, Bunocephalidae, Auchenipteridae e Hypophthalmidae*. Anexo 5. Publicação 15. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, fev. 1914.

_____. *Resultados zoológicos da Expedição Roosevelt-Rondon*. Anexo 4. Publicação 53. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1914.



Alípio de Miranda Ribeiro.

Fonte: Google imagens.

_____. *Peixes (excl. Characinidae)*. Anexo 5. Publicação 58. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1920.

Em 1911, fundou a Inspeção de Pesca, primeiro serviço oficial a dedicar-se ao setor no Brasil, tendo sido seu primeiro diretor (1911-1912). Ali, estabeleceu um espaço museológico sobre pesca, uma biblioteca especializada, seções técnicas de pesquisa e operou um navio oceanográfico, o José Bonifácio.

Pela sua competência, foi fundador da Sociedade Brasileira de Ciências.

Faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1939, aos 65 anos de idade.

HERMANN VON IHERING

Foi um naturalista de reconhecimento nacional e internacional. Nasceu aos 9 de outubro de 1850 em Giessen-Alemanha, descendendo do velho jurista Caspar Rudolf von Ihering. Aos 18 anos, sua família transferiu residência para Viena.

Formou-se em Medicina, tendo defendido, em 1876, a tese intitulada *Significação do aparelho auditivo dos Molluscos, tendo-se em vista a sua classificação natural*, pela Universidade de Erlangen. Concorreu à cátedra da mesma universidade alemã, ocasião em que defendeu a tese *Anatomia comparada do sistema nervoso dos moluscos*, apresentada em 1877. Já naquele momento, demonstrava seu pendor pelo estudo zoológico.

Veio para o Brasil em 1880, a fim de auxiliar na montagem de um centro de estudos de História Natural. Naquela ocasião, lecionava Zoologia em Leipzig. Aqui, casou-se com a jovem viúva Anna Maria Clarz Belzer, com quem teve dois filhos, Clara von Ihering e Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering. Residiu inicialmente em Taquara-RS (1880-1883), depois passou por Guaíba (1883-1884), no mesmo estado.

Coletou grandes espécimes de animais, formando uma coleção invejável. Remeteu parte do acervo a instituições e a estudiosos europeus, a exemplo das aves, enviadas para o Museu Britânico e para o conde Hans von Berlepsch; ovos, para Adolph Nehrkorn; e aranhas, para o conde Alexandre von Keyserling. Além disso, praticou Medicina e escreveu para um jornal em Porto Alegre. Em 1883, foi nomeado naturalista viajante do Museu Nacional. Morou em Rio Grande (1884-1885), São Lourenço do Sul (1885) e sete anos em uma ilha na foz do rio Camaquã, carinhosamente conhecida como Ilha do Doutor. Ali, Ihering construiu uma casa, onde escreveu suas memórias não publicadas, *Lebenserinnerungen* (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).

Naturalizado brasileiro em 1885, em 1892 mudou-se para São Paulo, a fim de fundar o que seria mais tarde o Museu Paulista, dedicado à História Natural, do qual foi diretor por 25 anos. Esse trabalho foi iniciado graças ao acervo do antigo Museu Sertório, que funcionava anexo à Comissão Geográfica e Geológica que, mais tarde, deu origem ao Museu Paulista, franqueado ao público em 1895.

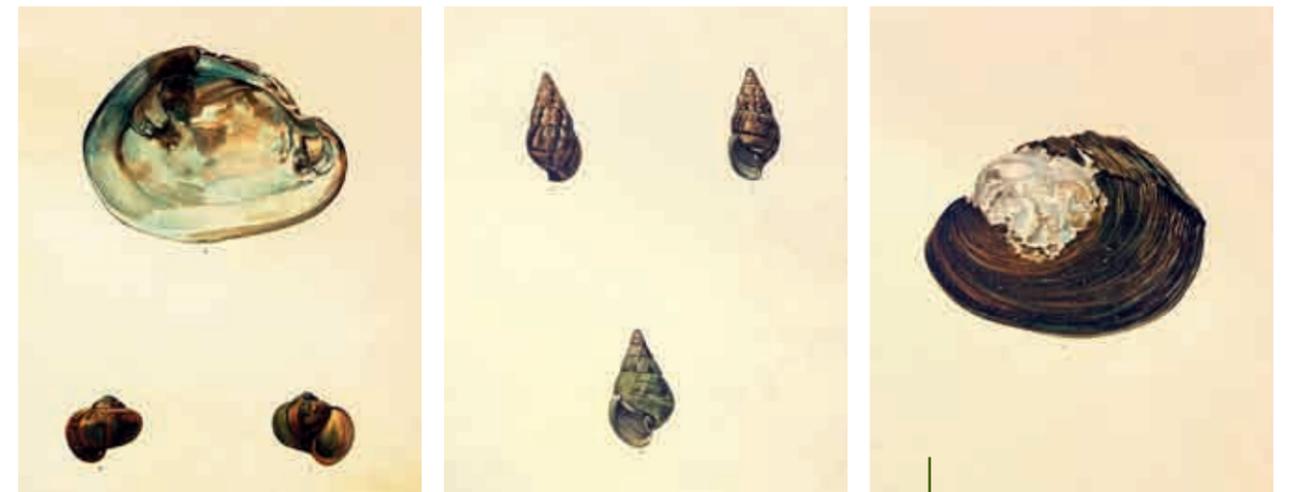


Hermann von Ihering.
Fonte: Google imagens.

Foi também autor do livro *As aves do Rio Grande do Sul*, publicado em 1907, em São Paulo. Durante a primeira grande guerra mundial, foi afastado desse cargo, devido à sua origem alemã. Durante o afastamento, residiu em Santa Catarina, onde dirigiu, por quatro anos, um museu. Mais tarde, com o fim do conflito armado, retornou ao Museu Paulista, onde atuou até 1916.

Dessa vasta experiência, Herman assim opinou, em 1911:

Aqui no Brasil, onde vivo desde o ano de 1880, liguei novamente atenção a assuntos de Antropologia e Etnologia, procurando antes de tudo pôr os nossos conhecimentos sobre os indígenas atuais em relação com os achados arqueológicos e com as informações contidas na literatura antiga [...] Ocupei-me particularmente da biologia dos insetos e, entre eles, de preferência, com a vida dos Himenopteros sociais e também da entomologia econômica, cujo estudo foi introduzido no Brasil (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).



Moluscos de Mato Grosso.
Fonte: LHERING, Hermann von, 1915, p. 17.

Além das publicações inseridas na *Revista do Museu Paulista*, colaborava concomitantemente com cerca de 24 periódicos nacionais e estrangeiros. Trabalhou por 80 anos ininterruptos. Sobre sua capacidade de trabalho, aliada à competência, assim se expressou Franco da Rocha: “Von Ihering não era um homem desses que desaparecem todos os dias, sem que façam grande falta, a não ser para os seus íntimos. Ele trabalhou muito e o resultado desse trabalho aí está nos livros e revistas científicas em que colaborou”. Conhecido e respeitado por cientistas do mundo todo, logo recebeu convites de museus e universidades, indo primeiro para o Chile e depois para o Museu de la Plata, na Argentina. Lá, lecionou Zoologia na Universidade de Córdoba, continuando suas pesquisas de

Arqueologia e Antropologia. Ao retornar à Alemanha, em 1924, a convite da Universidade de Gießen, doou à universidade de Córdoba sua coleção de moluscos fósseis. Sua imortalidade está consagrada nos trabalhos científicos que legou ao Brasil e ao mundo, pois, de acordo com Diderot: “A imortalidade é uma espécie de vida que se adquire na memória dos homens” (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).

Ao celebrar seus 70 anos, era membro honorário ou correspondente de 30 sociedades e academias; seu nome tinha sido dado a 5 *genera* e mais de 100 espécies de animais e plantas.

Hermann von Ihering retornou à Alemanha, fixando residência na pequena cidade de Buedingen, onde veio a falecer a 26 de fevereiro de 1930. Seu filho, Rodolpho von Ihering, seguiu os passos do pai, visto que foi o introdutor da Limnologia no Brasil.

ADOLPHO DUCKE

Nasceu em Trieste, território integrante do Império Austro-Húngaro, aos 19 de outubro de 1876, e faleceu na cidade de Fortaleza, em 5 de janeiro de 1959. Profissionalmente, atuou como botânico, entomólogo e etnólogo. Começou a trabalhar na floresta Amazônica como entomólogo, junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Seu pendore para a Botânica se deveu a Jacques Huber e de Paul Le Cointe, cujos trabalhos de pesquisa foram compartilhados por Ducke. Fez diversas viagens ao Amazonas, onde estudou a estrutura do sistema florestal. Publicou 180 artigos e monografias referentes aos campos da Zoologia e Botânica, principalmente sobre as leguminosas, a maioria em língua estrangeira, entre 1897 e 1925.

Ducke descreveu 900 espécies e 50 gêneros de plantas, principalmente árvores. Em 1918, além de suas intensas atividades para o Museu Paraense, colaborou em outras instituições, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Instituto Agrônomo do Norte. Durante a primeira metade do século XX, foi uma das mais importantes autoridades na área da Botânica amazônica. Em 1954, preocupado com os destinos dos recursos naturais dessa região, sugeriu ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) a criação de reservas naturais. Morreu antes de ver seus esforços coroados. Em 1963, foi criada a Reserva Florestal Adolpho Ducke e também o Jardim Botânico de Manaus que, hoje, leva seu nome.

HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN ARAGÃO

Nasceu em Niterói, em 1879. Concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1905. Defendeu tese junto ao Instituto Oswaldo Cruz, ao qual se ligou desde 1903, enquanto estudante, ali permanecendo até sua aposentadoria como integrante dos quadros institucionais. Estudos sobre este personagem afirmam que:



Adolpho Ducke.

Fonte: Google imagens.



Tabanus.

Fonte: LUTZ, Adolfo. *Tabanídios*, 1912.



Henrique de Beaurepaire Rohan Aragão.

Fonte: Google imagens.

Seu sobrenome francês é de origem materna em terceira geração. Seu avô materno, marechal Henrique de Beaurepaire Rohan, já era brasileiro e teve ativa participação na vida política e cultural da nação, tendo sido cartógrafo e autor de um dicionário de vocábulos brasileiros (REZENDE, 2009, p. 44).

O Dr. Aragão se dedicou ao estudo das doenças transmitidas por animais, uma das primeiras quando contava com apenas 28 anos de idade. “Sua primeira grande descoberta, a do ciclo exoeritrocitário do hematozoário (*Haemoproteus columbae*), antecipando a ocorrência de idêntico ciclo na malária humana, o que foi comprovado, trinta anos depois, pelo cientista inglês Percy Garnham ao descrever o ciclo hepático do plasmódio” (REZENDE, 2009, p. 409).

O reconhecimento das pesquisas do Dr. Aragão era notório:

Olympio da Fonseca Filho narra que, ao visitar o Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, em 1952, ouviu do decano dos protozoologistas alemães, prof. Reichnow, palavras de elogio e admiração pelo trabalho de Henrique Aragão, ‘tão jovem e já famoso’ (FONSECA FILHO, 1973, p. 43).

Em 1909 e 1910 Aragão realizou estudos na França e na Alemanha, especialmente no Instituto Zoológico de Munique. Ao retornar ao Brasil, dedicou-se inteiramente à pesquisa, interessando-se por diversos campos do conhecimento. Sua produção científica é abrangente e diversificada nas áreas da parasitologia, virologia e biologia em geral. Ocupou-se tanto da pesquisa aplicada aos problemas de saúde pública da época, conforme a orientação do instituto, quanto da pesquisa básica, quando dispunha de tempo.

Trabalhou na profilaxia da malária e desenvolveu estudos sobre a Leishmaniose tegumentar, amebíase intestinal, parasitoses do homem e dos animais, febre amarela e outras viroses (REZENDE, 2009, p. 368).

No ano de 1911, teve sua atenção despertada para o mixoma do coelho, doença transmitida aos roedores pela picada de insetos. Segundo Rezende (2009, p. 369-370),

essa descoberta teve repercussão internacional e beneficiou especialmente a Austrália. [...] Em 1919, Henrique Aragão escreveu ao governo da Austrália, sugerindo o controle biológico, inoculando alguns coelhos com o vírus do mixoma, que ele havia isolado e que se prontificava a fornecer, introduzindo no país uma doença altamente letal para o coelho. As autoridades sanitárias da Austrália relutaram por muitos anos a importar

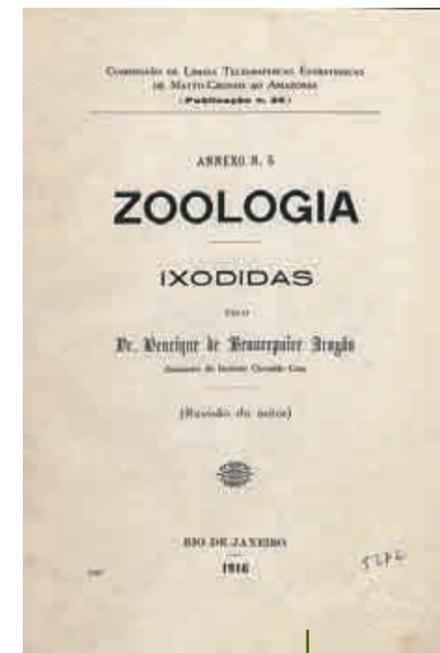
o vírus, temendo consequências imprevistas. Somente em 1950, graças à persuasão de cientistas australianos, o governo decidiu autorizar o método proposto por Aragão.

Sua atuação, por ocasião da febre amarela que grassou no Rio de Janeiro em 1928, foi de uma dedicação espartana, visto que desejava produzir uma vacina. Sua carreira profissional foi igualmente exitosa:

Para coroamento de sua carreira, Henrique Aragão foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 1942 a 1949. Em sua administração, o instituto, dando continuidade às propostas do Serviço de Estudo das Grandes Endemias criado por Evandro Chagas, expandiu suas atividades no interior do país com a criação do posto de saúde para estudo da esquistossomose em Pernambuco e o posto para estudo da doença de Chagas, em Bambuí, Minas Gerais, hoje Centro Avançado de Estudos Emmanuel Dias. Neste centro foram feitos importantes estudos clínicos e epidemiológicos sobre a tripanossomíase e iniciadas as primeiras experiências de combate aos triatomíneos pela borrifação das casas com inseticidas de ação residual. [...] Aposentado compulsoriamente por idade, em 1950, Aragão dedicou os últimos anos de sua vida ao estudo e classificação dos ixodídeos (carrapatos). Permaneceu em atividade até uma semana antes de seu falecimento, que se deu a 26 de fevereiro de 1956, aos 77 anos (REZENDE, 2009, p. 370).

Mereceu o Dr. Aragão inúmeras condecorações, a exemplo da medalha Noth, outorgada pelo Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo:

O Instituto Oswaldo Cruz possui um pavilhão com o seu nome e o homenageou com dois seminários em sua memória, o primeiro em 1979, no centenário de seu nascimento, e o segundo em 2007, em comemoração ao centenário de sua descoberta do ciclo exoeritrocitário do parasito da malária (REZENDE, 2009, p. 370).



Capa do *Relatório de Zoologia, Ixodidas*.

Fonte: ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire, 1916.



Crustáceos.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Missão Rondon*, 1916, p. 16.

Minas Gerais constituiu e ainda constitui importante centro de estudos mineralógicos e geológicos, graças às inúmeras potencialidades de seus recursos naturais. O carioca Dr. Alberto Betim Paes Leme foi um importante estudioso que colaborou com as pesquisas desenvolvidas pela Comissão Rondon nesse campo de conhecimento, com a publicação *Mineralogia e Geologia*, 1911.

A Comissão Rondon, em seus trabalhos científicos, priorizou o estudo e a publicação dos resultados referentes aos recursos hídricos, abundantes nas regiões de Mato Grosso e Amazônica. A fixação das linhas telegráficas, na direção sul-norte demandava estudos detalhados para tal ação e os rios constituíam desafios a serem transpostos. Assim, ganharam destaque os cientistas: João Salustiano Lyra, que faleceu prematuramente nesse trabalho junto ao rio Sepotuba, o Tenente Emmanuel Silvestre do Amarante, Júlio Caetano Horta Barbosa, Ramiro Noronha e Nicolau Bueno Horta Barbosa. Vejamos um breve perfil de algumas dessas personalidades.



Coronel Rondon e índios.

Fonte: RONDON, C.M. da Silva. Conferências de 1915, 1916, p. 26.

Minerólogos e geólogos

ALBERTO BETIM PAES LEME

Nasceu no Rio de Janeiro, em 1883. Seus estudos médios foram realizados no Liceu Carnot, em Paris, e o superior na École des Mines, diplomando-se em 1906.

Trabalhou, em 1911, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), ocupando a cadeira de Mineralogia do Museu Nacional, ocasião em que dinamizou a seção de Mineralogia e Geologia através da reorganização de suas coleções.

O ano de 1926 marcou sua nomeação como catedrático de 'Botânica e Zoologia Industriais' e 'Estudos das Matérias-primas', na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

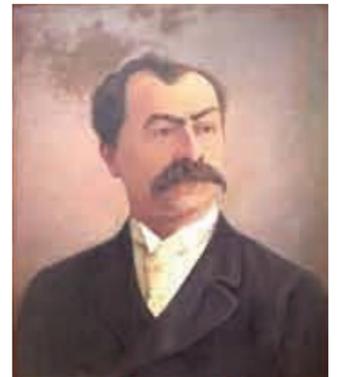
Sua primeira obra publicada foi um estudo da geologia do Distrito Federal, escrita em 1910. Pela Comissão Rondon, escreveu *Mineralogia e Geologia*, obra elaborada em 1911 e impressa em 1920. Publicou o guia *Evolução da Terra e Geologia do Brasil, sob a ótica das coleções do Museu Nacional* (1924), a *História física da Terra, vista por quem a estudou no Brasil* (1979), e *O Depoimento do Brasil na discussão da Theoria do Deslize dos Continentes segundo Wegener* (1930).

Dedicou-se a pesquisas no campo da análise espectral aplicada à Mineralogia. Pertenceu à Societé Géologique de France e à Academia Brasileira de Ciências, tendo recebido as insígnias de Cavaleiro da Légion d'Honneur e professor honorário da Universidade de Paris (Sorbonne). Durante seus trinta anos de atividade, Betim ofereceu vasta e fecunda contribuição para a Geologia, tendo participado do debate sobre a Teoria da Deriva Continental.

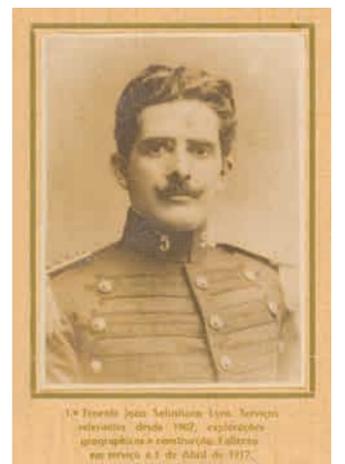
Faleceu no Rio de Janeiro, em 1938.

JOÃO SALUSTIANO LYRA

Nasceu em Pelotas-RS, aos 8 de junho de 1878, e faleceu em 3 de abril de 1917, por afogamento, no rio Sepotuba, em Mato Grosso, quando fazia sua exploração. Nesse incidente, faleceu também o Segundo-Tenente Eduardo de Abreu Botelho, que o auxiliava nessa missão.



Alberto Betim Paes Leme.
Fonte: Google imagens.



João Salustiano Lyra.
Fonte: Google imagens.



Obra publicada pelo Tenente Lyra e Eduardo de Abreu Botelho.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Missão Rondon*, 1916, p. 16.

Lyra foi filho natural do Visconde da Graça com Vicência Ferreira Lira. Engenheiro militar formado na Alemanha, especializou-se em telegrafia sem fio, sistema de comunicação utilizado pela Comissão Rondon, que o convidou para integrar essa missão, em sua parte amazônica, entre os anos de 1907 e 1909. Colaborou com a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, entre 1913 e 1914. Publicou *Variante da Ponte de Pedra ao Salto Utiariti e Aldeia Queimada*, em 1908.

Casou-se com Thereza Dulce, natural de São Luiz de Cáceres-MT, com quem teve três filhos.

Sua carreira foi interrompida quando faleceu, vítima de afogamento, nas corredeiras do rio Sepotuba (atualmente rio Tenente Lira), afluente da margem direita do Alto Paraguai, em 3 de abril de 1917, aos 38 anos. Seu corpo jamais foi encontrado.

Para reverenciar a memória do Tenente Lyra e de seu auxiliar, Eduardo de Abreu Botelho, a Comissão publicou a obra *O desastre do Sepotuba*, lamentando a perda de dois importantes e reconhecidos cientistas da Comissão Rondon (NOMURA, 2010).

De seu trabalho junto à Comissão Rondon, mereceu publicação *Relatório do ajudante da expedição*, em 1910.

JÚLIO CAETANO HORTA BARBOSA

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, aos 8 de maio de 1881, e faleceu em 1965, aos 84 anos, na mesma cidade.

Participou da Guerra de Canudos com apenas 15 anos de idade, tendo iniciado sua carreira militar em 1897, quando assentou praça. O curso superior foi efetivado na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, diplomando-se em Engenharia, com bacharelado em Matemática e Ciências Físicas.

A partir de 1906, integrou os trabalhos da Comissão Rondon na instalação das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, ocasião em que ofereceu sua colaboração por muitos anos.

De profunda formação positivista, Júlio Caetano se posicionou favorável à Aliança Liberal, sob a liderança de Getúlio Vargas. Nessa direção, combateu o movimento



Júlio Caetano Horta Barbosa.

Fonte: Google imagens.



Família de João Pedroso, em frente à sua moradia, no Posto Indígena Simões Lopes.

Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 153.

constitucionalista de 1932, liderado por São Paulo. Por sua atuação, foi promovido ao generalato, tendo também presidido o famoso Clube Militar do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1937.

Sua atuação foi muito mais no campo político, tendo colaborado em diversos momentos que marcaram os trabalhos da Comissão Rondon. No interior do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, comandou o organismo que estava diretamente ligado à presidência da República, e ainda integrou, por diversas vezes, o Conselho da Instituição no encaminhamento político.

Durante o Estado Novo, ajudou a fundar a Sociedade Amigos da América, entidade que lutou pela defesa da democracia e do alinhamento externo do Brasil com os Estados Unidos e com o bloco dos Aliados na II Guerra Mundial. Entre 1944 e 1945, esteve à frente da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo.

Dentre as suas bandeiras de luta, tem destaque a questão do petróleo enquanto patrimônio nacional. Daí ter sido alçado à presidência de honra do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, ocasião em que teve forte participação na campanha 'O Petróleo é Nosso', movimento que culminou com a criação da Petrobras, em 1954.

No interior da Comissão Rondon, escreveu o relatório referente à *Exploração e levantamento dos rios Amari e Machadinho*, datado de 1945.

EMMANUEL SILVESTRE DO AMARANTE

Era carioca e completou seus estudos na Escola de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro, em 1906. Casou-se com Aracy, uma das filhas de Cândido Mariano da Silva Rondon.

Foi promovido a Major em 1923 e, em 1929, era o chefe da 4ª Zona Telegráfica, sediada no extinto município de Santo Antônio do Rio Madeira, então pertencente ao Mato Grosso, situado a 7 km do centro de Porto Velho, parte do atual estado do Amazonas.

O Major Amarante morreu vítima de infecção tífica, aos 8 de agosto de 1929, quando fazia apenas quatro meses que se encontrava como chefe do distrito telegráfico. Faleceu na cidade de Porto Velho, aos 49 anos, em 1929, sendo enterrado no cemitério dos Inocentes, em um lendário túmulo que foi vitimado por uma lenda.

Em *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a história*, Matias (2013) relata:

Na época, o cemitério era protegido por uma cerca de arame farpado e os moradores da 'Vila Mucambo' costumavam cruzar o campo quando se dirigiam ao centro de Porto Velho. Eis que senão quando um morador chegou na vila apavorado, estava lívido, olhos esbugalhados, garganta seca e o medo estampado no rosto. E gritou que 'ao passar perto do túmulo do Major Amarante ouviu uma espécie de rugido e o som de algo se quebrando'. 'Parecia que o defunto estava se levantando da sepultura'. Foi o



Capa do Relatório publicado por Júlio Caetano Horta Barbosa.

Fonte: RONDON, C. M. da S. *Missão Rondon*, 1916, p. 16.



Emmanuel Silvestre do Amarante.

Fonte: Google imagens.

bastante para o medo e o mistério servirem de combustível para o surgimento de uma amedrontadora lenda de cemitério. De repente, a cidade inteira ficou apavorada com o homem que virou bicho. Seria um dragão acorrentado? Uma grande cobra acorrentada pelo rabo? Ou, pior ainda: seria o próprio defunto preso em correntes?

Seja como for, se conseguisse se soltar – imaginava-se –, o bicho iria destruir a cidade e matar seus moradores. Uma desgraça. O medo. O imponderável. A superstição tomava conta do imaginário popular. Não se tinha sossego. O Major Amarante, poderoso oficial do Exército, ex-legionário da Comissão Rondon, genro predileto de Rondon, virou bicho depois de morto. E para comprovar a coisa toda, o túmulo realmente apresentava rachaduras. A prefeitura encarregava-se de consertar, mas não tinha jeito, rachava de novo. Consertava e rachava. A cada serviço, nova rachadura. O medo do defunto acorrentado aumentava ainda mais. Até que um dia... O mistério foi descoberto. Alguém, possivelmente um funcionário da prefeitura, percebeu que uma árvore frondosa, uma figueira, plantada a uns cinco metros do túmulo do Major Amarante, espalhava suas poderosas raízes que passavam por baixo da sepultura e rachava suas paredes, o que causava o barulho ouvido por aquele morador da Vila Mucambo. Estava encerrado o mistério depois de longos e tenebrosos invernos de frio, chuva, noites escuras e grandes superstições na pequena, bucólica e inquieta Porto Velho.

Em 1930, Cândido Mariano da Silva Rondon esteve no Cemitério dos Inocentes para visitar o túmulo de seu genro e fiel colaborador, Major Emanuel Silvestre do Amarante. Ao discursar sobre o túmulo, Rondon se emocionou e chorou, referindo-se a Amarante como seu braço direito nos trabalhos das Linhas Telegráficas. Além disso, Amarante foi pai do primeiro neto de Rondon, nascido em 1915. Segundo Francisco Matias (2013), “Rondon teve a informação, por telégrafo, do nascimento do menino Emanoel; ele recebeu a mensagem no posto de Vilhena, cuja construção existe ainda hoje e é conhecida como *Casa de Rondon*”.

Coube a Amarante organizar e publicar o *Levantamento e locação do trecho compreendido entre os rios Zolaharuiná (Burity) e Juruena*, em 1909.

NICOLAU BUENO HORTA BARBOSA

Descendeu da tradicional família Horta Barbosa, ancestrais de D. Antonio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, fundador de Vila Bela da Santíssima Trindade. Nicolau e os irmãos foram trinetos do primeiro governante de Mato Grosso. Diversos membros da família colaboraram com os trabalhos da Comissão Rondon, a saber: Francisco Bueno Horta Barbosa, Nicolau Bueno Horta Barbosa, Júlio Caetano Horta Barbosa e Renato Barbosa Rodrigues Pereira.



Nicolau Bueno Horta Barbosa.
Fonte: Google imagens.

Índios Nambiquara em momento de recreio.
Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. 1, 1946, p. 35.



Nicolau se engajou nos trabalhos da Comissão Rondon, atuando junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais. Data do ano de 1917 a criação de um dos maiores postos indígenas, que levou o nome de *Posto Indígena Francisco Horta Barbosa* (Decreto nº 404, de 03/09/1917), em homenagem a seu criador e estimulador. Essa unidade do SPITN estava localizada entre o território de Dourados e Iporã, integrantes do então Mato Grosso uno, e que hoje fazem parte do estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Ferreira *et al.* (2012, p. 98),

Para o referido foram levados os povos Terena, Guarani e Kaiowá. Vale lembrar que a reunião de povos distintos em uma mesma região era uma prática comum do SPI. Conforme as Instruções Internas do SPILT/1910, nas povoações indígenas seriam reunidos os índios das mais distintas tribos. O SPILT visava modificar as formas tradicionais de organização e valorização dos espaços praticados por essas populações.

O Tenente Nicolau Francisco Horta Barbosa colaborou com os trabalhos de pacificação indígena na parte central e norte de Mato Grosso, ocasião em que outra expedição objetivava a pacificação dos índios Nambiquara, habitantes das terras confinantes do Juruena e a Serra do Norte:

[...] desta feita com número maior de expedicionários – 127 homens bem armados, 90 bois de carga, 50 burros, 6 cavalos e mais 20 bois para corte. Os principais expedicionários eram, além de Rondon, os segundos-tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa, Emanuel Silvestre Amarante, João Salustiano Lira e tenente médico Manoel de Andrade, tenentes Carlos Carmo de Oliveira Melo e Américo Vespúcio Pinto da Rocha, o farmacêutico Benedito Canavarros, o fotógrafo Luiz Leduc, um inspetor e dois guarda-fios, 30 tropeiros e 82 praças do exército que seriam homens comandados pelo segundo-tenente Joaquim Ferreira da Silva que tinham como missão, além do apoio que ofereciam aos demais expedicionários, pacificarem os ferozes Nhambiquaras para a facilitação dos trabalhos de implantação da linha telegráfica. Eles defendiam sua morada, não deram descanso aos expedicionários que se viam também com extravio dos animais,



Cestaria indígena Nambiquara.
Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. 1, 1946, p. 117.



Os quatro expedicionários que foram atacados a fechadas pelos Nambiquara.

RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. 1, 1946, p. 70.

seja por adoecerem ou mesmo fugirem. Alguns ‘soldados de espírito fraco’, como os denominou Rondon, chegaram a desertar, apavorados com o desconhecido (NEWSRONDÔNIA, 2015).

Nessa empreitada, a expedição foi recebida com resistência, ocasião em que foi morto o Tenente Marques de Souza e feridos gravemente os Tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa e Tito Barros (MENDES, 2008).

O Tenente Nicolau escreveu *Exploração e levantamento dos rios Amari e Machadinho*, em 1945, uma colaboração de seus trabalhos junto à Comissão Rondon.



Presidente Eurico Gaspar Dutra ao lado do governador do território de Ponta Porã, Ramiro Noronha, 1945. FONTE: ACBM. Acervo Ramiro Noronha, *Jornal Ponta Porã*, a. 1, n. 1, 29 ago. 1945.

RAMIRO NORONHA

Nasceu em Minas Gerais, aos 31 de dezembro de 1885, e ingressou, aos 17 anos, no curso preparatório junto à Escola Militar de Porto Alegre e diplomou-se pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Incorporou-se ainda muito jovem aos trabalhos de abertura dos Postos Indígenas, a convite de Rondon, que se situavam no território dos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, cujos espaços geográficos constituíam o grande Mato Grosso uno. Essa atividade, extremamente trabalhosa e que exigiu muita disciplina e habilidade, foi desenvolvida entre 1920 e 1940. Nessa ocasião, Ramiro Noronha conheceu e palmilhou um vasto território, incluindo o reconhecimento dos rios Paraguai, São Lourenço, Paranatinga e Culuene; conheceu e manteve relações com diversos grupos indígenas, moradores ancestrais daquelas terras, os quais aderiram e se incorporaram aos trabalhos da Comissão Rondon, a exemplo dos: Bacairi e Camaiurá, junto aos Postos Simões Lopes; Barbado, Umutima e Caiabi-Apiacá, no Posto Fraternidade Indígena; e Bororo, responsáveis pela manutenção do Postos Indígenas General Carneiro, Rio Vermelho e Córrego Grande³.

Em cada Posto Indígena foram desenvolvidos trabalhos de abertura de estradas, construção de pontes e de edifícios, para acolher a administração, as residências do pessoal

³ Além dos trabalhos junto à Comissão Rondon, Ramiro Noronha foi convidado, pelo presidente Getúlio Vargas, para governar o território de Ponta Porã, no ano de 1934, tendo sido diretor de Material Bélico do Exército Brasileiro e também da Fábrica de Pólvora de Juiz de Fora-MG.

de apoio; e também oficinas, escolas e enfermarias. Esse conjunto de esforços propiciou o reconhecimento da parte interiorana do Brasil e seus habitantes, apresentando-se enquanto campo fértil de aprendizado, haja vista a imbricação entre o saber nativo e o saber técnico-científico da Comissão Rondon, um movimento de mão dupla.

No interior da Comissão Rondon, Ramiro Noronha atuou junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, prestando relevantes serviços. Fez editar *Exploração e levantamento do rio Culuene, principal formador do Xingu: reconhecimento de verificação ao divisor Arinos-Paranatinga*, escrito em 1920 e publicado no ano de 1952.

Ramiro Noronha, que participou diretamente desse trabalho, visto ter sido o grande líder e companheiro de Rondon na fixação dos Postos Indígenas ao longo do extenso território do então Mato Grosso indiviso, veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1955, tendo, ao longo de suas atividades como militar e grande responsável pelos trabalhos do SPITN, acumulado um precioso acervo documental e bibliográfico que permaneceu, por décadas, intocado, até que, na primeira década do ano de 2000, a família resolveu depositá-lo no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, instituição que abriga as duas mais antigas e atuantes reservas culturais de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico – instalado em 1919 – e a Academia Mato-grossense de Letras – criada em 1921.

O acervo Ramiro Noronha, raro e precioso, reconstitui, através de fotografias, manuscritos, jornais e material impresso, o conjunto dos trabalhos desenvolvidos na abertura dos Postos Indígenas, que eram o carro-chefe das proposições do SPITN. Mergulhar nesse acervo faz com que o pesquisador vivencie momentos determinantes da missão rondoniana, seja na formação de novos núcleos de povoamento, ou pela integração das populações indígenas aos trabalhos da Comissão e, conseqüentemente, à nacionalidade brasileira.

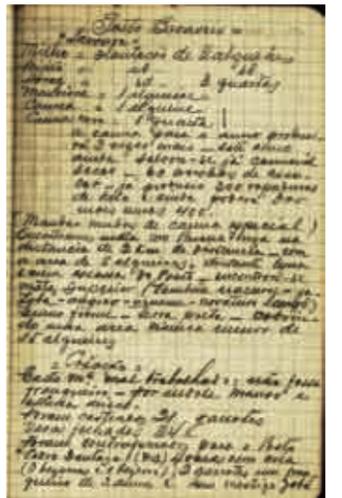
O conjunto documental reunido por Ramiro Noronha é composto de 21 *Cadernetas de Campo*, através das quais se consegue reconstituir o cotidiano dos trabalhos dos Postos; de uma série de *correspondências* trocadas pelo titular com autoridades ligadas ao SPITN, entre 1926 e 1955; uma coleção de *periódicos nacionais e estrangeiros* que registraram as ações rondonianas em suas diversas atividades; um *álbum fotográfico*, composto de 517 imagens, muitas delas inéditas, relativas aos trabalhos do SPI, acompanhadas de explicações manuscritas de autoria de Ramiro Noronha; e ainda 49 *imagens avulsas* sobre a mesma temática; além de 42 *mapas e plantas* relativas exclusivamente às projeções e edificações dos Postos Indígenas abertos entre 1920 e 1950.

Hoje, todo o conjunto documental se encontra catalogado, podendo ser acessado no sítio: <www//casabarao.com.br> (acervos privados).



Caderneta de campo de Ramiro Noronha.

FONTE: ACBM. Acervo Ramiro Noronha. *Caderneta de Campo* n. 9, 1915-1916.



Anotações referentes ao Posto Indígena Simões Lopes, habitado pelos índios Bakairi, situado na margem direita do rio Paranatinga, 13/06/1926.

FONTE: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, Pasta 1, doc. 6.

Além das explorações e estudos sobre fauna, flora e recursos hídricos, a Comissão Rondon devotou especial atenção ao esquadramento geopolítico do espaço percorrido. Os princípios da Geografia e Astronomia da época foram essenciais para o reconhecimento do território. Para tanto, duas personalidades foram fundamentais nesses trabalhos: Renato Barbosa Rodrigues Pereira, responsável pelo Posto Astronômico de Cuiabá, e o Tenente João Salustiano Lyra, ajudante.



Índios Ariti na Estação Telegráfica de Vilhena.

Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 324.

Astrônomos

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA

Nasceu no dia 9 de agosto de 1875, na cidade de Conselheiro Lafaiete-MG, descendendo de Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira e de Esther de Carvalho Cotrim.

Seus trabalhos astronômicos, efetivados junto à Comissão Rondon, demonstram o esforço de aperfeiçoamento nessa área, visto ter auxiliado Cândido Mariano da Silva Rondon na elaboração do primeiro mapa republicano definidor das fronteiras da República brasileira.

Já na década de 1940, Renato percorreu, junto ao IX Congresso de Geografia, sobre as *Demarcações da Linha Geodésica Apaporis-Tabatinga*; mais tarde, foi o responsável por delimitar o Centro Geodésico da América do Sul, localizado em Cuiabá, capital mato-grossense.

Os trabalhos da Comissão Rondon – que incluíam estudos e investigações científicas sobre os recursos hídricos, a fauna, a flora e os recursos minerais da região de Mato Grosso e Amazônia, incluindo o atual estado de Rondônia, que pertenceu a Mato Grosso – foram fundamentais para auxiliar os trabalhos demarcatórios da fronteira geopolítica, assim como os trabalhos de cartografia.

Nesse contexto, a Comissão Rondon, embora não tratasse diretamente de definições fronteiriças, foi responsável pela divulgação de um acervo sobre esse território a ser incorporado, conhecido e divulgado (GENI PROFILE, 2016).



Renato Barbosa Rodrigues Pereira.
Fonte: Google imagens.



Rondon auxiliado pelo Tenente Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

Fonte: ACBM. Acervo Ramiro Noronha, foto avulsa 36.

Ele apresentou a Rondon um *Relatório do encarregado do Posto Astronômico de Cuyabá*, no ano de 1909.

Renato Barbosa Rodrigues Pereira faleceu aos 6 de março de 1963, na antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro.



AMÍLCAR ARMANDO BOTELHO DE MAGALHÃES

Nasceu no interior do Rio de Janeiro, no ano de 1880, descendendo do General Marciano Augusto Botelho de Magalhães. Contraiu matrimônio com Clementina Botelho de Magalhães, com quem teve três filhos. Como sobrinho do líder republicano Benjamin Constant, ingressou no Exército e participou de expedições comandadas pelo General Cândido Rondon. Procurando dar publicidade aos trabalhos rondonianos, publicou na imprensa diversos artigos sobre o tema, reunidos em um livro de 1928. A cada publicação, eram acrescentados ao original novos escritos sobre as explorações do território brasileiro, com descrições de rios dos atuais estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, notícias sobre zonas auríferas, águas termais, fotografia e cinema no sertão, e notas antropométricas sobre os indígenas. Dizia ele textualmente:

Os resultados da dinâmica dos trabalhos da Comissão Rondon foram consubstanciados em Conferências, proferidas por Cândido Mariano da Silva Rondon e também por seus auxiliares mais próximos, a exemplo de Amílcar Armando Botelho de Magalhães, que reuniu em obra o conjunto dos pronunciamentos.
Fonte: Google imagens.

Para mim, este heroísmo é bem mais nobre e bem mais difícil; demanda muito mais energia e tenacidade do que o heroísmo do momento, de duração efêmera, como o que requer o ataque de uma trincheira inimiga: a primeira é uma temeridade refletida; a segunda, uma temeridade que se incendeia como a pólvora negra, ao calor repentino do entusiasmo contagioso das massas, que arrastam o homem às maiores loucuras. Lá é o comandante que fascina a massa com o seu entusiasmo viril; aqui a massa que eletriza o comandante, envolvendo-o na onda magnética dos hurras comunicativos... (MAGALHÃES, 1942, citado por SILVA, 2014).

Segundo Caser (2009, p. 37):

Amílcar Armando Botelho de Magalhães, oficial que foi o braço direito de Rondon, chefiava o escritório e promovia incansavelmente a comissão. Isso ele fazia enviando artigos aos jornais da cidade e remetendo cartas a editores, toda vez que a comissão recebia a menor menção negativa na imprensa. Procurava autoridades, especialmente para solicitar aumentos no orçamento da comissão. Organizava exposições, fazia e agendava conferências sobre as atividades do pessoal de Rondon. Graças, em grande medida, aos esforços de Botelho de Magalhães, quem fosse instruído e vivesse em uma cidade brasileira importante provavelmente estaria totalmente a par do que Rondon andava fazendo no sertão.



Visita dos Arití-Uaimaré ao acampamento – Expedição de 1907.

Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Relatório apresentado à Diretoria dos Telégrafos, 1907-1910*, 1919, p. 86-87.

Deixou escritas e publicadas as seguintes obras: *Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira, Cel. de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*, em 1916; *Memorial dedicado ao Governo da República e aos srs. membros do Congresso Nacional*, em 1919; *Pelos sertões do Brasil*, 1941. (Coleção Brasileira, 195); *Rondon: uma relíquia da pátria*, em 1942; *Impressões da Comissão Rondon*, em 1942. (Coleção Brasileira, Série 5ª, v. 211); e *A obra ciclópica do general Rondon*, em 1956.

Faleceu em Porto Alegre, aos 20 de novembro de 1894.

Homenagens

Os trabalhos e publicações científicas da Comissão Rondon sempre foram muito bem-vistos pelos brasileiros, uma vez que estampavam temas relativos aos territórios pouco conhecidos. As homenagens prestadas à Comissão, ou dela para com seus colaboradores, demonstraram sentimentos de gratidão. Destacamos as seguintes publicações:

– *O desastre do Sepotuba (homenagem pelo falecimento do Primeiro-Tenente João Salustiano Lyra e do Segundo-Tenente Eduardo de Abreu Botelho)*. Rio de Janeiro: [s.n.], [19--].

– Centenário da Comissão Rondon (1907-2007). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, n. 67, 2007.

– *Conferência proferida pelo Prof. Nelson Senna (da Universidade de Minas) a convite do Exmº Sr. General Rondon*. Rio de Janeiro: [s.n.], 30 abr. 1946.



Marco fronteiro às margens do rio Apa, demarcando a fronteira entre Paraguai e Brasil.

Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentados às autoridades do Ministério da Guerra*, 1949, p. 103.

A divulgação das atividades da missão rondoniana não se circunscreveu aos trabalhos científicos, cujos relatórios mereceram publicação, mas demandou reconhecimento de abrangência nacional, tanto por parte do governo federal, que amparou financeiramente o empreendimento, como pela sociedade mais ampliada. Fotografias e filmes materializaram, de forma mais contundente, as realizações da Comissão Rondon, dando-lhe visibilidade e, sobretudo, reconhecimento pelos esforços implementados. Dentre os fotógrafos e cineastas que atuaram nos trabalhos de Rondon, tem destaque Luiz Thomaz Reis.

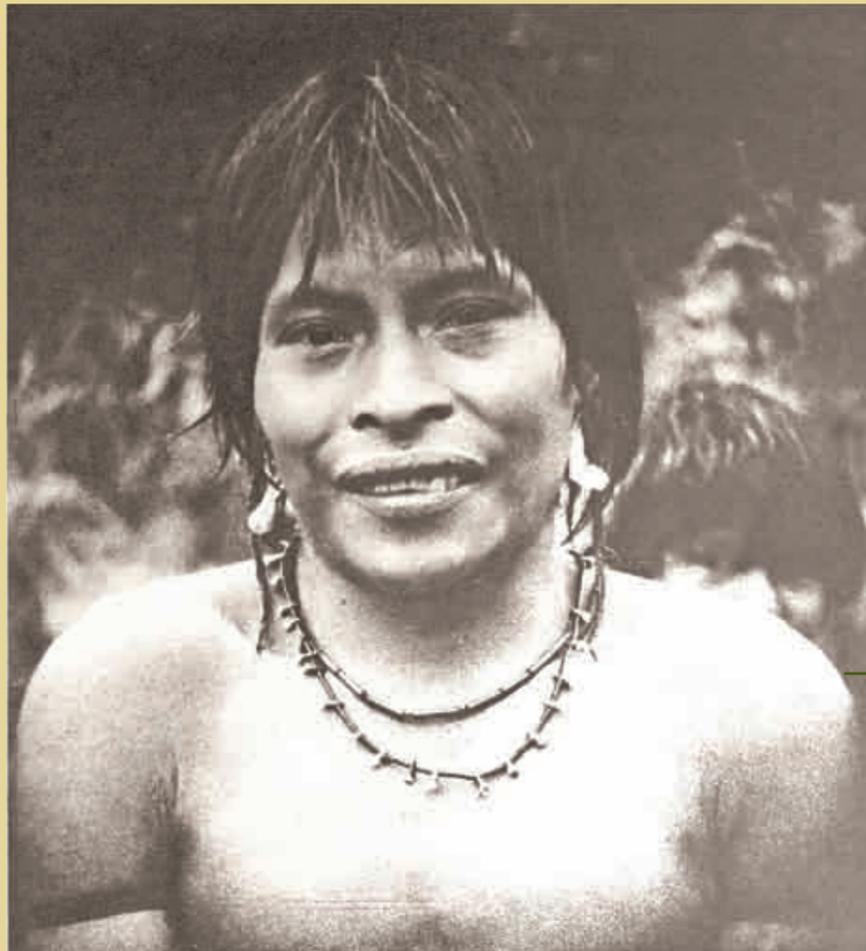


Foto do filme "Ao redor do Brasil" (1932) dirigido pelo Major Luiz Thomaz Reis. Porto Amarante, no rio Cabixi. Fonte: RONDON, C. M. da Silva. Índios do Brasil, v. I, 1946, p. 19.

Fotógrafos e cineastas

LUIZ THOMAZ REIS

Baiano de nascimento, migrou para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar, ali fazendo carreira. Foi um dos responsáveis pelos registros visuais dos trabalhos da Comissão Rondon.

Cândido Mariano da Silva Rondon, frente às dificuldades de registrar imagetivamente os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, criou, em 1912, a *Secção de Cinematographia e Photographia*, sob a responsabilidade do então Tenente Thomaz Luiz Reis, que viajou para a Europa a fim de adquirir equipamentos modernos, capazes de registrar os trabalhos nos lugares improváveis, como a selva Amazônica, onde a umidade era intensa. No Velho Continente, ele adquiriu duas câmeras cinematográficas, a Williamson, de 30 metros, e outra Debrie Studio, de 120 metros, dando início às filmagens em 1914. Segundo Tacca (1982, p. 2), "Reis não será o único fotógrafo das diversas expedições; podemos citar pelo menos alguns, como José Loro, Dr. Benjamin Rondon e Cel. Joaquim Rondon, Charlotte Rosenbaum e o Exp. Carlos Lako".

As fotografias e os filmes eram apresentados em estúdios fechados para um público específico, ou mesmo apresentados para um número significativo da população, projetados em salas maiores de cinema. A intenção era, certamente, colocar o governo e a população a par dos trabalhos da Comissão. Segundo Catelli (2013), citando Diacon (2006, p. 188):

A imprensa especializada em cinema da época costumava fazer críticas aos filmes da Comissão Rondon pelas imagens que apresentavam do Brasil: natureza, selvagens, animais. Entretanto, quando os filmes do Major Reis eram exibidos no Rio de Janeiro, 'o público acotovelava-se para entrar nas salas de exibição. O documentário esteve em cartaz em cerca de oito cinemas por vários dias e foi visto por até 20 mil pessoas'.

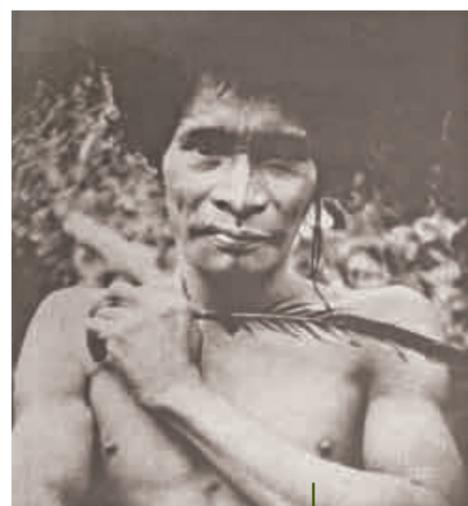


Luiz Thomaz Reis. Fonte: Google imagens.



Foto do filme *Ao redor do Brasil* (1932) dirigido pelo Major Luiz Thomaz Reis. Porto Amarante, no rio Cabixi.

Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. I, 1946.



Cacique Nambiquara Mamaindê. Foto do filme *Ao redor do Brasil* (1932) dirigido pelo Major Luiz Thomaz Reis. Porto Amarante, no rio Cabixi.

Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. I, 1946.



Índios Nambiquara. Foto do filme *Ao redor do Brasil* (1932) dirigido pelo Major Luiz Thomaz Reis. Porto Amarante, no rio Cabixi.

Fonte: RONDON, C. M. da Silva. *Índios do Brasil*, v. I, 1946.

As fotografias mais significativas dizem respeito aos relatórios etnográficos, consubstanciados em álbuns assinados por Rondon, que trataram das populações habitantes de três grandes espaços territoriais: no volume I (1946), apresentava as populações indígenas do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso; no volume II (1953), os índios das cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque; e, no volume III (1953), figuravam os grupos indígenas do norte do rio Amazonas. Ricamente ilustrados, esses álbuns eram apresentados às autoridades governamentais do Brasil e do exterior.

As dificuldades para fotografar, revelar e armazenar imagens eram grandes:

Depois de seis meses de serviço, sob minha observação pessoal, pois que era a primeira vez que fazia isso no sertão, tendo por felicidade estudado a 'emulsão' e o tempo de sua eficiência em zonas quentes e húmidas, o que me levou a preparar aparelhos de madeira especiais para revelar os filmes no local, foi então obtido com vantagem o filme conhecido por 'Sertões do Mato-Grosso', exibido em 1915 no Rio de Janeiro e, depois, em todo o Brasil (MAGALHÃES, 1930, citado por TACCA, 1982, p. 4).

Os filmes produzidos foram muitos, porém somente devidamente preservados e disponíveis à consulta os seguintes: *Rondonia* (1912), de Edgar Roquete Pinto, 13'; *Rituais e festas Bororo* (1917), de Thomaz Reis, 20'; *Ronuro, selvas do Xingu* (1924), de Thomaz Reis, 15'; *Viagem ao Roraimã* (1927), de Thomaz Reis, 10'; *Parimã, fronteiras do Brasil* (1927), de Thomaz Reis, 24'; *Inspeções de fronteiras* (1938), de Thomaz Reis, 80' (TACCA, 1982).

Analisando o conjunto dos filmes e fotografias, sob um olhar semiótico, Tacca (1982, p. 22) finaliza convergindo dois olhares, o de Thomas Reis e o de Rondon:

A caixa preta 7 de Rondon e Reis

Luiz Thomaz Reis morreu filmando em dezembro de 1940, no Rio de Janeiro, devido aos ferimentos ocasionados pelo desabamento de um antigo quartel. Torna-se importante destacar a atuação do Major Luiz Thomaz Reis em toda a imagética rondoniana. Reis é a peça principal ou olhar onipresente em quase todas as situações. Além de operar o equipamento, processava os negativos, depois editava os filmes e, nos livros, seus fotogramas serão intensamente reproduzidos tornando-se o corpo principal, sem contar suas próprias fotografias.

Reis fazia todo o processamento técnico de manutenção dos equipamentos para deixá-los operantes em situações de alta umidade. Quanto à fotografia, Reis fazia o processamento das chapas de vidro em plena mata. As dificuldades de execução de seus produtos fotossensíveis valorizam os empreendimentos e a coleção edificou uma conjunção única de sensibilidade etnográfica, cinematográfica e fotográfica. Reis é o

olhar que elege, recorta, edita a ação e sempre com uma ‘câmera na mão’; Rondon é um segundo olhar, compreensivo e incentivador; olhares irmanados.

Reis escreveu sobre suas atividades de filmagem e fotografia desenvolvidas junto à Comissão Rondon. A obra *Expedição ao rio Ronuro*, do Capitão Vicente Teixeira da Fonseca Vasconcelos, contém o anexo *Sobre serviços fotográficos e cinematográficos e serviço antropométrico*, do Capitão Luiz Thomaz Reis, publicado no ano de 1945.

Um álbum fotográfico, ainda inédito, integra o acervo Ramiro Noronha, depositado no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, em Cuiabá, contendo 517 fotografias com imagens de extrema significação para os trabalhos da Comissão Rondon, especialmente do SPITN, onde Ramiro atuou de forma intensa.

Estudiosos do tema, Lucídio e Lima Júnior (2007, p. 60-61) fizeram um levantamento dos fotógrafos que integraram a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, destacando que, entre 1900 e 1906, participaram desses iniciais trabalhos:

11 engenheiros militares, seis funcionários civis, um fotógrafo, de nome Hugo Figueiró, e 100 praças [...] As 48 fotografias ali publicadas retratam, basicamente, quatro momentos: o início dos trabalhos, que contou com a participação de parte dos Bororo do rio São Lourenço (1901-1902); a abertura do ramal Aquidauana a Bela Vista (1903 a 1906); o reconhecimento da fronteira com o Paraguai, Campos da Vacaria e vale do alto Aquidauana (1905); e o ramal São Luiz de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela-1907).

Os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, entre 1907 e 1915, considerando o avanço para a porção norte do Brasil, foram divididos em três Seções:

[...] uma deveria cuidar da construção do ramal de São Luiz de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela) e foi comandada pelo Major Felix Fleury de S. Amorim; a segunda seção cuidaria dos trabalhos de execução da linha tronco Cuiabá – Santo Antônio do Madeira, por sua vez subdividida em seção Norte e Sul; o próprio Major Rondon cuidou daquela tarefa que era considerada a parte mais arriscada, ou seja, o reconhecimento do sertão através do qual se determinou o traçado da linha tronco (LUCÍDIO e LIMA JÚNIOR, 2007, p. 62).

Transporte de poste na ponte que construíram no rio Guaporé
Foto de Luiz Leduc.
Fonte: AMORIM, Felix de Souza. *Relatório*, 1907, p. 38.



Índio Marcelino e seu filho Lourenço, moradores do Posto Indígena Simões Lopes.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 149.



Rondon com a embarcação Juruena.
Foto de Luiz Leduc,
Fonte: Acervo Museu do Índio.



Balsa do Posto Indígena Fraternidade.
Fonte: ACBM. Álbum Ramiro Noronha, foto 456.



Nessa medida, prosseguem os mesmos autores:

O fotógrafo que tem o maior número de fotos creditadas nesse período é Luiz Leduc. Ele acompanhou Rondon no reconhecimento do ramal de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela) e na exploração dos rios Guaporé, Juru, Sepotuba e Paraguai, em 1907. Integrou as expedições ao Juruena, também em 1907, e depois em 1908; de 1909, as fotos são referentes aos trabalhos de reconhecimento até a foz do rio Jamari. Leduc é ainda o autor de várias fotografias dos serviços, dos acampamentos e das Estações Telegráficas da Seção Sul da Linha Tronco (LUCÍDIO e LIMA JÚNIOR, 2007, p. 62).



Parte II

AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL E DE MATO GROSSO

As primeiras impressões sobre o Brasil foram elaboradas pelo escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, na carta que escreveu ao rei de Portugal, D. Manuel, dando conhecimento das terras encontradas. Nessa descrição, por não conhecer a extensão do território, visto relatar o imediato, Caminha descreveu somente a paisagem e seus habitantes, os índios. Essa missiva, que hoje tão bem se conhece, foi escrita em 1500 e somente divulgada em 1817, graças às pesquisas em arquivos portugueses.



Página do livro *Índios da América do Sul* – *Brasil*, de Hans Staden, 1557.

Fonte: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813739/or813739.pdf>.

As representações do Brasil e de Mato Grosso

HANS STADEN

Foi um aventureiro prussiano que, não tendo conseguido embarcar para a Índia, acabou viajando para o Brasil e visitando-o por duas vezes: em 1547, quando permaneceu por dezenove meses; e em 1549, permanecendo cinco anos. Saiu do porto de Bremen (Alemanha), passou pelos Países Baixos e chegou a Portugal, de onde partiu para a capitania de Pernambuco, lá chegando em 28 de janeiro de 1548. A viagem tinha o objetivo principal de recolher pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), combater navios franceses que negociavam com os nativos, cabendo-lhe também transportar degredados portugueses remetidos para povoar a colônia.

O então governador de Pernambuco, Duarte da Costa, frente ao iminente perigo de revolta indígena, pediu ajuda a Hans Staden e sua tripulação, que rumou para Igarauçu, próximo a Olinda, enfrentando cerca de 8.000 índios. Depois de uma renhida luta e cerco prolongado, no qual vieram a faltar provisões, os defensores conseguiram, afinal, vencer os nativos.

Enquanto caçava sozinho, fora dos limites do forte, Staden foi feito, por nove meses, prisioneiro dos Tupinambá, que o conduziram à aldeia de Ubatuba (*Uwattibi*), localizada em algum ponto entre Bertioga e Rio de Janeiro. Staden foi salvo graças ao ataque que os Tupiniquim fizeram à aldeia onde ele estava preso. Liberto, foi resgatado pelo navio corsário francês Catherine de Vatteville, comandado por Guillaume Moner.

De volta à Prússia em 1555, publicou: *História verdadeira e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora a traz a público com essa impressão*, obra mais conhecida como *Duas viagens ao Brasil*, editada em Marburg, no ano de 1557.



Hans Staden.
Fonte: Google Imagens.

Nela, Staden relatou episódios acontecidos nas capitanias de Pernambuco e São Vicente, descrevendo com minúcia e certo exagero os nove meses que passou entre os Tupinambá, o que refletiu na construção de uma visão negativa sobre o Brasil. Segundo a Brasileira da Biblioteca Nacional (2001), “a sua influência no meio culto da época ajudou a criar, no imaginário europeu quinhentista, a ideia da terra brasílica como o país dos canibais, devido às ilustrações com cenas de antropofagia”.



Jean de Léry.
Fonte: Google Imagens.

JEAN DE LÉRY

Era francês e sua origem é bastante controversa, visto ser considerado por alguns autores como artesão (sapateiro) e estudioso de Teologia, e por outros é qualificado como missionário protestante (calvinista). Embarcou para o Brasil a fim de integrar a colonização da França Antártica (Rio de Janeiro). Chegou em março de 1557 e partiu em janeiro de 1558. Em seu livro *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, dite Amerique*, publicado dezoito anos após sua estadia no Brasil, descreveu o estado da colônia francesa, os aspectos geográficos das áreas que visitou, a fauna, a flora, os costumes indígenas e as aldeias que conheceu. Essa obra teve grande divulgação na Europa, visto que muitos estados nacionais desejavam obter informações sobre a América, especialmente acerca do Brasil. A obra destaca-se pela descrição da flora e fauna brasileiras, e da vida dos indígenas. A narrativa é considerada bastante detalhada. O antropólogo Claude Lévi-Strauss referiu-se a ela como “o breviário do etnógrafo”. Léry serviu ainda de inspiração para o famoso ensaio de Michel de Montaigne ‘*Des caniballes*’.

PERO MAGALHÃES GANDAVO

Português, residiu no Brasil, porém não se sabe por quanto tempo e nem se visitou pessoalmente toda a colônia, como seus dois livros pressupõem. Ofereceu detalhes das capitanias da Bahia, Ilhéus e São Vicente, que conheceu pessoalmente. Escreveu dois livros: *Tratado descritivo* e *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam de Brasil*. Foram eles publicados em épocas diversas, o último ainda em 1575, e o *Tratado...* somente no século XIX. Em ambos, descreveu os aspectos geográficos, a fauna e a flora da colônia lusa, os costumes indígenas e as povoações coloniais.

Dedicando seus livros a políticos importantes da metrópole, Gandavo anunciou que seu objetivo era difundir, em Portugal, informações sobre as riquezas naturais e as vantagens da colonização do Brasil procurando, dessa forma, animar aqueles que pudessem para ali imigrar.

FERNÃO CARDIM

Jesuíta português. Chegou ao Brasil em 1584, com a incumbência de acompanhar o padre visitador, Cristóvão de Gouvêa, em seu reconhecimento das ações e obras desen-

volvidas pela ordem na colônia lusa. Morreu na Bahia, em 1625. No transcurso desses quarenta e um anos, assumiu vários cargos religiosos na colônia, entre eles o de reitor do colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro. Sua obra é composta por três tratados: *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente etc., desde o ano de 1583 ao de 1590*; *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias* (possivelmente do último quartel do século XVI); *Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar (1590)*. O objetivo do narrado foi o de divulgar as ações da Companhia de Jesus na colônia e descrevê-las aos demais representantes da Ordem. Sua contribuição foi tornar mais conhecidas as espécies zoológicas da época, assim como descrever outras, que até então ainda não eram conhecidas.

GABRIEL SOARES DE SOUZA

Igualmente de origem portuguesa, foi senhor de engenho na Bahia, onde viveu por volta de vinte e quatro anos. Em *Tratado descritivo do Brasil*, datado de 1587, apresentou um roteiro geral da costa brasileira, do Amazonas ao rio da Prata, retratando a geografia, a flora, a fauna, as povoações coloniais e as populações indígenas. A segunda parte da obra foi dedicada à capitania da Bahia, quando elaborou um memorial a ela. O texto foi escrito em 1587, na Europa, quando buscava receber favores e honrarias, além da autorização para uma expedição para o sertão. Exaltou as qualidades positivas da colônia e defendeu maior empenho das autoridades metropolitanas para com a colonização do Brasil, em razão das perspectivas positivas que a exploração daquelas terras apresentava.

Morreu durante uma entrada que fez ao sertão das Minas Gerais.

ANDRÉ THEVET

Foi um estudioso francês que se dedicou à Cosmografia e Cartografia, chegando a exercer o cargo de cosmógrafo do rei da França, Henrique II, no ano de 1558. Embarcou para o Rio de Janeiro, na frota do Almirante Nicolas Durand de Villagagnon, ali permanecendo de novembro de 1555 a janeiro de 1556. Seu trabalho foi observar a natureza e os indígenas da baía de Guanabara. A ele é atribuída a nomeação ‘*França Antártica*’, toponímia representativa da posse francesa na baía de Guanabara. Para relatar essa experiência, Thevet publicou *Les singularitez de la France Antarctiques* (Paris, 1557), ilustrada com 41 xilogravuras.

GIOVANNI ANTONIO

Ou João Antônio Andreoni, que adotou o nome de André João Antonil, também conhecido por O Anônimo Toscano, nasceu na cidade de Lucca, Toscana, aos 8 de fevereiro



André Thevet.
Fonte: Google Imagens.

de 1649, e faleceu em Salvador, no dia 13 de março de 1716. Formado em Direito Civil, pela Universidade de Perúgia, aos dezoito anos ingressou na Companhia de Jesus, em Roma, vindo a lecionar no seminário jesuíta. A convite do Padre Antônio Vieira, veio para o Brasil em 1681, aportando em Salvador, onde exerceu o cargo de reitor do Colégio por duas vezes, tendo sido o provincial de 1705 a 1709. Fez breves visitas às capitanias de Pernambuco e Rio de Janeiro.

Observador atento, notadamente da economia, escreveu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, obra publicada em Lisboa no ano de 1711, que se tornou referência obrigatória a todos aqueles que desejam conhecer a realidade colonial, especialmente no seu viés econômico. Para isso, Antonil explicava a melhor forma e regime de trabalho das principais atividades produtivas do mundo colonial brasileiro. Os aspectos abordados são a produção do açúcar e do tabaco, citando também as técnicas utilizadas na criação de gado, assim como nas artes da mineração. Por ser um guia econômico e até mesmo uma propaganda do Brasil, a Coroa portuguesa considerou arriscada sua divulgação, proibindo a circulação através do confisco de seus exemplares impressos. Certamente, o pseudônimo utilizado pelo autor evidenciava o intuito de fazer-se desconhecido, visto se apresentar como *O Anônimo Toscano*. Os poucos volumes que restaram tornaram-se raridades bibliográficas, só vindo à luz em 1837, tendo sido a obra reeditada por diversas vezes, no século XIX.

Primeira expedição científica realizada no Brasil

A primeira expedição científica realizada no Brasil data do período Colonial, tendo sido implementada pelo príncipe Maurício de Nassau, cabendo seu comando ao médico e naturalista Guilherme Piso, e a Jorge Marcgrave (1610-1644), naturalista alemão especializado em Astronomia e Geofísica.

Piso realizou levantamentos de campo e coletas de materiais, abrangendo as áreas da Astronomia, Zoologia, Botânica, História Natural, Etnografia, Geografia e Medicina, cabendo a Marcgrave atuar nos campos da Botânica, Zoologia e também desenvolver investigações astronômicas. Esse último cientista chegou a fundar, em Recife, um Laboratório Astronômico, o primeiro no Brasil.

Piso publicou, em 1648, o *Tratado de Medicina brasileira*, obra considerada inaugural no campo da Medicina tropical.

Marcgrave publicou *Progymnastica Mathematica americana*, no campo da Astronomia, sendo que, após sua morte, um amigo se incumbiu de editar *História Naturalis Brasiliae*, em 1684, contendo 303 páginas ilustradas com a fauna e a flora brasileiras.

Inúmeros outros estrangeiros visitaram e estudaram o Brasil colonial, o mesmo acontecendo com Mato Grosso, território onde nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon.

Mato Grosso colonial e imperial sob o olhar dos cronistas e cientistas dos séculos XVIII e XIX

Os primórdios da colonização de Mato Grosso tiveram início com a movimentação bandeirante paulista rumo ao extremo oeste da colônia. Esse evento gerou a descoberta de jazidas auríferas na região, o que atraiu muitos mineiros que, não só de São Paulo, mas de outras capitanias, buscavam enriquecimento.

O ano de 1719 marcou oficialmente a fundação do arraial da Forquilha, originado do ouro encontrado às margens do rio Coxipó. Três anos depois, nas proximidades do córrego da Prainha, foram descobertas as famosas Lavras do Sutil, que ensejaram o início da urbanização de Cuiabá.

Logo que foi descoberto o minério, a notícia se espalhou pela capitania de São Paulo que, naquela época, abrangia não só o território do atual estado, mas incluía também parte de Mato Grosso e terras hoje pertencentes aos estados de Goiás, Minas Gerais e Paraná. Foi no passado, sem dúvida, uma imensa e poderosa capitania.

O ouro de Cuiabá atraiu parte dessa população para a fronteira oeste, fazendo vicejar pequenos arraiais ao redor das lavras. Necessário se fazia, portanto, que as Minas do Cuiabá fossem incorporadas ao modelo administrativo fiscal traçado pela Coroa portuguesa, às demais zonas auríferas da colônia.

Assim, o governo da capitania de São Paulo, à qual as Minas do Cuiabá pertenciam, tratou de regularizar, mesmo que de forma incipiente e à distância, a cobrança de impostos que, num primeiro momento, recaiu por bateia⁴ e por profissão. Os primeiros tributos cobrados foram 2 ½ oitavas⁵ por toda pessoa que trabalhasse em qualquer ofício, fosse branca, negra ou índia.

Aumento dos impostos com a presença do governador de São Paulo

Inicialmente, Pascoal Moreira Cabral, compreendendo as dificuldades dos mineiros, procurou aliviá-los de altos impostos taxando-os quase que simbolicamente, visto ter sido eleito Guarda-Mor e primeiro administrador das Minas do Cuiabá.

Ao lado da cobrança dos tributos, a máquina administrativa foi assim composta:

⁴ *Bateia*: instrumento rudimentar de mineração, feito de madeira, em formato de um prato abaulado.

⁵ Uma oitava correspondia à oitava parte da onça, ou seja, 3,585 g, também conhecida como dracma.

- Provedor da Real Fazenda: Fernão Dias Falcão;
- Provedor dos Quintos: Jacinto Barbosa Lopes;
- Almojarife: Capitão-Mor Antônio José de Melo;
- Provedor dos Registros e Entradas: Sargento-Mor Domingos Leme da Silva;
- Procurador da Coroa e seu respectivo Tesoureiro (COELHO, 1950).

O então governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, objetivando fiscalizar mais de perto a cobrança dos tributos das regiões auríferas do extremo oeste colonial, viajou para o arraial de Cuiabá, a fim de, pessoalmente, conhecer melhor a região e regular sua organização. Partiu de São Paulo no dia 16 de julho de 1726, aportando em Cuiabá em 15 de novembro do mesmo ano. Para dar exemplo, fez questão de pagar os tributos devidos à entrada de seus escravos, numa demonstração de zelo pelos direitos da Coroa portuguesa.

Cuiabá se transforma em vila

No dia 1º de janeiro de 1727, Rodrigo César de Meneses elevou o arraial do Cuiabá à categoria de vila, sob a denominação de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, instituindo oficialmente o Senado da Câmara e fazendo eleger e empossar seus membros (hoje vereadores).

Com a constituição do Senado da Câmara, os *Anais da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá* começaram a ser escritos, em geral, pelo segundo vereador. Esse documento, de extrema relevância para a compreensão do processo inicial de colonização de Mato Grosso, foi redigido pelos vereadores, porém José Barbosa de Sá se destacou dentre eles⁶.



Caminho das monções do rio Tietê para o Cuiabá.

Fonte: Arquivo do IHGMT.

⁶ Os *Annaes do Sennado da Camara do Cuyaba* podem, hoje, ser conhecidos através da sua publicação fac-similar, publicada no ano de 2007 pelo Arquivo Público de Mato Grosso.



Governador de São Paulo aportando em Cuiabá (1726).

Fonte: Quadro a óleo de autoria de Moacyr Freitas. Acervo SEC-MT.



Senado da Câmara de Cuiabá (1727).

Fonte: Quadro a óleo de autoria de Moacyr Freitas. Acervo SEC-MT.



Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Fonte: Quadro a óleo de autoria de Moacyr Freitas. Acervo SEC-MT.

JOSÉ BARBOSA DE SÁ

Nasceu em data ignorada, não se sabe se em Portugal ou no Brasil, segundo aventou Sacramento Blake (1898), porém, para Jesus (2012), o local de seu nascimento é ignorado. Estudou na Universidade de Coimbra, segundo explicita em suas crônicas, tendo vivido por muitos anos em Mato Grosso.

Segundo Paulo Pitaluga Costa e Silva (2006, p. 67), estudioso dessa personalidade,

sem dúvida, José Barbosa de Sá foi o primeiro cronista que relatou, de uma forma muito simples e singela, ainda no século XVIII, a história mato-grossense como um todo. Graças aos trabalhos de sua lavra é que hoje temos bem definida e bem contada uma história regional de Cuiabá e de Mato Grosso, desde os princípios de sua ocupação pioneira, com precisos, abundantes e fidedignos dados. A contemporaneidade de Barbosa de Sá, com os primeiros acontecimentos mato-grossenses por ele relatados, dá crédito e indica certamente fidelidade e correção histórica de toda a narrativa apresentada pelo cronista.

Já Mesquita (1978, p. 140-141) afirma: “A 30 de maio de 1775 falecia em Cuiabá o licenciado Joseph Barbosa de Sá, deixando viúva Dona Joana Pires de Campos e dois filhos – José, de 7 anos e meio, e Joaquim, de 3 meses. Desaparecia com ele o cronista de nossa história primitiva [...]”. Ao falecer, seu inventário registrou a existência de uma biblioteca. Silva (1999, p. 9) pondera:

Há que se salientar que, em sua biblioteca particular, encontravam-se vários livros em latim, dentre os quais uma Bíblia Sagrada, as Institutas de Justiniano, obra jurídica, e uma tal Duas obras latinas, livro de orações. Por mais comum que fosse o estudo dessa língua nos cursos secundários da época, o fato de se ter uma biblioteca com inúmeros livros em latim faz induzir que o seu conhecimento desse idioma era bastante profundo, fruto de estudos mais apurados obtidos, certamente, não em só em liceus, mas em universidade ou seminário religioso.

Segundo Jesus (2012, p. 95),

José Barbosa de Sá faleceu em 30 de maio de 1776 e seu inventário ficou inconcluso. Possuía três estantes e cento e vinte e três livros, entre grandes e pequenos, que foram arrematados em praça pública pelo Tenente Joaquim da Costa Siqueira, que também deixou importantes informações a respeito da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Dentre os títulos predominavam os jurídicos, seguidos pelos de literatura, religião, história, política, educação e linguística. No entanto, no inventário de Siqueira, de 1821, constavam registrados apenas uma estante e dezesseis livros da Escritura Sagrada.

Sua produção intelectual e científica, tal como sua origem, ainda constitui razão de investigação. Segundo Papavero et al. (2009),

Barbosa de Sá deixou três obras manuscritas: a sua Relação, [...] datada de 1775, teve duas edições no século passado (SÁ, 1904, 1975); as Chronicas do Cuyabá dos Annaes do Senado da Camara, que abrangem o período compreendido entre 1724 e 1776, que só vieram à luz graças à Revista do Instituto Histórico do Mato Grosso [sic – lê-se Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso] (vide SÁ, 1919a, b, 1920a, b, 1922, 1923a, b, c, 1924, 1925a, b, 1926, 1927, 1928, 1934, 1935, 1937); e sua obra magna, entretanto, os Dialogos geograficos, chronologicos, politicos e naturaes, de uma grande erudição, concluída em Cuiabá em 1769, permanece inédita em sua totalidade.

Dessas obras, as duas primeiras se cindiram ao relato do cotidiano administrativo e político da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Os *Dialogos*, escritos no ano de 1769 e dedicados por Barbosa de Sá a Luiz Pinto de Souza Coutinho, Capitão-General de Mato Grosso, constituem um estudo que consubstanciou resultados de intensa pesquisa. Na primeira parte, Sá partiu do geral para o particular, com reflexões interessantíssimas sobre filosofia:

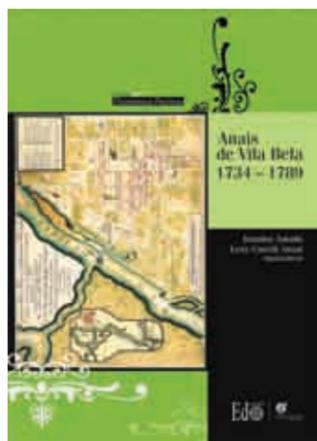
Parte 1

- (1) “Sobre a Idea de Deus e seus attributos” (folio 3);
- (2) “Sobre a criação do Mundo” (folio 23);
- (3) “Continuação da mesma materia” (folio 41);
- (4) “Descripção da America Septentrional” (folio 56);
- (5) “Descripção da America Meridional” (folio 82);
- (6) “Descripção da America Portuguesa” (folio 104);
- (7) “Continuação do mesmo assumpto” (folio 120);
- (8) “Descripção das differentes raças, usos e costumes dos naturaes da America” (folio 133);
- (9) “Continuação da mesma materia” (folio 147);
- (10) “Descripção dos usos, costumes e nações a que pretencem os indivíduos que se tem introduzido na America” (folio 1770);
- (11) “A’cerca das cousas da Igreja, governo e leis com que se dirigem aquelles povos” (folio 182) (PAPAVERO et al., 2009, p. 80).

Já a Parte 2, intitulada *Dos dialogos geographicos, chronologicos, politicos e naturaes. Escripita por Joseph Barbosa de Sá nesta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Anno de 1769*, estampa estudos e pesquisas sobre a América, seus recursos humanos e naturais:

Parte 2

- (1) “Noticias das Flores mais notaveis e conhecidas q’ há no Brazil, com a denominação de outras muitas q’ há nos Matos, Campos e serrados” (folios 1r-4r);
- (2) “Noticia de alguns fructos mais notaveis, q’ se conhecem no Brazil, com a distinção de suas diferentes denominaçoens” (folios 4v-12r);
- (3) “Noticia de varios Arom “Sobre a Idea de Deus e seus attributos” (folio 3);
- (3) “Sobre a criação do Mundo” (folio 23);
- (3) “Continuação da mesma materia” (folio 41);
- (4) “Descripção da America Septentrional” (folio 56);
- (5) “Descripção da America Meridional” (folio 82);
- (6) “Descripção da America Portuguesa” (folio 104);
- (7) “Continuação do mesmo assumpto” (folio 120);
- (8) “Descripção das differentes raças, usos e costumes dos naturaes da America” (folio 133);
- (9) “Continuação da mesma materia” (folio 147);
- (10) “Descripção dos usos, costumes e nações a que pretencem os indivíduos que se tem introduzido na America” (folio 1770);
- (11) “A’cerca das cousas da Igreja, governo e leis com que se dirigem aquelles povos” (folio 182) (PAPAVERO et al., 2009, p. 80-81).



Capa do livro *Anais de Vila Bela – 1731-1789*.

Fonte: AMADO e ANZAI, 2006.

Dessa obra científica, existem no Brasil apenas dois exemplares: o primeiro está depositado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi publicado por Papavero, Teixeira e Pujol-Luz (1999a, b, c, d, e, f); o segundo exemplar manuscrito integra o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro.

Nessa medida, Mato Grosso e a parte interiorana do Brasil foram descritos e analisados por Barbosa de Sá através de vasta literatura científica sobre a fauna e, principalmente, a flora. Para Papavero et al. (2009, p. 76), Barbosa de Sá, “depois de Gabriel Soares de Souza, foi o melhor autor a tratar da história natural do Brasil nos tempos coloniais. O autor descreveu cerca de 1.000 produtos dos três reinos da natureza. É extremamente veraz e fidedigno”. Para registrar os acontecimentos após a criação da capitania de Mato Grosso (1748), foram escritos, e por muitos anos desconhecidos, os *Anais de Vila Bela*, que abrangem o período de 1734 a 1789. Esse documento, localizado no exterior pelas historiadoras Leny Caselli Anzai e Janaina Amado, foi objeto de análise e transcrição em obra publicada em 2006.

Além de José Barbosa de Sá, outros cronistas escreveram sobre Mato Grosso, em geral enquanto camaristas, ou ocupando cargos na administração.

FELIPE JOSÉ NOGUEIRA COELHO

Bacharel, formado pela Universidade de Coimbra, nomeado provedor da Real Fazenda da capitania de Mato Grosso através do Decreto de 4 de janeiro de 1774. Ao contrário de Barbosa de Sá, Coelho fixou residência em Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital de Mato Grosso, ali chegando em fevereiro de 1776, vindo pelo Pará. Segundo Assis (1994),

tomou posse no cargo de provedor em 17 de mesmo mês, dado pelo então governador e Capitão-General, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Como acontecia com a maioria dos administradores que vinham para a colônia, Nogueira Coelho também veio sem sua família, deixando-a em Portugal, recebendo um salário de 1.800\$000 réis.

Em carta dirigida ao governador da capitania Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, datada de 1780, reafirmou a necessidade do registro dos fatos ocorridos na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, bem como elogiou a iniciativa já existente na capital Vila Bela. Nogueira Coelho nasceu em Vila Real, Arcebispado de Braga, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, na Faculdade de Cânones. Era filho do Dr. Antonio Alvares Nogueira, que chegou a ser juiz de fora em Portugal, e de Dona Martha Jacinta Coelho. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, intendente e provedor da

Real Fazenda da Capitania de Mato Grosso, em 1776. Nogueira Coelho escreveu a obra *Princípios de Direito Divino, público, universal e das gentes, adotado pelas ordenações, leis, decretos e demais disposições do Reino de Portugal (1773)*, editada em Lisboa, com reedição acrescentada em 1777, e as *Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro*.

Nas *Memórias*, segundo Jesus (2012, p. 98),

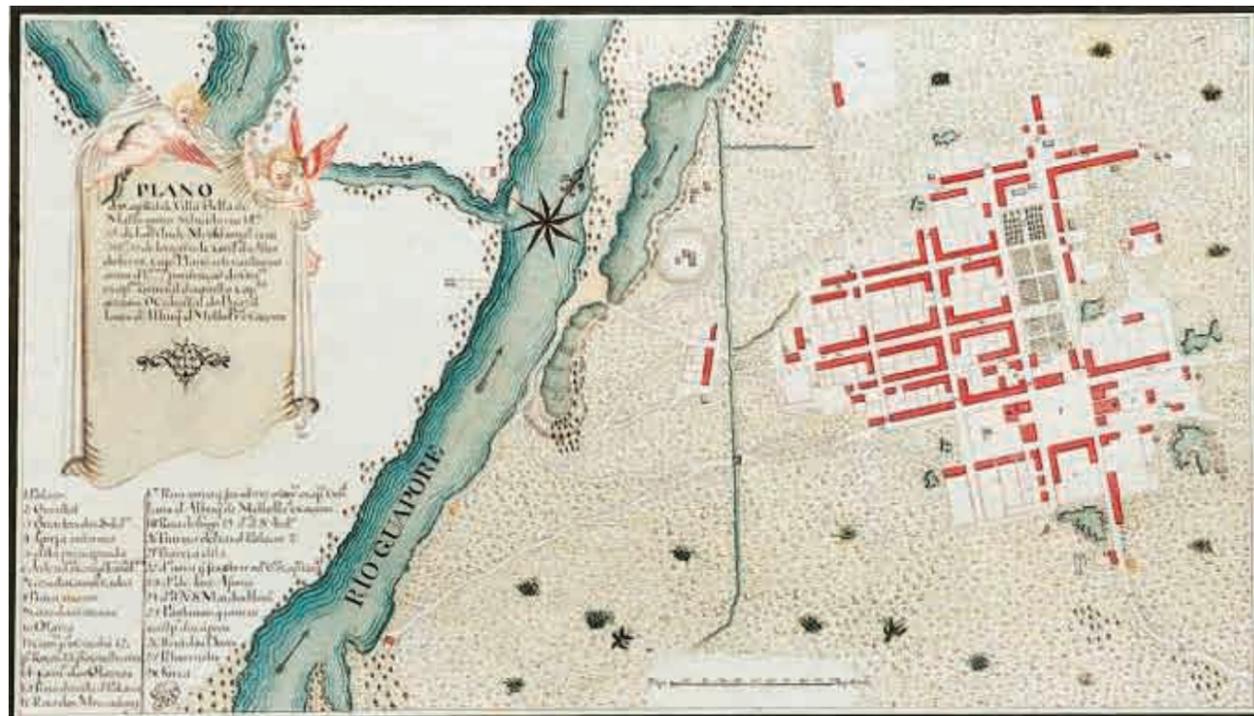
[...] o cronista avançou e recuou no tempo, assim como em diversas passagens usou frases em latim, teve o cuidado de registrar os números dos livros e das páginas consultadas e se contrapôs a algumas das informações apresentadas por José Barbosa de Sá. No decorrer do texto, ele evocou o direito natural, os Estatutos da Universidade de Coimbra e personagens a título de exemplo ou de comparação. Alexandre Magno, Dario, Dionísio, Aristóteles e Cleópatra são alguns dos que passeiam pela erudita obra *Memórias de Nogueira Coelho*, assim como Roma, Vesúvio e Etna.

A posição estratégica de Mato Grosso e a atração dos cientistas

A capitania de Mato Grosso, apartada de São Paulo, foi criada no dia 9 de maio de 1748, por carta régia do rei de Portugal D. João V. Naquele momento, o cenário europeu era tenso, uma vez que o mundo de além-mar era disputado por diversos estados nacionais, especialmente os territórios brasileiros e latinoamericanos. O Tratado de Tordesilhas vigorava quando da criação da capitania de Mato Grosso, porém o avanço rumo oeste, em nome de Portugal, havia extrapolado os limites estabelecidos por esse Tratado, assinado no ano de 1494, antes mesmo da “descoberta” do Brasil.

Devido à questão das fronteiras com o então Império colonial espanhol, que se avizinhava da região do rio Guaporé, D. Mariana da Áustria, esposa de D. João V, à época enfermo, resolveu, além da criação da novel capitania, indicar que a sua capital seria erguida às margens do mesmo rio, na máxima raia oeste. Sua função era a de garantir a posse das terras conquistadas pelos colonos lusitanos para além da linha imaginária de Tordesilhas, uma vez que o Tratado de Madri, datado de 1750, estava sendo objeto de discussão entre as Coroas espanhola e portuguesa, mas que, em 1748, ainda não havia sido firmado.

Por ele, nada garantiria a fronteira oeste se a mesma não estivesse povoada, uma vez que seu princípio norteador tinha por base o *uti possidetis*. Assim, D. José I, que sucedeu a D. João V, achou por bem diminuir os impostos de todos aqueles que se predispusessem a residir no Guaporé, onde foi construída e instalada, em 1752, a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade.



Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade.
Fonte: SIQUEIRA, 2002, p. 32.

Foi no período da demarcação dos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) que diversos cientistas e estudiosos vieram para a região de Mato Grosso, e não só implementaram estudos sobre as bases geopolíticas, mas, sobretudo, ofereceram significativa contribuição para o campo das Ciências Naturais – Botânica, Zoologia, Engenharia, Topografia e até Etnografia. Foram eles – estrangeiros e nacionais – que fixaram as bases desses estudos, porém cada governante oferecia uma direção específica, mesmo que sintonizados com o governo lusitano.

JOSÉ MANOEL DE SIQUEIRA

Nasceu em Cuiabá, no ano de 1750, descendendo de Antônio do Prado Siqueira, paulista que migrou, na segunda metade do século XVIII, para a capitania de Mato Grosso, fixando residência em Serra Acima, hoje Chapada dos Guimarães. Foi ele o primeiro cientista nativo a oferecer seus conhecimentos à região que integrava a capitania de Mato Grosso.

Para seguir sua vocação sacerdotal, o padre Siqueira foi para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos teológicos. No ano de 1790, viajou para Portugal visando aprofundamento dos estudos na área da História Natural (Botânica), diplomando-se em Filosofia Racional e Moral.

Regressou ao Brasil e se inclinou ao estudo da Botânica, campo de conhecimento em que se tornou renomado pelos trabalhos científicos que desenvolveu, a exemplo da descoberta, em Chapada dos Guimarães, da casca da quina (Cinchona), planta cujo princípio ativo passou a ser utilizado na cura e tratamento de diversas doenças, particularmente da malária. Por essa e por outras investigações, foi admitido como sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, instituição portuguesa de grande prestígio na época.

Pela sua formação em Filosofia, foi nomeado primeiro professor régio de Filosofia Racional e Moral de Mato Grosso, tomando posse no cargo em 1800, em Cuiabá. Devido aos conhecimentos profundos no campo da Botânica, solicitou autorização para abrir aula dessa matéria, porém não conseguiu fazê-lo por falta de alunos.

Além da capitania de Mato Grosso, atuou como cientista em Minas Gerais, onde descobriu algumas jazidas de minério de ferro.

Deixou escritas: *Memória sobre a decadência das três capitanias de minas e meios de repará-las* e *Memória a respeito do descobrimento das minas dos Martírios*, além de outros trabalhos no campo da Botânica. Seus dons artísticos foram manifestos nos desenhos, em aquarela, das plantas mato-grossenses.

Faleceu em Cuiabá, aos 12 de dezembro de 1825.

Mapa da Quina Peruviana.
Fonte: <<https://www.google.com>>.



ANTÔNIO PIRES DA SILVA PONTES

É originário de Mariana-MG, tendo nascido em 1748, descendendo de tradicional família. Como todo jovem de família da elite, em 1772, seguiu para Portugal, iniciando estudos superiores realizados em Coimbra, doutorando-se em Matemática e Filosofia. O mesmo fez seu parente e companheiro de estudos, o brasileiro Francisco José de Lacerda e Almeida, com quem desenvolveu muitos trabalhos científicos.

Como integrante da Marinha portuguesa, lecionou na Real Academia de Marinha de Lisboa e, pelos seus reconhecidos saberes, foi admitido nessa prestigiosa instituição.

Cavaleiro Professo de São Bento de Aviz e Capitão da Real Armada, foi encarregado de uma Comissão de Fronteira em Mato Grosso. Chegou a Vila Bela da Santíssima Trindade no mês de fevereiro de 1782 e, em setembro de 1783, participou da fundação da povoação de Casalvasco, na antiga capitania de Mato Grosso.

Aportou em Cuiabá, em 1º de setembro de 1786, vindo de Vila Bela pelo caminho fluvial, em companhia dos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco José de Lacerda e Almeida.

Silva Pontes prestou grandes serviços à capitania de Mato Grosso nos trabalhos de demarcação da fronteira oeste, quando implementou o levantamento de rios e desenvolveu estudos astronômicos.

De Mato Grosso, foi nomeado governador da capitania do Espírito Santo, em 1797, ali permanecendo até 1804.

Seu sobrenome foi emprestado ao topônimo Pontes e Lacerda, município mato-grossense que rendeu homenagem póstuma a ele e a Lacerda.

Inúmeros trabalhos científicos resultaram de seus estudos: *Diário de viagem; Memória sobre a utilidade pública de se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram igualmente no Brasil; Viagem de reconhecimento das comunicações do Brasil com a colônia holandesa do Surinã; Construção, e analyse de proposições geometricas e experiencias practicas que servem de fundamento à Architectura Naval.*

Faleceu no Rio de Janeiro-RJ, aos 21 de abril de 1805, e seu corpo foi sepultado no claustro do Convento de Santo Antônio.

FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA

Nasceu em Santos-SP, no ano de 1753.

Na Universidade de Coimbra, bacharelou-se em Ciências Naturais e Astronômicas.

Retornou ao Brasil em 1779, integrando a Comissão de Demarcação de Limites entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Santo Ildefonso. Sua primeira parada foi em Belém-PA e, de lá, em 1º de setembro de 1786, chegou à capitania de Mato Grosso na

companhia de Antônio Pires da Silva Pontes e Ricardo Franco de Almeida Serra. A 15 de outubro do mesmo ano, partiu de Vila Bela, incumbido de efetuar o levantamento fluvial dos rios Taquari, Coxim, Pardo e Tietê. Anos depois, governou a capitania de Rio de Sena, na África Oriental.

Em 1791, voltou a Portugal, onde se tornou sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Seis anos depois, foi nomeado governador da região de Tete, em Moçambique. Em 1798, foi-lhe solicitado que fizesse a travessia de Moçambique até o litoral angolano. Não conseguiu completar a viagem, pois foi vitimado pelo cansaço, chegando apenas à África Central, na Corte de Cazembe (VICENTE, 2009).

Deixou escritos que enriquecem a bibliografia mato-grossense, a exemplo do *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*, publicado em 1789; *Diários de viagem; Diário da viagem de Moçambique para os Rios de Sena*; dentre outros trabalhos inéditos. É o “Lacerda” do topônimo Pontes e Lacerda, município mato-grossense que lhe presta homenagem póstuma.

Faleceu na África Oriental, no ano de 1802.

MIGUEL ANTÔNIO CIERA

Foi um italiano natural de Pádua. Graduiu-se em Engenharia em Portugal e, em meados do século XVIII, integrou a comissão encarregada da demarcação dos limites das possessões portuguesas na América Meridional, segundo rezava o Tratado de Madri. Percorreu a fronteira oeste entre 1752 e 1756, tendo registrado, em aquarela, importantes paisagens do atual Pantanal mato-grossense e de outras regiões. Depois de concluídos os trabalhos no Brasil, regressou a Lisboa, onde foi contratado para integrar o corpo docente do Colégio dos Nobres.

Outro convite lhe foi feito pelo Marquês de Pombal, para colaborar na comissão de reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, tendo atuado, com José Monteiro da Rocha, Miguel Franzini, e Daly, na elaboração dos estatutos da Faculdade de Matemática. Em 1772, integrou o corpo docente da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, onde regeu a cadeira de Astronomia, recebendo o grau de doutor. Colaborou na fundação do Real Colégio dos Nobres, onde foi prefeito dos estudos e professor de Matemática, entre 1765 e 1766. Foi encarregado da reforma dos Novos Estatutos da Universidade de Coimbra, sendo incorporado com o grau de doutor em Matemática por Portaria do Marquês de Pombal de 7 de outubro de 1772. E ainda:

Proferiu a *Oração de Sapiëntia* em 1773. Em Lisboa, foi lente da Aula de Navegação por Aviso Régio de 18.1.1780, sendo em seguida encarregado de dirigir os trabalhos da

carta geográfica do País, no que veio a ser auxiliado por um oficial do Exército, Pedro Folque, pai do lente da Faculdade de Matemática Filipe Folque. Foi mais tarde encarregado de demarcar os limites dos territórios portugueses na América do Sul. Vários dos seus discursos foram publicados. O seu filho Francisco António Ciera foi professor de Astronomia na Academia Real da Marinha (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2016).

Deixou escrito: *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay* [...], onde cartografa, além dos rios citados, o território circunscrito entre a colônia de Sacramento e o rio Jauru. A pesquisa – que incluiu precisas cartas geográficas, preciosos desenhos da fauna, habitantes dos lugares e paisagens, especialmente da região que hoje integra o Pantanal – foi dedicada ao rei Dom José I, no ano de 1758.

As expedições científicas em território mato-grossense nos séculos XVIII e XIX

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Inspiradas nas experiências europeias, as expedições científicas se espalharam por todo o continente americano e asiático, ganhando destaque inicial a *Viagem filosófica* transcorrida entre 1783 e 1792, comandada pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu as regiões Amazônica (capitanias do Grão-Pará e Rio Negro) e Centro-Oeste do Brasil (Mato Grosso), objetivando inventariar os recursos naturais dessas regiões brasileiras (VERRAN, 2006). Na avaliação de Pablo Diener Ojeda (2011, p. 45), “a Viagem filosófica deve contar-se entre as mais difíceis e trabalhosas empresas científicas realizadas no século XVIII no espaço americano”.

Durante os setecentos, diversos cientistas promoveram essas expedições, como foi o caso do naturalista Domingos Vandelli. Kury (2008), citado por DOURADO (2014, p. 192), destaca que “[...] Vandelli formou toda uma geração de naturalistas, muitos dos quais nascidos no Brasil. Foi ele quem indicou Alexandre Rodrigues Ferreira como naturalista responsável pela expedição que explorou o Norte e o Centro-Oeste do Brasil [...]”.

Costa (2001, p. 994) ressalta que as expedições até então implementadas

[...] pouco conhecimento podiam oferecer sobre as terras interiores. No continente americano, exceções a estas são certamente a expedição franco-espanhola ao reino de Quito, entre 1735 e 1745, e as expedições demarcadoras de limites que, por força dos tratados assinados entre Portugal e Espanha, passaram a percorrer a raia fronteiriça destas coroas ibéricas na América, descortinando alguns aspectos



Acácia, desenho de José Joaquim Freire.
Expedições científicas de 1785 – Brasil.
Fonte: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255474/mss1255474_48.jpg>.



Annona, desenho de Joaquim Codina.
Expedições científicas de 1785 – Brasil.
Fonte: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255468/mss1255468_11.jpg>.

do interior sul-americano. Mas devemos lembrar que sete anos antes de Humboldt chegar à América, já em 1792, o luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira concluía a expedição pelo interior sul-americano. Foram quase dez os anos que este ilustrado naturalista passou entre águas e terras da Amazônia e do Pantanal brasileiros. Nesse tempo, atravessou territórios de diversos povos e nações indígenas e trouxe, impulsionado pelas luzes da ciência setecentista, um imensurável cabedal de conhecimentos.

Segundo Raminelli (2006), essa expedição científica “[...] produziu um rico acervo composto de diários, mapas populacionais e agrícolas, cerca de 900 pranchas e memórias (zoológicas, botânicas e antropológicas) [...]”.

Integraram a *Viagem filosófica* o jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo, os desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim Codina, e “quantidade variável de auxiliares, sempre bastante numerosos, além de remeiros e soldados, que eram arrolados a partir das necessidades da empresa e sempre de acordo com a administração colonial [...]” (OJEDA, 2011, p. 45). Os *Anais de Vila Bela* descreveram a composição da expedição:

[...] contava, ainda, a expedição do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira com o [...] frei Antônio de Santa Catarina, religioso carmelita capelão; um sargento; um cabo – de esquadra; 12 soldados infantis; desde o rio Negro e do Forte do Príncipe da Beira, acompanhada também do porta-estandarte Francisco Rodrigues do Prado e cinco pedestres, todos em quatro botes e algumas igarités [...] (AMADO e ANZAI, 2006, p. 282-283).

Os critérios utilizados nas avaliações e análises científicas foram:

[...] As classificações de animais e plantas basearam-se no sistema de nomenclatura binária de Lineu, a observação empírica fundamentou as análises e as descrições demonstravam objetividade. Na análise da cultura indígena, os mesmos parâmetros científicos foram utilizados. O contato com a alteridade, no entanto, suscitou questões complexas que não poderiam facilmente ser elucidadas pelo conhecimento científico do século XVIII, nestes momentos a empiria substituiu a teoria e o naturalista limitou-se a observar e descrever seu objeto de estudo: o índio [...] (VERRAN, 2006, Resumo).

Comenta ainda Corrêa Filho (1939), citado por Dourado (2014, p. 204), que,

[...] encerrando a fase das enfermidades de Ferreira e Albuquerque, ambos acamados pelas sezões, o encontro dessas personalidades nos trópicos aconteceu em Vila Bela, ocasião festiva para Luís de Albuquerque, uma vez que recebia o sucessor ao governo da Capitania, seu irmão João de Albuquerque, a quem não via desde 1772, e o sábio admirado, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que lhe mostraria, em primeira mão, amostras curiosas de minerais, plantas e animais, além de preciosos desenhos da região. Rodrigues Ferreira se empenhou na análise das madeiras existentes na região, até então não estudadas cientificamente, como o tucum, monguba, assim como aquelas possíveis de se extrair resinas para a calafetagem de embarcações, tão essenciais na navegação fluvial.

Arrematando, Ojeda (2011, p. 46), citado por Dourado (2014, p. 206), pondera: “[...] O legado dessa expedição foi gigantesco e hoje ainda se conservam coleções botânicas, zoológicas e etnográficas, além de dezenas de memórias, escritas ou copiadas por Ferreira, e um grande acervo de imagens composto de aproximadamente 2.500 folhas [...]”.

Um estudo mais recente de Leny Caselli Anzai e Janaina Amado (2014) reúne, em publicação especial, os trabalhos desenvolvidos por Alexandre Rodrigues Ferreira junto à capitania de Mato Grosso.

Outros cientistas aportaram à capital de Mato Grosso no ano de 1782, durante o governo de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, vindos do Pará, e integrantes da 3ª Divisão de Demarcação de Limites. Foram eles os engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, o astrônomo Francisco José de Lacerda e o capelão Álvaro da Fonseca Zuarte. Essa expedição foi reforçada, mais tarde, com a presença do astrônomo e matemático Antônio Pires da Silva Pontes.

RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA

Nasceu no Porto (Portugal), no ano de 1748, data que rememora a criação da capitania de Mato Grosso, à qual assumiu como sua segunda terra natal e a ela consagraria seus mais fecundos esforços.

Aos 18 anos, em 1766, ingressou na Academia Militar como primeiro no posto do oficialato, fazendo parte do Real Corpo de Engenheiros e ajudante de Infantaria; em 1778, foi promovido a Capitão.

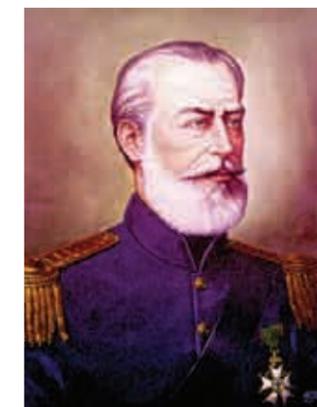
Aos 8 de janeiro de 1780, zarpou do Tejo no ‘Coração de Jesus e Águia Real’ e, a 26 de fevereiro, após 49 dias de travessia oceânica, aportou em Belém do Pará. Aos 28 de fevereiro de 1782, desembarcou em Vila Bela da Santíssima Trindade, depois de 171 dias de viagem. *O diário do rio Madeira*, entretanto, só teria redação definitiva oito anos mais tarde, quando foram finalizadas as explorações do Alto Guaporé e seus afluentes.

Sua produção individual e em coprodução com Joaquim José Ferreira foi farta e muito significativa para o conhecimento geográfico dos recursos fluviais, a saber: *Mapa do rio Madeira; Carta geográfica do rio Guaporé; Mapa dos terrenos compreendidos entre a ponta da serra dos Limites, rio Paraguai, Vila Bela e marco do Jauru; Carta limítrofe do país de Mato Grosso e Cuiabá; Mapa geográfico da capitania de Mato Grosso; Mapa do distrito de Mato Grosso; A nova carta geográfica de parte do rio Paraguai; Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso; Reflexões sobre o estado da capitania de Mato Grosso; Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira do salto do rio Madeira; Parecer sobre os estabelecimentos que Sua Majestade manda fundar nas cabeceiras do rio Madeira e sobre a navegação da cidade do Pará até Vila Bela; Memória geográfica do rio Tapajós*; dentre outras obras.

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA

Outro cientista que atuou em Mato Grosso foi o Capitão-engenheiro Joaquim José Ferreira, membro da 3ª Divisão de Demarcação de Limites, nomeado pela administração régia para demarcar as fronteiras do oeste brasileiro, na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Foi ele colega de Ricardo Franco de Almeida Serra.

Segundo Silva (2005, p. 96), Joaquim José Ferreira, a 29 de setembro de 1783, participou “[...] da fundação da povoação de Casalvasco [...]”, sendo que J. J. Ferreira, em 1790, foi nomeado pela rainha ao posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro e “[...] foi despachado para Cuiabá para demarcar os limites meridionais da capitania de Mato Grosso e reforçar a guarnição do Presídio de Coimbra [...]”. J. J. Ferreira trabalhou sempre em conjunto com Ricardo Franco de Almeida Serra, em suas medições de fronteiras e levantamentos geográficos de toda a capitania de Mato Grosso.



Ricardo Franco de Almeida Serra.
Fonte: Google imagens.



Capa de livro publicado por Ricardo Franco de Almeida Serra.
Fonte: *Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso*, 1976.

“[...] Foi comandante do presídio de Coimbra, por ocasião da pacificação dos índios guaicurus em 1790 [...] Assim, em setembro de 1791, pela rota do Pará, regressou para Portugal, onde requereu à rainha o Hábito da Ordem de São Bento de Aviz [...] Joaquim José Ferreira, faleceu em Lisboa [...]”.

ÁLVARO LOUREIRO DA FONSECA ZUZARTE

Entre os homens de ciência, mediadores culturais que circularam pela região de Mato Grosso, merece registro os feitos do capelão-militar Álvaro Loureiro da Fonseca Zuzarte, também membro da 3ª Divisão de Demarcações de Limites, nomeado pelo governo português para trabalhar na demarcação entre Portugal e Espanha, definidos no Tratado de Santo Ildefonso. Aportou em Vila Bela da Santíssima Trindade, em 22 de fevereiro de 1782. “[...] Padre Zuzarte participou da fundação da povoação de Caslavasco, assinando a respectiva Ata de Fundação [...]. Faleceu em 25 de maio de 1796, em pleno sertão, por falta de assistência médica. Recebeu o título de *Cavaleiro da Ordem de Cristo* [...]” (SILVA, 2005, p. 260). Esses cientistas e muitos outros colaboraram para o conhecimento inicial das populações e potencialidades das diversas áreas de Mato Grosso e da Amazônia. A maior parte deles nasceu ou estudou em Portugal, tendo sido nomeados para integrar as comissões demarcadoras dos tratados de Madri e Santo Ildefonso. Suas pesquisas e resultados formaram um conjunto inédito de trabalhos científicos de grande importância para o conhecimento do território de Mato Grosso. No entanto, mesmo reunidas em grandes grupos de especialidades, no século XVIII e início do XIX, elas não foram reunidas ou publicadas imediatamente, mantendo-se esparsas, sendo que muitas delas somente foram divulgadas no século XX. Importantes foram os estudos e pesquisas desses cientistas, pois, na concepção de Dourado (2014, p. 420), eles extrapolaram o campo científico por si só, visto que os conhecimentos adquiridos sobre o contexto regional foram repassados aos trabalhadores locais:

Os conhecimentos práticos e científicos eram transmitidos pelo grupo de cientistas, civis ou religiosos, a exemplo dos engenheiros, arquitetos, desenhistas, naturalistas e matemáticos, mandados vir de Portugal ou dos centros hegemônicos do Brasil e da Europa para desenvolver trabalhos na região, tomando para si a responsabilidade de formação da mão de obra. Esses conhecimentos eram apropriados pela força de trabalho composta por indivíduos quase sempre analfabetos ou semialfabetizados que, auxiliados por outros trabalhadores igualmente sem instrução formal, ergueram, com precisão milimétrica, estabelecimentos de defesa na fronteira, antemurais das possessões e domínios lusitanos na América portuguesa, em demonstração evidente de aprendizado recebido e incorporado.

A transmigração da família real portuguesa para o Brasil e as expedições artísticas e científicas: o olhar sobre Mato Grosso

No ano de 1808, a Família Real portuguesa, fugindo da invasão francesa, decidiu vir para o Brasil. A partir da chegada da Corte lusitana no Rio de Janeiro, o cenário nacional sofreu grandes transformações que beneficiaram intelectual e culturalmente a antiga colônia que se transformou, a 7 de setembro de 1822, em monarquia independente de Portugal, dando início, assim, à trajetória de um novo Brasil.

Se, de um lado, D. João VI, o príncipe regente, encontrou no Brasil um refúgio seguro, por outro concluiu que o país, além de extremamente extenso, era, até então, desconhecido. Por isso, organizou e financiou diversas expedições científicas e artísticas capazes de fazer o Brasil mais conhecido. Vejamos os reflexos desse movimento em Mato Grosso.

Uma delas ficou conhecida como Expedição Langsdorff, organizada pelo governo russo e chefiada pelo Barão Georg Heinrich von Langsdorff, médico alemão naturalizado russo, que percorreu, entre os anos de 1824 e 1829, mais de dezesseis mil quilômetros pelo interior do Brasil, fazendo registros dos aspectos mais variados de sua natureza e sociedade. Essa expedição reuniu o mais completo inventário do Brasil no século XIX, quando o país já era independente e governado pelo imperador D. Pedro I.

O Barão de Langsdorff (1774-1852) fez seus estudos superiores junto à Universidade de Göttingen, onde se diplomou em Medicina, doutorando-se em Obstetrícia, aos 23 anos. Vale lembrar que a formação, àquela época, era muito mais ampla que a contemporânea, uma vez que os médicos estudavam um conjunto de ciências que, direta ou indiretamente, colaboravam para melhor compreender o homem e sua organização social, daí o interesse de Langsdorff pela Botânica, Zoologia, recursos hídricos e também Etnografia que, de forma indireta, auxiliavam na compreensão das terapias da área de saúde. Quase tudo era ilustrado por desenhos dos artistas que acompanhavam a expedição.

Na viagem organizada e realizada na porção central e oeste do Brasil, foi produzida uma série expressiva de documentos, ficando famosos os *Diários*, sendo o volume 1 reservado ao estudo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, publicados e hoje disponíveis virtualmente. O título da publicação é *Anotações diárias das viagens realizadas por G. I. Langsdorff pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais no período de 8 de maio de 1824 a 17 de fevereiro de 1825*, reunindo as informações contidas nos 17 cadernos (SILVA, 1997).

O volume expressivo do material da expedição foi levado para a Rússia e somente foi melhor conhecido no ano de 1930. No Brasil, estudiosos despenderam esforços para melhor conhecer o conjunto documental legado pela expedição, especialmente Boris Komissarov



Cachorro-do-mato, desenho de Hercule Florence, 1829.
Fonte: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1208221.jpg>.

e Marcos Pinto Braga, além da historiadora Maria de Fátima Costa, docente da UFMT. A Casa de Oswaldo Cruz abriga expressiva documentação reproduzida da coleção existente na Rússia.

De São Paulo, a expedição resolveu conhecer as regiões interiores do Brasil por via fluvial, tendo sido integrada por importantes tripulantes, como os artistas Hercules Florence; Aimé-Adrien Taunay,

que faleceu no rio Guaporé; pelos zoólogos Ménériès e Hasse; pelo astrônomo da Marinha russa Néster Rubtsov; e pelo botânico Ludwig Riedel.

O resultado foi publicado em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas – 1825-1829*, de autoria de Hercules Florence, material que, quando finalizado, foi enviado ao governo russo. Somente no século XX, em 1997, essa publicação foi encontrada e traduzida para o português, pela Editora Fiocruz, depois de um intenso empenho de pesquisadores e cientistas brasileiros.

Outros estudiosos percorreram o território mato-grossense, deixando registros preciosos através de obras publicadas. Francis Castelnau de la Porte, diplomata e zoólogo francês, chegou em Mato Grosso no ano de 1844, dedicando-se aos estudos das regiões dos rios Araguaia, Tocantins e do ecossistema do Pantanal. O resultado de suas investigações, escritas em seu retorno à Europa, foi publicado sob o título de *Expedições às regiões centrais da América do Sul* (ANZAI, 2006).

BARTOLOMÉ BOSSI

Foi um italiano cuja biografia pouco se conhece. Chegou a Mato Grosso no ano de 1863; explorou diversos recursos hídricos, deixando os resultados dessa investigação na obra *Viaje pintoresco por los rios Parana, Paraguay, San Lourenzo y Cuiabá y el Arino, tributário del grande Amazonas con la descripcion de la provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y suas producciones naturales*, publicada originalmente em francês, em 1863, e posteriormente traduzida para o espanhol, cuja versão é mais conhecida no Brasil.

HERBERT SMITH

No ano de 1880, este geólogo norte-americano também visitou Mato Grosso, deixando o resultado de seus estudos publicados na obra *Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista*, traduzida para o português somente em 1922.

KARL VON DEN STEINEN

Foi outro etnólogo a visitar Mato Grosso. De descendência alemã, seu olhar sobre o território mato-grossense privilegiou a descrição das populações, especialmente dos índios do Xingu, região até então pouco conhecida; a contribuição de Steinen sobre eles foi preciosa. Percorreu e anotou dados durante suas viagens ocorridas entre 1884 e 1887. O resultado de suas investigações foi registrado em duas obras: *O Brasil Central* e *Entre os aborígenes do Brasil Central*, escritas originalmente em alemão e somente traduzidas para o português na primeira metade do século XX. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em suas *Publicações Avulsas*, n. 4, deu conhecimento de duas importantes conferências proferidas por Steinen junto à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1884 e 1888, de restrita circulação (IHGMT, 1998). Em alemão, publicou *Unter den Naturrölkern Zentral-Brasiliens: rei seschildetund und forgilmisse der aweiten Schingu Expedition* (1897).

Grande parte de suas descrições sobre a população de Mato Grosso, especialmente a citadina, foi marcada por forte tom etnocêntrico, carregada dos valores de sua cultura originária. Mesmo assim, o conjunto dos registros serviu para que estudiosos mato-grossenses e brasileiros pudessem melhor conhecer usos, costumes e culturas de um tempo pretérito que dificilmente se encontram descritos em documentos oficiais.

JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

Esse também foi o caso de Joaquim Ferreira Moutinho, comerciante português que residiu, por dezoito anos, em Cuiabá, em sua obra *Notícias da província de Mato Grosso* (1869). Ao relatar fatos imediatos ocorridos durante sua estada em Cuiabá, onde se casou com uma cuiabana, descreveu com minúcias a peste da varíola, evento ocorrido durante os últimos anos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, cujo vírus foi trazido pelos marinheiros e combatentes que aportaram em Cuiabá, a fim de anunciar a vitória brasileira ocorrida com a retomada de Corumbá. A doença se espalhou por toda a capital e a mortalidade foi grande afetando, inclusive, um dos filhos de Moutinho. O valor da obra se deve à descrição minuciosa do autor sobre o contexto socioeconômico e cultural de Cuiabá, mas, sobretudo, porque a publicação da citada obra em São Paulo, no ano de 1869, tornou mais conhecido o território mato-grossense, independentemente da visão eurocêntrica do autor.

Um bretão a serviço de Mato Grosso

Mato Grosso imperial foi brindado com a presença de um importante estudioso, Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, que, além de dar sua contribuição à política regional, estudou a população mato-grossense e, principalmente, os recursos hídricos da então província mato-grossense. Vamos conhecer um pouco mais dessa personalidade:

AUGUSTO JOÃO MANUEL LEVERGER

O Barão de Melgaço nasceu em Saint Malô, na Bretanha francesa, aos 30 de janeiro de 1802, descendendo de Mathurin Michel Leverger e Regina Corbes.

Chegou ao Brasil com o pai, no ano de 1819 e, já em 1824, ingressou na Marinha brasileira como Segundo-Tenente. Participou da campanha da Cisplatina (1825-1828) e depois seguiu para Cuiabá (1830), onde serviu no Arsenal da Marinha por quatro anos, ocasião em que montou a Flotilha de Mato Grosso e também implementou importantes explorações ao longo dos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Incorporou-se à Marinha brasileira em 1841, como Capitão-Tenente da Armada Nacional e Imperial, combatendo, no rio da Prata, o Uruguai e a Argentina.

Naturalizado brasileiro no ano de 1844, foi considerado um dos cientistas mais capacitados de Mato Grosso durante o Império. Governou a província de Mato Grosso por quatro vezes – de 11 de dezembro de 1851 a 1º de abril de 1857; de 12 de maio de 1863 a 16 de julho do mesmo ano; de 9 de agosto de 1865 a 1º de maio de 1866; e de 26 de março de 1869 a 10 de fevereiro de 1870. Além de sua atuação na política, efetivou importantes investigações nos campos da História e dos recursos hídricos de Mato Grosso, além de ter produzido cartas, mapas, plantas hidrográficas, roteiros e memórias.

A antiga província de Mato Grosso encantou Leverger, que a escolheu para residir e constituir família. Casou-se com Inês de Almeida Leite, em 1843, com a qual teve duas filhas.

Foi embaixador, em nome do governo imperial, nas negociações diplomáticas com a nação paraguaia, visando à abertura da navegação do rio Paraguai, antes mesmo da eclosão da guerra.

Durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, Leverger se ofereceu voluntariamente, ante o iminente ataque paraguaio, para comandar a defesa da capital. Mandou edificar uma fortificação nas Colinas de Melgaço, ao lado de voluntários e civicos soldados. Ali, hoje, foi mandado construir, pelo governo estadual, em parceria com o IHGMT, o *Memorial da Guerra do Paraguai*, marco desse importante evento.

Augusto Manoel Leverger, homem de vasta cultura, desenvolveu relevantes pesquisas no campo da Engenharia Militar, Geografia e História de Mato Grosso, deixando escritos, segundo Silva e Costa (2014):

LEVERGER, Augusto João Manuel. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851*. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1852.

_____. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852*. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1853.

_____. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853*. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1853.

_____. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854*. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1854.

_____. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1855*. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1856.

_____. Carta e roteiro de navegação do rio Cuiabá desde o Salto até o rio São Lourenço e deste último até sua confluência com o Paraguai. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 25, 1862.

_____. Diário de reconhecimento do rio Paraguai desde Asunción até o rio Paraná. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 25, 1862.

_____. Roteiro de navegação do rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 25, 1862.

_____. *Relatório apresentado ao presidente da província ao entregar a administração*. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves, 1863.

_____. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865*. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves, 1865.

_____. *Observações sobre a Carta Geral do Império relativas à província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

_____. Apontamentos sobre as eleições na província de Mato Grosso. In: GALVÃO, Benjamin Ramiz. *Exposição de História do Brasil*. ABN, Rio de Janeiro: BN, título 690, jul./dez. 1881.

_____. Tabelas de latitudes e longitudes de diversos lugares da província de Mato Grosso, determinadas por observações astronômicas. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 47, 1884.

_____. Diário e roteiro de viagem feita desde a cidade de Asunción até a baía Negra. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Dicionário geográfico de Mato Grosso. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Documentos oficiais portugueses e espanhóis relativos a limites do Império na província de Mato Grosso. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Exame de uma parte do rio Paraguai, entre a foz do São Lourenço e o paralelo 17º, 35, e das lagoas Uberaba e Guaíba. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Memória do rio Paraguai, desde Nova Coimbra até Asunción. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Notícia sobre a província de Mato Grosso. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Índios da província de Mato Grosso. In: SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Informação prestada em 1851 sobre o traçado de uma estrada que comunica esta capital com a cidade de Santarém no Pará. *O Arquivo*, Cuiabá, v. 1, 1904.

_____. Observações da Carta Geral do Império relativas à província de Mato Grosso. *O Arquivo*, Cuiabá, 1905. (Edição Comemorativa do 25º aniversário de morte do Barão de Melgaço.)

_____. Breve resumo da vida do Barão de Melgaço, quanto à parte econômica, escrito por ele mesmo. *O Arquivo*, Cuiabá, n. 3, 1905.

_____. Condições administrativas da província de Mato Grosso. *O Arquivo*, Cuiabá, v. 3, 1905.

_____. *Vias de comunicação de Mato Grosso*. Cuiabá: Avelino de Siqueira, 1905.

_____. Informações prestadas ao ministro da Marinha em 1851 sobre as matas de madeira de construção naval. *O Arquivo*, Cuiabá, v. 3, 1905.

_____. Apontamentos avulsos: ouvidores de Cuiabá e Mato Grosso. *Revista Matto-Grosso*, Cuiabá, n. 6-7, 1908.



Augusto João Manuel Leverger.

Fonte: Google Imagens.

_____. Apontamentos avulsos: juizes de fora de Cuiabá e Mato Grosso. *Revista Matto-Grosso*, Cuiabá, n. 5, 1908.

_____. Apontamentos avulsos: chefes da repartição do Fisco. *Revista Matto-Grosso*, Cuiabá, n. 8, 1908.

_____. Apontamentos avulsos: força pública. *Revista Matto-Grosso*, Cuiabá, n. 9-12, 1908.

_____. Diário privado do chefe de esquadra Augusto Leverger, relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1865. *RIHGMT*, Cuiabá: IHGMT, tomos 23-24, 1930.

_____. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. *RIHGB*, n. 206, 1949.

_____. Derrota da navegação interior, da vila de Porto Feliz, de São Paulo até a cidade de Cuiabá. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 247, 1960.

_____. Breve memória relativa à corografia da província de Mato Grosso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 28, 1965.

_____. *Relatório apresentado ao presidente da vice-província Albano de Souza Osório ao entregar a administração da província*. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves, 1967.

_____. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 20 de setembro de 1869*. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves, [19--].

_____. Apontamentos do Capitão de Fragata Augusto Leverger sobre o rio Paraguai. *CMAN*, Rio de Janeiro, v. 13, [19--].

Leverger foi agraciado por D. Pedro II, aos 9 de junho de 1857, com a *Comenda de Grão-Mestre da Ordem de São Bento de Aviz*, pelos serviços militares. Em 22 de setembro de 1857, o imperador o nomeou vice-presidente da província de Mato Grosso, em Decreto igualmente referendado pelo Marquês de Olinda. Reformou-se (1853) no posto de chefe de esquadra e recebeu o título de *Barão de Melgaço* (1864) após o término da Guerra do Paraguai. Hoje, é o patrono da turma de 1978 do Colégio Naval.

Segundo suas observações, publicadas pela *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, em 26 de novembro de 1846, um objeto estranho apareceu nos céus de Cuiabá:

Observei esta noite um fenômeno como nunca antes vira, às 5 horas e 57 minutos, estando o céu perfeitamente limpo, calmo, um globo luminoso, com instantânea rapidez, que descreveu uma curva de 30 graus ao rumo de N.N.O. A direção fazia com o horizonte ângulos de aproximadamente 75 e 105 graus, o agudo aberto pelo lado oeste. Deixou subsistir uma faixa de luz de 5 ou 6 graus de comprimento e 30 a 35 de largura, na qual distinguiam-se três corpos, cujo brilho era muito mais vivo que o da faixa e igualava, se não excedia, em intensidade, o da lua cheia quando em tempo claro. Estavam superpostos e separados uns dos outros. Depois de 25 minutos, tudo desapareceu e não houve o mais leve sinal de perturbação na atmosfera. Na cidade de Assunção, conversei com o ministro do Brasil e diversas outras pessoas que testemunharam esta, para nós todos, singular aparição. Uma circunstância que me parece muito digna de notar-se foi a direção em que o dito ministro observara o fenômeno. Não houve engano, pois referia a observação a um muro, cujo azimute era fácil ob-

servar, e esta direção era aproximadamente de O.N.O., fazendo, portanto, um ângulo de 45 graus com a de N.N.O. que eu notara. Submeti ao cálculo trigonométrico esta enorme paralaxe combinada com as posições geográficas de Assunção e, do lugar onde eu observei, achei que o fenômeno deveria verificar-se na região atmosférica e tão somente a 59 léguas de distância de Assunção. Augusto João Manuel Leverger.

Faleceu em Cuiabá-MT, no dia 14 de janeiro de 1880, tendo sido enterrado no Cemitério da Piedade, na capital mato-grossense.

O solar onde viveu Augusto Leverger, em Cuiabá, atualmente sedia as duas mais antigas instituições culturais de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-grossense de Letras, imóvel hoje restaurado e revitalizado graças às ações do governo estadual.

Um ilustre brasileiro conhece mais amplamente o Brasil

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA

Foi militar e médico do Exército brasileiro. É originário da cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro-AL, tendo nascido no dia 27 de maio de 1836, descendendo do Tenente-Coronel de Infantaria Manoel Mendes da Fonseca e de Rosa Maria Paulina da Fonseca, cognominada “Mãe dos sete macabeus”, uma vez que todos os filhos foram militares (CROCCO, 2008). Aos seis anos de idade, a família Fonseca se mudou para o Rio de Janeiro e lá João residiu até o final de sua vida. Suas pesquisas foram consubstanciadas na obra *Viagem ao redor do Brasil* que, na avaliação de Crocco (2008), foi o primeiro trabalho sobre geopolítica escrito no Brasil. Nela, Severiano da Fonseca registra, tal como em diário, as observações de suas inúmeras viagens pelo território brasileiro.

Em 1857, fundou a Academia Filosófica “para o cultivo das letras e aperfeiçoamento do espírito”, da qual participavam médicos, bacharéis, militares, poetas e farmacêuticos que se reuniam para discutir sobre Filosofia, Literatura, História, Geografia, religião e poesia (SILVA, 2007, *apud* CROCCO, 2008). Pertenceu a diversas instituições no campo da Medicina, cultura e História, como o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros, a Imperial Sociedade Amante da Instrução e os Institutos Médico Brasileiro, da França, o Farmacêutico do Rio de Janeiro, além das Sociedades de Geografia do Rio de Janeiro, de Lisboa, de Madri, o Instituto Arqueológico Alagoano, o Ateneu de Lima e o Instituto Médico Brasileiro, além de fazer parte dos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Atuou também na política, ocupando uma vaga de senador da República.



Parte III
METODOLOGIA
DA **PUBLICAÇÃO**



- Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas
- Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais
- Expedição Científica Roosevelt-Rondon



Roosevelt e Rondon – caçada em Mato Grosso.

Fonte: VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de *et al.* Centenário da Expedição Roosevelt-Rondon e suas contribuições à Ornitologia Brasileira. In: ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS, n. 180, p. 40.

Metodologia da publicação

O Brasil, nos períodos Colonial e Imperial, foi visitado por cientistas e viajantes, em sua maior parte estrangeiros de diversas nacionalidades. Mesmo tendo a Coroa portuguesa e depois os imperadores do Brasil estimulado o levantamento das potencialidades da Colônia e do Império, uma experiência científica muito interessante ocorreu no século XVII, com as invasões holandesas, como foi o caso da organizada e parcialmente implementada pelo príncipe Maurício de Nassau, que contou com uma equipe de cientistas composta, majoritariamente, por estrangeiros, que realizaram um trabalho de qualidade, porém sua atuação se cindiu à região litorânea, especificamente parte do Nordeste brasileiro, ficando desconhecida a parte mais central e oeste do Brasil.

No século XIX, após a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, diversas expedições científicas e artísticas foram convidadas para proceder ao reconhecimento do Brasil imperial. No entanto, grande parte delas teve como foco a capital do Império, o Rio de Janeiro, sendo que poucas adentraram para o interior. Nessa medida, foram expedições pontuais e de duração curta.

Somente com o portentoso projeto formulado por Cândido Mariano da Silva Rondon, pela primeira vez, os brasileiros estudaram o país com mais profundidade, com campos articulados, inter-relacionados e de longa duração e extensão. Esse corpo de cientistas, em sua maioria, foi composto por militares, grande parte formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, assim como diplomados em faculdades do Império e que, por ocasião dos trabalhos da Comissão Rondon, foram convidados para dela participar. Eram engenheiros, geólogos, botânicos, zoólogos, naturalistas, etnógrafos e também médicos e sanitaristas que ofereceram seus serviços, deixando uma produção científica de peso.

O resultado dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Projeto Rondon foi publicado entre a primeira década do século XX e, aproximadamente, a década de 1950,

perfazendo cerca de 120 trabalhos ao todo; a maioria se encontra hoje em domínio público e, nessa medida, constitui um acervo raro e precioso, espalhado por bibliotecas públicas e privadas do Brasil.

Mato Grosso, estado natal de Cândido Mariano da Silva Rondon, homenageia essa personalidade, pelo sesquicentenário de seu nascimento, com a reprodução virtual de grande parte da produção científica da Comissão Rondon, visando à democratização dos resultados científicos produzidos pelo ciclópico projeto coordenado por ele. Para isso, foi feito um intenso levantamento das publicações da chamada Comissão Rondon junto a instituições públicas e privadas, como a Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, o Arquivo da Casa Barão de Melgaço, a Biblioteca Central da UFMT e o Arquivo Público de Mato Grosso. Após a reunião de um número substantivo de trabalhos, foi o mesmo complementado por exemplares localizados nos acervos privados dos historiadores Paulo Pitaluga Costa e Silva e Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, que emprestaram diversas publicações para serem digitalizadas.

No segundo semestre de 2015, foi dado início à localização e recolha das publicações junto às instituições públicas e aos acervos privados. Em seguida, foram digitalizadas as publicações rondonianas. Em 2016, ano comemorativo dos 150 anos de nascimento de Rondon, o trabalho de recolha e digitalização do material prosseguiu e, hoje, assiste-se à sua finalização, que incluiu a elaboração de um Catálogo, trabalho com as imagens digitalizadas e transformadas em PDF, culminando com a escrita da obra. Além do DVD contendo na íntegra cada publicação, esse acervo visa democratizar o acesso da produção científica de brasileiros engajados na primeira expedição científica de grande porte realizada no interior do Brasil e que visou palmilhar, estudar, analisar e divulgar o resultado do grande projeto coordenado e pensado por Cândido Mariano da Silva Rondon. Para isso, ele convidou os mais renomados especialistas das diversas áreas de conhecimento, que analisaram e estudaram o Brasil em seus múltiplos aspectos.

A obra ciclópica implementada pelo grande brasileiro e mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon não pode ser analisada sem o conhecimento dos inúmeros resultados científicos dessa empreitada. Na presente publicação, buscando dar maior visibilidade à volumosa produção resultante desse gigantesco trabalho, optou-se por dividi-la em três grandes conjuntos:

- **Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas;**
- **Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais;** e
- **Expedição Científica Roosevelt-Rondon.**

Buscou-se, com isso, distinguir as produções geradas por cada uma dessas três ações, na medida em que elas, mesmo articuladas no interior do Projeto, foram diferenciadas e específicas à natureza de cada trabalho. Visando facilitar a pesquisa no

interior de cada uma dessas três chamadas, cada uma delas foi dividida por temáticas específicas, a fim de que o consulente possa localizar e acessar, com maior facilidade, a área de sua predileção. O conjunto das publicações digitalizadas foi organizado no catálogo que se segue.

Catálogo da produção intelectual e científica da Comissão Rondon

Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas

I. ÁGUAS TERMAIS

1. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão*, por Orozimbo Corrêa Netto. Anexo 6, Parte 1, Publicação 61. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.

II. HISTÓRIA NATURAL – BOTÂNICA

2. *Bromeliaceas, Pontederiaceas, Liliaceas, Amaryllidaceas, Iricadeas, Orchidaceas, Aristolochiaceas, Droseraceas e Passifloraceas*, por F. C. Hoehne. Anexo 5, Parte 1. Rio de Janeiro: [s.n.], dez. 1910.

3. *Melastomataceas, Cucurbitaceas e Orchidaceas estudadas e determinadas*, pelo Dr. Alfredo Cogniaux. Organização e tradução de F. C. Hoehne. Anexo 5, Parte 3, Publicação 10. Rio de Janeiro: [s.n.], ago. 1912.

4. *Adição para Alismataceas e Botomaceas, Triuyridaceas, Palmeiras, Cyclantaceas, Rapafeaceas, Amaryllidaceas, Burmanniaceas, Profeaceas, Opiliaceas, Olacaceas, Balanophoraceas, Aizoaceas, Caryophyllaceas, Nymphaeaceas, Ranunculaceas, Papaveraceas, Capparidaceas, Proceraceas, Oxalidaceas, Humiriaceas, Burceraceas, Miliaceas, Vochyseaceas, Thamnaceas, Burceraceas, Meliaceas, Vochyseaceas, Rhamnaceas, Vitaceas, Ochnaceas, Caryocaraceas, Bixaceas, Cochlospermaceas, Turneraceas, Lousaceas, Cactaceas, Halorrhagidaceas, Araliaceas, Umbellíferas, Ericaceas, Theophrasfaceas, Myrcinaceas, Plumbaginaceas, Ebenaceas, Loganiaceas, Genfianaceas, Apocynaceas, Hydrophyllaceas, Pedaliaceas, Campanulaceas e Marfiniaceas*, por F. C. Hoehne. Anexo 5, Parte 6. Rio de Janeiro: [s.n.], set. 1915.

5. *Mayacaceas, Xyridaceas, Commelinaceas, Liliaceas, Amaryllidaceas, Iridaceas, Musaceas, Zingiberaceas, Cannaceas, Marantaceas, Burmanniaceas, Orchidaceas, Aristolochiaceas, Phytolaccaceas, Nyctaginaceas, Passifloraceas e Onagraceas*, por F. C. Hoehne. Anexo 5, Parte 5. Rio de Janeiro: [s.n.], jan. 1915.

6. *Pteridophytas (I)*, por A. J. de Sampaio (professor de Botânica do Museu Nacional). Anexo 5, Parte 7. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

7. *Bromeliaceas e Orchidaceas*, por F. C. Hoehne. Anexo 5, Parte 9, Publicação 62. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1916.

8. *Lauraceas de Matto-Grosso e duas novas espécies da Amazônia*, por A. J. de Sampaio (professor de Botânica do Museu Nacional). Anexo 5, Parte 10, Publicação 56. Rio de Janeiro: CLTEMEA, 1917.

9. *Contribuição ao conhecimento das Leguminosas da Rondônia*, por F. C. Hoehne. Anexo 5, Parte 12, Publicação 74. São Paulo/Rio de Janeiro: Caieiras/Melhoramentos, 1922.

10. *Gramineas* (1º fascículo), por João Geraldo Kuhlmann. Anexo 5, Parte 11, Publicação 67. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 3 mar. 1922.

11. *Contribuição para o conhecimento de uma nova espécie de Lentibulariaceae*, por João Geraldo Kuhlmann. Anexo 5, Parte 13, Publicação 83. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, abr. 1923.

12. *Phitophysionomia do Estado de Matto-Grosso e ligeiras notas a respeito da composição e distribuição da sua flora*, por F. C. Hoehne. Publicação 85. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

III. HISTÓRIA NATURAL – ZOOLOGIA

13. *Tabenideos*, por Adolpho Lutz. Anexo 5, Publicação 14. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.
14. *Loricariidae, Callichthyidae, Doradidae e Trichomycteridae*, por Alipio de Miranda Ribeiro. Anexo 5, Publicação 16. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1912.
15. *Crustaceos*, por Carlos Moreira. Anexo 5. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1913.
16. *Pimelodidae, Trachycorystidae, Cetopsidae, Bunocephalidae, Auchenipteridae e Hypophthalmidae*, por Alipio de Miranda Ribeiro. Anexo 5, Publicação 15. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, fev. 1914.
17. *Moluscos*, pelo Prof. Dr. Hermann von Lhering. Anexo 5. Rio de Janeiro: [s.n.], 1915.
18. *Enumeração dos Hymenopteros colígidos pela Comissão. Revisão das espécies de abelhas do Brasil*, por Adolpho Ducke. Anexo 5, Publicação 35. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.
19. *Ixodidas*, por Henrique de Beaurepaire Aragão. Anexo 5, Publicação 36. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.
20. *Cichlidae*, por Alípio de Miranda Ribeiro (revisão do autor). Anexo 5, Publicação 46. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1918.
21. *Peixes (excl. Characinidae)*, por Alipio de Miranda Ribeiro. Anexo 5, Publicação 58. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1920.
22. *Ofídios de Mato Grosso*, por Afranio do Amaral. Anexo 5, Publicação 84. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
23. *Peixes (Rachycentridae, Cheilodipteridae, Trichiuridae, Carangidae)*. Rio de Janeiro: [s.n.], [19--]. (Obra incompleta, sem as folhas de rosto e autor.)

IV. HISTÓRIA NATURAL – MINERALOGIA E GEOLOGIA

24. *Mineralogia e Geologia*, pelo Dr. Alberto Betim Paes Leme. Anexo 5. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911.

V. HISTÓRIA NATURAL – ETNOGRAFIA

25. *Etnografia*, por Cândido Mariano da Silva Rondon (chefe da Comissão). Anexo 5. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, [19--].

VI. RECURSOS HÍDRICOS

26. *Variante da Ponte de Pedra ao Salto Utiariti e Aldeia Queimada*, por João Salustiano Lyra. Anexo 3, Publicação 7. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.
27. *Levantamento e locação do trecho compreendido entre os rios Zolaharuiná (Burity) e Juruena*, pelo Primeiro-Tenente Emmanuel Silvestre do Amarante. Anexo 3, Publicação 6. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1909.
28. *Exploração do Jacy-Paraná*, pelo Capitão Manoel Theophilo da Costa Pinheiro (ajudante da Comissão). Anexo 2. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.
29. *Exploração do Paranatinga e seu levantamento topográfico, bem como o dos rios São Manoel e Telles Pires*. Relatório apresentado em 25 de maio de 1918 pelo Primeiro-Tenente Antonio Pyreus de Sousa, elaborado em 1915-1916. Anexo 2, Publicação 34. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.
30. *Exploração do rio Ikê*. Relatório apresentado ao Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, pelo Primeiro-Tenente de Engenheiros Júlio Caetano Barbosa Horta. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.
31. *Exploração do rio Cautário*. Relatório apresentado em 25 de maio de 1918 pelo Capitão Manoel Theophilo da Costa Pinheiro (ajudante da Comissão). Anexo 2, Publicação 66. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1920.
32. *Exploração e levantamento dos rios Amari e Machadinho*. Relatório apresentado pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa (ajudante da Comissão). Anexo 2, Publicação 48. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SPI/CLTEMTA, 1945. (1. ed. 1917.)

VII. SERVIÇO ASTRONÔMICO

33. *Relatório do encarregado do Posto Astronomico de Cuyabá*, pelo Primeiro-Tenente Renato Barbosa Rodrigues Pereira. Anexo 1, Publicação 44. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1909.
34. *Relatório do ajudante da Expedição, Primeiro-Tenente João Salustiano de Lyra*. Anexo 1, Publicação 3. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910.

VIII. SERVIÇO SANITÁRIO

35. *Secção de Cáceres a Matto-Grosso*, pelo Dr. Armando Calazans (Primeiro-Tenente Médico); *Secção da Linha Tronco*, pelo Dr. Joaquim Pinto Rabello (Primeiro-Tenente Médico). Anexo 6, Publicação 20. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.
36. *Expedição de 1909*, pelo Dr. Joaquim Augusto Tanajura (médico da Expedição). Anexo 6, Publicação 19. Rio de Janeiro: [s.n.], 1909.

IX. CONFERÊNCIAS E IMPRESSÕES

37. *Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo*, pelo Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (chefe da Comissão). Publicação 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922. (Três conferências, sendo as duas primeiras no Rio de Janeiro e a terceira em São Paulo.)
38. *Conferências de 1915* – versão em inglês da Publicação 42, por R. G. Reldy e Ed. Murray. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1916.
39. *Conferências realizadas perante a Sociedade Rural Brasileira, na cidade de São Paulo, em 31 de julho de 1920; em Cuiabá, a 15 de dezembro de 1919; e em Piracicaba, em 4 de agosto de 1920*, pelo Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (chefe da Comissão). Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.

– Primeira Conferência: *Matto-Grosso, o que ele nos oferece e o que espera de nós*;

– Segunda Conferência: *Influencia de Cuiabá na evolução política e histórica de Matto-Grosso, desde a entrada dos Bandeirantes até hoje*;

– Terceira Conferência: *Rumo ao sertão*.

40. *Conferências realizadas em 1919 e 1920, em Cuiabá e São Paulo*. 2. ed. Cuiabá: IHGMT, 2002. (Publicações Avulsas, 38.)

41. *Impressões da Comissão Rondon*, pelo Cel. Amilcar Botelho de Magalhães. 5. ed. Ilustrada, atualizada e aumentada. São Paulo: Nacional, 1942. (Coleção Brasileira, Série 5ª, v. 211.)

X. BIBLIOGRAFIA

42. *Rondon e a Comissão Rondon*, por Paulo Pitaluga Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1998 (Publicações Avulsas, 2.)

XI. RELATÓRIOS

43. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos*, por Cândido Mariano da Silva Rondon. v. 1. Rio de Janeiro, 1907.
44. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão, Major de Engenheiros, Cândido Mariano da Silva Rondon*, pelo chefe da 1ª Secção, Major de Engenharia, Felix Fleury de Souza Amorim. Anexo 4, Publicação 21. Rio de Janeiro, 1 dez. 1907.
45. *Relatórios diversos – projetos, orçamentos, medições, observações meteorológicas etc. elaborados durante os anos de 1907, 1908 e 1909*. Anexo 4, Publicação 37. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1910.
46. *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra – construção 1907-1910*, por Cândido Mariano da Silva Rondon (chefe da Comissão). v. 2. Publicação 39. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.
47. *Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas*, pelo Coronel de Engenharia Cândido

Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915 (publicados em artigos do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em 1915). Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1916.

48. *Relatórios dos trabalhos de Botânica e viagens executados durante os anos de 1908 e 1909*, por F. C. Hoehne. Anexo 4, Publicação 28. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

49. *Relatório apresentado à Divisão de Engenharia (G. 5) do Departamento da Guerra e à diretoria geral dos Telephafos*, pelo Major de Engenheiros Cândido Mariano da Silva Rondon (chefe da Comissão). v. 3. Publicação 26. Rio de Janeiro: [s.n.], 1915.

50. *Relatório dos trabalhos realizados durante o ano de 1908, elaborado em São Luiz de Cáceres, Estado de Mato Grosso*, por Alípio de Miranda Ribeiro. Anexo 4, Publicação 27. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

51. *Relatório da Expedição dos Campos de Comemoração de Floriano, no rio Guaporé, efetuada em 30 de setembro a 1º de dezembro de 1912*, por Francisco Moritz (engenheiro de Minas). Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

52. *Relatório do Serviço de Conservação da Linha Telegraphica no período de junho de 1913 a setembro de 1914*, apresentado a Rondon pelo Primeiro-Tenente Julio Caetano Horta Barbosa. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

XII. HOMENAGENS

53. *O desastre do Sepotuba (homenagem pelo falecimento do Primeiro-Tenente João Salustiano Lyra e do Segundo-Tenente Eduardo de Abreu Botelho)*. Rio de Janeiro: [s.n.], [19--].

54. *Centenário da Comissão Rondon (1907-2007)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, n. 65, 2007.

55. *Conferência proferida pelo Prof. Nelson Senna (da Universidade de Minas) a convite do Exmº Sr. General Rondon*. Rio de Janeiro, 30 abr. 1946.

Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais

XIII. HISTÓRIA NATURAL E ARQUEOLOGIA

56. *A cerâmica da tribo Uaboí dos rios Trombetas e Jamundá: contribuição para o estudo da Arqueologia Pré-histórica do Baixo Amazonas*, pelo Dr. João Barbosa de Faria. Publicação 89. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SPITN, 1946.

XIV. HISTÓRIA NATURAL – ZOOLOGIA

57. *Espongiários (Porifera)*, pelo Dr. Othon Xavier de Brito Machado. Anexo 5, Publicação 102. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

XV. ETNOGRAFIA E ETNOLOGIA

58. *A Comissão Rondon e o Museu Nacional: conferências realizadas pelo Professor Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1916*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.

59. *Pelo Índio e sua proteção oficial: exposição apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Agricultura, Indústria e Commercio*, por Luiz Bueno Horta Barbosa, diretor interino do Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro: Tipografia Macedo, 1923.

60. *O problema indígena do Brasil: conferência realizada no Atheneu de Montevideo, a 1º de abril de 1925*, por Luiz Bueno Horta Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

61. *19 de Abril – o Dia do Índio: as comemorações realizadas em 1944 e 1945*. v. 1. Publicação 100. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

62. *A Etnografia e a Etnologia do Brasil em revista*, por Cândido Mariano da Silva Rondon (presidente do Conselho). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

63. *Índios de Mato Grosso, com uma introdução de Herbert Baldus*, por Erich Freundt. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

64. *Índios do Brasil: Centro, Nordeste e Sul*, por Cândido Mariano da Silva Rondon. v. 1. Publicação

97. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SPI, 1946.

65. *Os Carajás (Inan-Son-Uéra)*, pelo Dr. Othon Xavier de Brito Machado. Anexo 7, Publicação 104. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

66. *Pelo Índio e sua proteção oficial*, por Luiz Bueno Horta Barbosa, então diretor do Serviço de Proteção aos Índios. 2. ed. Publicação 86. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

67. *Glossário das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia*, por Cândido Mariano da Silva Rondon e pelo etnógrafo João Barbosa de Faria. Anexo 5, Tomo 1, Publicação 76. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

68. *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*, pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, com a colaboração do doutorando João Barbosa de Faria. 2. ed. Anexo 5, Publicação 78. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

69. *Índios do Brasil: cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque*, por Cândido Mariano da Silva Rondon. v. 2. Publicação 98. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SPI, 1953.

70. *Índios do Brasil*, por Cândido Mariano da Silva Rondon. v. 3. Publicação 99. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953.

71. *S. P. I.*, por José M. da Gama Malcher, diretor do SPI. Rio de Janeiro: SPI, 1953.

72. *Índios e explorações geográficas*, pelo Marechal Boanerges Lopes de Sousa. Publicação 110. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SPI, 1955.

XVI. ÁGUAS TERMAIS

73. *Águas termais de Mato Grosso com estudo in locu das fontes de Palmeiras, baía do Frade e Pouro*, pelo Dr. Orozimbo Corrêa Netto. 2. ed. autorizada pelo CNPI e atualizada pelo autor, com novas contribuições sobre a matéria. v. 1-2. Publicações 1-2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

XVII. RECURSOS HÍDRICOS

74. *Expedição ao rio Ronuro*, pelo Capitão Vicente Teixeira da Fonseca Vasconcelos, contendo anexos sobre serviços fotográficos e cinematográficos e serviço antropométrico, pelo Capitão Luiz Thomaz Reis. Publicação 90. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

75. *Exploração e levantamento do rio Culuene, principal formador do Xingu; reconhecimento de verificação ao divisor Arinos-Paranatinga em 1920*, pelo Capitão Ramiro Noronha. Publicação 75. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

XVIII. RELATÓRIOS

76. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentados às autoridades do Ministério da Guerra*, pelo Engenheiro Cândido Mariano da Silva Rondon (chefe da Comissão). Publicações 69-70. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

77. *Relatório dos trabalhos realizados em 1941-1942*, pelo Segundo-Tenente Luiz Moreira de Paula. Publicação 108. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

XIX. DISCURSO / CONFERÊNCIA

78. *Semana do Índio: 19 de abril de 1944*. Mensagem do General Cândido Mariano da Silva Rondon, presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, ao povo brasileiro, ao dar início às comemorações; Conferência do Dr. Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, na Associação Brasileira de Imprensa; Discurso do General Manoel Rabelo ao encerrar-se a Semana do Índio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

XX. HOMENAGENS

79. *Homenagem da Câmara dos Deputados a Cândido Mariano da Silva Rondon, na sessão de 24 de fevereiro de 1958*. Discursos de Benjamin Farah, Philadelpho Garcia, Joaquim Rondon, Áureo Melo, Tenório Cavalcanti, Ponciano dos Santos, Carlos Albuquerque, Lucídio Ramos, Rogê Ferreira e Yukishigue Tamura. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1958.

80. *Memorial dedicado ao governo da República e aos senhores membros do Congresso Nacional*, pelo Capitão de Engenharia Amilcar Armando Botelho de Magalhães. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.

Expedição Científica Roosevelt-Rondon

XXI. CONFERÊNCIAS

81. *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915*, pelo Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, no Theatro Phenix do Rio de Janeiro, sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt-Rondon e da Comissão Telegraphica. Publicação 42. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

XXII. RELATÓRIOS

82. *Nas selvas do Brasil – relatório sobre o reconhecimento zoogeográfico do sertão brasileiro*, por Theodore Roosevelt. Ilustrado com fotografias tiradas por Kermit Roosevelt e outros membros da Expedição. 2. ed. Tradução de Luiz Guimarães Júnior. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1948.

83. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira, Cel. de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*, pelo Capitão Amilcar Armando Botelho de Magalhães. Anexo 5, Publicação 54. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916.

84. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira, Cel. de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*, pelo médico da Expedição Roosevelt-Rondon, Dr. José Antonio Cajazeira, em 1914. Anexo 6, Publicação 55. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

XXIII. HISTÓRIA NATURAL – ZOOLOGIA

85. *Resultados zoológicos da Expedição Roosevelt-Rondon*, pelo zoólogo da Expedição Alipio de Miranda Ribeiro. Anexo 4, Publicação 53. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1914.

XXIV. HISTÓRIA NATURAL – BOTÂNICA

86. *Relatório apresentado ao Coronel de Engenharia, Cândido Mariano da Silva Rondon*, por F. C. Hoehne, botânico da Expedição. Anexo 2. Rio de Janeiro: [s.n.], nov. 1914.

Referências

A FAMÍLIA SIMÕES LOPES. Disponível em: <<http://simoelopes.blogspot.com.br/2009/07/f1-n27-joao-salustiano-lyra-1878-1917.html>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

AFRÂNIO DO AMARAL: INFÂNCIA. Disponível em: <<http://afraniodoamaral.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016. (Texto de 2009.)

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006.

_____.; ANZAI, Leny Caselli. *Luiz de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso*. São Paulo: Versal, 2014.

AMARAL, Afrânio do. *Serpentes do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1978.

_____. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Afr%C3%A2nio_do_Amaral>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ. Cuiabá: APMT/Entrelinhas, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Perfil de Félix Fleury de Souza Amorim*. Disponível em: <<http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/2067>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ASSIS, Edvaldo. *Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872)*: Guia de Pesquisa. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH – Universidade de São Paulo.

AYALA, S. C.; SIMON, S. *Album graphico de Matto Grosso*. Cuiabá: Governo de Matto Grosso, 1914.

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *O problema indígena do Brasil: conferência realizada no Atheneu de Montevidéo, a 1º de abril de 1925*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BEMCHIMOL, Jaime L.; SÁ, Magali Romero. *Adolpho Lutz: obras completas, v. 2*. Entomologia: Tabenideos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000.

BOLETIM DO INSTITUTO PAULISTA DE OCEANOGRAFIA. Dr. Hermann von Ihering. São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 1950. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-42391950000100002>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

CALAZANS, Armando. *Secção de Cáceres a Matto-Grosso*. Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.

CAMARGO, José Carlos Godoy. A contribuição dos cronistas coloniais e missionários para o conhecimento do território brasileiro. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, a. 1, n. 2, p. 79-90, 2002.

CAMPOS, Edu. *Até a margem do grande rio*. São Paulo: Atelier Editorial, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=p21cX0rXbHQC&pg=PA38&dq>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

CANTANHEDE, Antonio de J. *Achegas para história de Porto Velho*. Manaus: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus. 1950.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais.

CASA DE OSWALDO CRUZ / FIOCRUZ. *Dicionário histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CASER, Arthur Torres. *O medo do sertão*. Doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

_____.; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222010000200010&script=sci_art-text>. Acesso em: 2 dez. 2015.

CATELLI, Rosana Elisa. Roquette-Pinto e a comunicação: registro, visualização e internalização da cultura. *Revista Brasileira de História da Mídia – RBHM*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/artigos/05.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. *Cinema educativo, 1920-1930: a educação das massas e a educação do cinema nacional*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Cinema%20educativo-%201920-1930.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

COELHO, Felipe José. Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 13, 1950.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26 n. 51, p. 53-87, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100005>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Águas Thermais de Matto Grosso*. Anexo 6, Parte 1, Publicação 61. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos-RJ, v. 8, p. 993-1.014, 2001. (Suplemento.)

_____. Apresentação intitulada *Rios amazônicos em registros de demarcadores e naturalistas*, na Mesa Redonda com o tema Geografia Cultural e Narrativas Culturais. São Paulo, 27 abr. 2010. (mimeo.)

CROCCO, Adrio Olmedo. *Biografia do General Médico João Severiano da Fonseca*: um herói brasileiro. Rio de Janeiro, 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares), Escola de Saúde do Exército. Disponível em: <http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD3%201%BA%20Ten%20AI%20ADRIO%20OLMEDO%20CROCCO.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DOURADO, Nileide Souza. *Práticas educativas culturais e escolarização na capitania de Mato Grosso*. Cuiabá, 2014. Tese (Doutorado em Educação), PPG – UFMT.

FERREIRA, Eva Maria Luiz et al. A Companhia Matte Laranjeira e o SPI: a expropriação dos recursos naturais dos Guarani e Kaiowá com a anuência do Estado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG – História e Diversidade Cultural, 3., 2012. Jataí-SP. *Anais...* Jataí: Curso de História, 2012.

FREIRE, Nilza Queiroz. Trajetória de Rondon: vida militar e Comissão Rondon. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 65, p. 37-44, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Global, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Depoimento de Afrânio do Amaral*. Entrevistadores: Maria Clara Mariani; Tjerk Franken. São Paulo, 25 abr. 1977. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista420.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

GENI PROFILE. Disponível em: <<http://www.geni.com/people/Renato-Barbosa-Rodrigues-Pereira/6000000021315365329>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

HERMANN FRIEDRICH ALBRECHT VON IHERING. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hermann_von_Ihering>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hermann_von_Ihering>. Acesso em: 10 fev. 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. Centenário de Rondon. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, 2009.

JESUS, Nauk Maria. A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 93-113, jul./dez. 2012.

KURY, Lorelai. *Ciências*. Viagens científicas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Rede da Memória Virtual Brasileira, 2008. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/redememoria/viacientifica.html>>. Acesso em: 25 mar 2013.

LEME, Alberto Betim Paes. História física da Terra: vista por quem a estudou no Brasil. *RIHGB*, [s.l.], v. 323, p. 212-219, abr./jun. 1979.

LEVERGER, Augusto. *Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851*. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1852.

LUCÍDIO, João Antonio Botelho; LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de Souza. Rondon, a imagem como aliada (1890-1940). *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 65, p. 58-67, 1906.

MACHADO, Getúlio Tanajura. *Dr. Joaquim Augusto Tanajura*. Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016. (Texto de 2011.)

MACHADO, Othon Xavier de Brito. *Língua Carajá, plantas e animais*. Disponível em: <<http://afraniodoamaral.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016. (Texto de 2009.)

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942.

MALCHER, José Maria da Gama. *Índios: grau de integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964.

MATIAS, Francisco. *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a História*. v. 2. Disponível em: <<http://www.gentedeopiniao.com.br/noticia/porto-velho-amazonas-o-cemiterio-e-a-historia-2/114817>>. Acesso em: 10 jan. 2016. (Texto de 03.08.2013.)

MENDES, Matias. Comissão Rondon: o General e seus Tenentes. *Gente de Opinião*, Rondônia, p. 17-18, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.gentedeopiniao.com.br/noticia/comissao-rondon-o-general-e-seus-tenentes/29663>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. A noção geográfica de país na República Velha: tratados e limites do Brasil. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 10, n. 218(20), ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-20.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. (Cadernos Cuiabanos, 4. Seção: História, 2).

NEWSRONDÔNIA. *Centenário das linhas telegráficas em Rondônia*, 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://newsrondonia.com.br/noticias/centenario+das+linhas+telegraficas+em+rondonia/52495>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

NOMURA, Hitoshi. Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) – personagens, descobertas e produção bibliográfica. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://simoeslopes.blogspot.com.br/2009/07/f1-n27-joao-salustiano-lyra-1878-1917.html>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

NOTA BIOGRÁFICA SOBRE ALÍPIO DE MIRANDA RIBEIRO (1874-1939). *Revista Brasileira de Geologia*, Curitiba, n. 19, v. 3, p. 935-939, ano. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbzooll/v19n3/v19n3a30.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

OLIVEIRA, Arthur Henrique de. *Alberto José de Sampaio (1881-1946)*: contexto, vida e obra de um conservacionista brasileiro. São Paulo, 2009. Dissertação (mestrado em História da Ciência), Programa de Pós-Graduados em História da Ciência – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OJEDA, Pablo Marcelo Diener. Imagens da urbanização da América portuguesa no legado da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 43-58, jul./dez. 2011.

PAPAVERO, Nelson et al. Os capítulos sobre animais dos “Dialogos, geográficos, cronológicos, políticos e naturais” (1769) de Joseph Barbosa de Sá e a primeira monografia sobre a fauna de Mato Grosso. *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 75-154, 2009.

PIRES, Josias. *O baiano cineasta da Comissão Rondon*. Disponível em: <cadernodecinema.com.br/Home/Artigos>. Acesso em: 2 jan. 2016.

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos varões ilustres de Mato Grosso*. v. 1. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

RAMINELLI, Ronald. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/alexandre/historico.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2015. (Texto de 2006.)

RAMOS, Maria de Lourdes da Silva. *Um olhar para a Cuiabá de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940)*. Cuiabá: Ed. Buriti, 2002.

REVISTA DA FAMÍLIA ACADÊMICA. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, 1887. Disponível em: <bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 3 dez. 2015.

_____. Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, 1888. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervodigital/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

REVISTA ISTOÉ INDEPENDENTE. *O brasileiro do século*. Brasília, n. 1.577, 22 dez. 1999. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/27752_O+BRASILEIRO+DO+SEculo>. Acesso em: 3 dez. 2015. (Colaboração de Ines Garçon, Daniel Rittner e Eduardo Hollanda.)

REZENDE, Joffre Marcondes de. Henrique Aragão, um nome festejado na Austrália. Rio de Janeiro: Scielo Books/FASP/Unifesp. In: REZENDE, J. M. *À sombra do plátano*: crônicas de história da Medicina. São Paulo: EdUnifesp, 2009. p. 367-370. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

RIBEIRO, Darcy. *O indigenista Rondon*. Rio de Janeiro: ESG, 1958.

RINALDI, Lucinéia. *Cronistas de viagem e viajantes cronistas*: o pêndulo da representação no Brasil colonial. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Letras), FFLCH – Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre a contribuição linguística da Comissão Rondon. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 56., jul. 2004, Cuiabá-MT. *Anais...* Cuiabá-MT: [s.n.], 2004.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

SÁ, José Barbosa de. *Relações das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975.

SAMPAIO, A. J. de. A flora de Matto-Grosso: memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon. *Arquivos do Museu Nacional*, v. 19, 1916.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Uma fonte para a história social de Salvador: as teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia. *Universitas*, Brasília, n. 29, p. 41-58, jan./abr. 1982.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1976.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da et al. *Os diários de Langsdorff*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/q5cc4/pdf/silva-9788575412442-10.pdf>>. v. 1-3. Acesso em: 2 dez. 2015.

SILVA, Hiram Reis e. Os heróis anônimos da Comissão Rondon. *Roraima em foco*, Roraima, 2 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.roraimaemfoco.com/artigo-os-herois-anonimos-da-comissao-rondon-hiram-reis-e-silva/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Ata de fundação de Cuiabá – uma análise crítica*. Cuiabá: IHGMT, 1996.

_____. José Barbosa de Sá. *RIHGMT*, Cuiabá, t. 146, 1999.

_____. *Dicionário biográfico mato-grossense: período Colonial, 1524-1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

_____; FREITAS, Moacyr. *Quadros históricos de Mato Grosso: período Colonial*. Cuiabá: Buriti, 2000.

_____; COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. *Estudo bibliográfico da História, Geografia e Etnografia de Mato Grosso*. 2. ed. Cuiabá: Carlini& Caniato, 2012.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TACCA, Fernando. *A imagética da Comissão Rondon: etnografias estratégicas*. [s.l.:s.n.], 1982. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4599&Itemid=356>. Acesso em: 12 jan. 2016.

TIME. New York, v. 13, n. 4, 28 jan. 1929. Disponível em: <www.time.com/time/magazine>. Acesso em: 10 dez. 2015.

TOCANTINS, Aecim; ECHEVERRIA, Ivan. *Cartas do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: relíquias do telegrafista Tocantins*. Cuiabá: Tribunal de Contas, 2013.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Dicionário de História da Ciência da UC*: CIERA, Miguel António. Disponível em: <http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CIERA_micheleantonio>. Acesso em: 15 jan. 2016.

VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de. et al. Centenário da Expedição Roosevelt-Rondon e suas contribuições à Ornitologia brasileira. In: ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS, [s.l.], n. 180, p. 38-50, jul.-ago 2014. Disponível em: <www.ao.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2016.

VERRAN, Rossana Samarani. *Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS.

VICENTE, Leonel. *Francisco José de Lacerda e Almeida*. Disponível em: <carreiradaindia.wordpress.com/2009/01/16/francisco-jose-de-lacerda-e-almeida>. Acesso em: 18 jul. 2011. (Texto de 16.01.2009.)

VITAL, André Vasques. A Comissão Rondon, doenças e política: 'Região do Madeira: Santo Antônio', de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra do Alto Madeira em 1911. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200013>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.



Aula de Música do Posto Indígena dos Paresi.

Fonte: BARBOSA, L. B. H. *Pelo índio e sua proteção oficial*, 1923, p. 36.



A obra ciclópica da Comissão Rondon se circunscreveu a três grandes frentes, integradas entre si: a implantação das Linhas Telegráficas, interligando as regiões Centro-Oeste e Amazônica com o restante do Brasil; integração dos índios à sociedade envolvente, através do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais; e a execução de um Projeto Científico sob a responsabilidade de pesquisadores brasileiros que, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de estudar e oferecer os resultados de seus trabalhos à nação brasileira, daí o título *O Brasil pelos Brasileiros*. O presente livro buscou democratizar os resultados dos trabalhos científicos da Comissão Rondon através da edição de uma obra que não só discorre sobre os botânicos, zoólogos, etnógrafos, geólogos, linguistas, médicos e sanitaristas, apresentando seu percurso e produção intelectual, mas que também oferece, na íntegra, 86 publicações raras e preciosas (em DVD) resultantes desse hercúleo trabalho, pensado, organizado e coordenado pelo brasileiro e mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon.

Francisco Bello Galindo Filho
Presidente da Fundação Ivete Vargas